



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 05/2022

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022

INICIADA ÀS 14 HORAS E 40 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS e 20 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
ANTES DA ORDEM DO DIA	06
ORDEM DO DIA	46
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	102
ENCERRAMENTO	102

ATA N.º 05/2022ABERTURA

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

1.1 - Ata n.º 04/2022 (Aprovação)

1.2 - Expediente

1.3 - Intervenções

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Desagregação de Uniões de Freguesias: (Aprovação)

a) União das Freguesias de Peso e Vales do Rio – Criação de Novas Freguesias: Freguesia do Peso e Freguesia de Vales do Rio

b) União das Freguesias de Casegas e Ourondo – Criação de Novas Freguesias: Freguesia de Casegas e Freguesia de Ourondo

c) União das Freguesias de Barco e Coutada – Criação de Novas Freguesias: Freguesia do Barco e Freguesia de Coutada

d) União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho – Criação de Novas Freguesias: Freguesia de Cantar-Galo e Freguesia de Vila do Carvalho

2.2 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município (Apreciação)

2.3 - Proposta de Orçamento para 2023, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapa de Pessoal, Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos (Aprovação)

2.4 - Fixação de IMI para o ano de 2022 (Aprovação)

2.5 - Fixação da Derrama para o ano de 2022 (Aprovação)

- 2.6 - Taxa Municipal de Ocupação de Subsolo – Suspensão da aplicação no ano de 2023 (Aprovação)**
- 2.7 - Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização do Centro de Inovação e Empresarial da Covilhã e Preçário para o ano de 2023 (Aprovação)**
- 2.8 - Regulamento de Desporto Solidário (Aprovação)**
- 2.9 - Atribuição de Benefícios Fiscais e Reconhecimento de Projetos de Interesse Municipal (Aprovação)**
- 2.10 - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Covilhã na União de Freguesias de Barco e Coutada – Gestão e Manutenção do Parque Infantil da Coutada (Autorização)**
- 2.11 - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Covilhã na União de Freguesias de Barco e Coutada – Gestão e Manutenção do Parque Infantil do Largo de S. Sebastião (Autorização)**

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel) que substituiu na Mesa a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. ---

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Dra. Joana Filipa Real Sardinha em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia em substituição do Senhor Dr. Nelson Antunes Carvalho, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira em substituição do Senhor Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho em substituição da Senhora Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição do Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas em substituição do Senhor Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Afonso Manuel Mousaco Gomes e os Excelentíssimos Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Enf.ª Mara Cristina Casteleiro Rebelo Alves em substituição do Senhor Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição do Senhor José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Dr. Ângelo Miguel Santarém Correia em substituição do Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição do Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), Patrick Bizarro de Matos em substituição do Senhor António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, o Senhor Vice-Presidente, Dr. José Armando Serra dos Reis, e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.^a Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva e Eng.^o José Miguel Ribeiro Oliveira; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia. -----

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à votação, **foi** a mesma **aprovada por unanimidade com a retirada do ponto 2.9.** -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Presidentes de Junta/União de Freguesia(s) de Boidobra e de Vale Formoso e Aldeia do Souto. -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - ATA N.º 04/2022

--- Submetida a **ata n.º 04/2022 de 26 de setembro de 2022**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, **foi a mesma aprovada por maioria com 4 abstenções (PPD/PSD)**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia, Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas, João Ramos Almeida (Erada), Enf.ª Mara Cristina Casteleiro Rodrigues Alves (Orjais), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Ângelo Miguel Santarém Correia (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e Patrick Bizarro de Matos (Teixoso e Sarzedo). -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Presidentes de Junta/União de Freguesia de Boidobra e de Vale Formoso e Aldeia do Souto. -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** – Referiu que a abstenção do Grupo Municipal do PPD/PSD ia no sentido de: -----

- 1.º Na anterior sessão da Assembleia Municipal, foi sugerido (e não consta da ata) que “na Ordem de Trabalhos, no que diz respeito às Atas, constasse «Votação» e não «Aprovação» porque pressupõe que os pontos sejam aprovados e podem não o ser; -----
- 2.º Foi ainda sugerido que se retirasse os títulos académicos; -----
- 3.º Há pelo menos uma parte da ata que não retrata a 100% a discussão que ocorreu no ponto; -----
- 4.º Relembro que esta ata não tem, no âmbito da discussão da ata anterior (n.º 3/2022), a alteração que sugeri aqui que fosse feita na redação da mesma, em que propunha o aditamento da sua intervenção de resposta ao Membro Municipal Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro no que dizia respeito ao ponto 2.12 da Ordem de Trabalhos da sessão em causa”. --

1.2 - EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Presidente da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio, Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, no qual solicita documentação - Ata 06 e 07 de 2012 e respetivos documentos - Reorganização Administrativa; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal de Belmonte, Senhor Dr. Amândio Manuel Ferreira Melo, a remeter "Moção a favor da decisão de um aeroporto para um processo de desenvolvimento territorial mais harmonioso" e a informar a aprovação da Moção "O IC6 e IC7 - Ligação a Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Covilhã (A23) - Uma obra necessária para a ligação do Interior ao Litoral"; -----
- Email dos Familiares de Fábio Gomes a agradecer o Voto de Pesar em memória do seu filho;
- Carta da Senhora Dra. Henriqueta Luísa Duarte Forte a agradecer a distinção aprovada na Assembleia Municipal da Covilhã; -----
- Carta da Senhora Maria Clara de Sousa Ramos Mateus Diogo a agradecer o Voto de Pesar em memória de Manuel Joaquim Lambelho Ramos; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter as propostas apresentadas - Orçamento 2023 - Abolição das Portagens nas Ex-SCUT/Impedir aumentos nas autoestradas e pontes concessionadas; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a enviar, para conhecimento e consideração, propostas apresentadas à Proposta de Lei de Orçamento do Estado para 2023; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a enviar, para conhecimento, Projeto de Lei n.º 421/XV - Altera o procedimento especial de reposição de freguesias entregue na Assembleia da República. -----

--- Foram intervenientes os seguintes Membros Municipais: -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**: Após cumprimentar todos os presentes, relembrou que, “nas sessões de 20 de fevereiro e de 26 de setembro, apresentámos um requerimento relativamente à informação escrita solicitando que o Senhor Presidente pedisse um parecer, nomeadamente à CCDR sobre essa informação. Nada consta no expediente. Não sei se foi solicitado ou não esse parecer.” -----

- Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que tinha sido “solicitado, mas ainda não nos responderam.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)** perguntou se tinha sido “solicitado na sequência da sessão de 26 de setembro”, tendo o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** confirmado que sim. -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** Após cumprimentar todos os presentes, informou que, “aos requerimentos apresentados pela bancada da CDU à Câmara Municipal, não temos obtido qualquer resposta ainda e alguns já vêm do mandato anterior, outros do presente mandato.

Ainda hoje transitei pela Avenida 25 de Abril e verifiquei que a limpeza daquele espaço verde por trás dos edifícios do Fundo de Fomento à Habitação (e tinha feito um requerimento) continua na mesma. Portanto, nem resposta ao requerimento, nem intervenção na obra, nem limpeza no espaço. -----

Fica este registo que, de facto, a Câmara continua muita atrasada nas respostas aos requerimentos, sendo um direito dos Membros desta Assembleia Municipal e também cabe ao Senhor Presidente da Mesa, face a esta situação, intervir junto da Câmara Municipal no sentido de sensibilizar o Senhor Presidente da Câmara para que cumpra com os deveres com os Membros desta Assembleia. -----

Depois dizer que, da correspondência, há um conjunto de propostas feitas pelo Grupo Parlamentar do PCP que deram conhecimento a esta Assembleia e informar a sequência que essas propostas tiveram na Assembleia da República: -----

- Quanto à proposta apresentada no âmbito do Orçamento do Estado de 2023, a proposta de abolição das portagens e a reversão da concessão da parceria público-privada, esta proposta foi rejeitada com os votos contra do PS, PSD, IL; -----
- A proposta de reforço de 355 milhões para o passe regional gratuito, para os menores de 18 anos, maiores de 65 e estudantes, um valor de 20 € para os restantes escalões, também não foi aprovada com os votos contra dos partidos do costume; -----
- A proposta de mais reforço de 20 milhões para as CIM's (porque se constata que os municípios têm uma comparticipação superior a 20% àquilo que se encontra na lei), como era para a CIM's e para as regiões, os senhores Deputados da Assembleia da República acharam por bem que as regiões e quem reside no Interior não merecem ter o reforço ao nível da redução tarifária; -----
- Depois, a proposta do passe nacional que se propunha no valor de 40 €, válido em todos os operadores regionais, municípios e CP, daí chamar-se o passe regional ferroviário, também não foi aprovado; -----
- A proposta para as Comunidades Intermunicipais de um reforço no Orçamento do Estado – Indicava 20 milhões e o PCP propôs um reforço para 50 milhões e, como é evidente, esta proposta também não foi aprovada. -----

Verificamos que a Assembleia da República e a maioria dos seus Deputados acha que quem vive no Interior, como já foi aqui referido nesta Assembleia Municipal, não merece ter a redução tarifária como tem quem reside nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa.” -----

- **Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD):** “Relembrar que, na Assembleia Municipal de fevereiro, foi apresentado um requerimento no sentido de solicitar parecer à CCDR e à Inspeção Geral das Finanças para que estas entidades se pronunciem acerca da legalidade da informação escrita que tem sido apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Já percebemos que ainda não há nenhuma resposta. Questiono se será uma utopia acreditar que ainda teremos. -----

Depois, na Assembleia de maio foi requerido, nos termos do Regimento, o estudo do projeto do novo aeródromo a ser entregue aos Membros da Assembleia. Mais de meio ano depois, continuamos a ver passar aviões sem acesso ao referido estudo e questiono por mais quanto tempo ficaremos assim. -----

Ainda na Assembleia de maio, foi também requerido o acesso a documentação administrativa, nomeadamente aos relatórios aos quais o DataCenter estava obrigado a efetuar e a remeter ao Município, assim como o plano de execução do Município, mas continuamos sem acesso à documentação. Questiono se não considerará desrespeitosa esta quase anarquia no órgão que preside. -----

Em setembro foi requerido o relatório sobre os prejuízos do incêndio da Serra da Estrela e, volvidos quase três meses, relembramos este pedido. -----

Ainda no âmbito dos incêndios, na mesma Assembleia foram colocadas algumas questões à Câmara Municipal às quais, quase surpreendentemente, aguardamos resposta. Questionamos por que motivo esta ainda não foi dada. -----

E ainda, na sessão de setembro, foi requerido à Mesa da Assembleia Municipal que forçasse o cumprimento do Regime Jurídico das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais no âmbito do envio do relatório semestral do Revisor Oficial de Contas sobre a situação financeira do Município. Mais uma vez, Senhor Presidente, há algum lapso na transmissão destes requerimentos à Câmara ou apenas um claro desrespeito pela figura da autoridade máxima deste órgão? -----

Por último, já questionámos no mandato anterior e também não obtivemos resposta acerca da concessão do Welcome Center. Como é que foi feita uma concessão sem concurso público e por que é que este não foi feito? -----

Portanto, contabiliza-se um total de sete requerimentos sem resposta. Questionamos se já foram submetidos e por que é que não existe resposta passados tantos meses.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que os requerimentos tinham sido remetidos “a quem de direito” e que logo que tenham resposta aos mesmos iriam fazê-los chegar aos Membros Municipais. Referiu ainda que “temos também que acreditar nas utopias”. -

1.3 - INTERVENÇÕES

LÍDERES / REPRESENTANTES DE BANCADA

--- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a intervenção: **(Doc. 01)** -----

“Passados 9 anos, eis-me de novo na Casa da Democracia na Covilhã, este Auditório Municipal onde participei em todas as suas sessões durante 12 anos como Presidente de Junta, mas agora inserido no Movimento cívico COVILHÃ TEM FORÇA e por impossibilidade da presença dos elementos que estão à minha frente na lista de candidatura. -----

É com enorme responsabilidade que aqui estou, tentando contribuir com ideias, sugestões e críticas para que este Órgão Municipal contribua também para a valorização e engrandecimento da nossa Covilhã. -----

Sabem da minha lisura de vida e no altruísmo que sempre coloquei nas minhas interações sociais, como atleta do Sporting Clube da Covilhã, como Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, como membro da sua Assembleia de Freguesia, como trabalhador quer do Sindicato dos Lanifícios, quer da Universidade da Beira Interior e ainda como dirigente associativo. -----

*Certamente, conhecem-me também, pelo valores que defendo e pratico na democracia, nomeadamente, **o respeito, a liberdade de expressão, a igualdade, a participação colectiva, a ética**, entre outros. -----*

*Prezado e Estimado **Presidente da Assembleia Municipal** -----*

A Assembleia Municipal tem um importante papel na fiscalização de toda a actividade do executivo municipal e deve acompanhar e fiscalizar não só a actividade do Município mas também das empresas municipais. -----

Tem ainda o papel de pugnar pela participação colectiva dos covilhanenses, não tendo receio de emitir as suas sessões via online, chegando mais longe do que estas quatro paredes, sendo certo que a comunicação social está por cá, mas que não reproduz na íntegra o que aqui acontece. -----

Porque tenho estado presente em algumas sessões, sei que este assunto já lhe foi transmitido e gostaria de aqui reiterar o pedido para que exerça a sua magistratura de influência para que seja possível a transmissão via online das sessões da Assembleia Municipal, até para se avaliar da anuência dos cidadãos que residem no concelho da Covilhã às causas e problemas que aqui são abordados. -----

*E porque falei atrás na participação colectiva dos covilhanenses, **não será inovador no País**, mas seria interessante no nosso território transformar a Assembleia Municipal numa Assembleia do Concelho da Covilhã, descentralizando as suas sessões em várias Freguesias, onde seja possível a sua concretização. -----*

De certo, encontrará Presidentes de Junta que o acompanharão nesta ideia. -----

Desta forma dar-se-á relevância aos Presidente de Junta que ali representam as gentes dos seus territórios e far-se-á a audição de todas as forças vivas do concelho da Covilhã. -----

Conte comigo, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para este desafio. -----

*Para terminar uma questão ao Senhor **Presidente da Câmara**: -----*

Notícia dos últimos dias afirma que a Altice pretende vender o Data Center da Covilhã, incluindo assim este centro de armazenamento de informações na venda de parte dos centros de dados que esta empresa detêm. -----

O Senhor Presidente pode dar-nos mais esclarecimentos sobre este assunto? Estão salvaguardadas as questões da nossa Covilhã? -----

Aproveito a oportunidade para, a todos vós e vossos familiares, desejar um BOM e FELIZ NATAL e formular votos para que o 2023 seja repleto de SAÚDE, PAZ, ALEGRIA, AMOR e EUROS.” -----

--- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV), após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: (Doc.02) -----

“Uma primeira nota sobre o anúncio do Governo de atribuição de uma prestação única no valor de 240 euros às pessoas em situação de maior vulnerabilidade. -----

E dizer que é naturalmente útil para quem a recebe, ao mesmo tempo que se reconhece o grave problema que existe na sociedade portuguesa – o agravamento das condições de vida - no entanto revela a abordagem pontual pelo Governo de um problema que é estrutural e a insuficiência das medidas adotadas. -----

A elevada inflação, bem como o aumento especulativo dos preços não se sente só num mês, nem somente neste período de Festas. -----

É um problema que já vem de trás e que vai continuar a sentir-se no próximo ano, em janeiro, fevereiro, março e nos meses seguintes. -----

Por isso o que se exige do Governo não são medidas avulsas, mas sim soluções para a recuperação e valorização do poder de compra dos trabalhadores e dos reformados, como o PCP propõe, com o aumento geral dos salários e das pensões e o controlo e a fixação de preços dos bens e serviços essenciais. -----

Uma segunda nota sobre o CTTs. -----

Temos constatado os atrasos e constrangimentos criados para as populações do nosso concelho do deficiente serviço dos CTTs, nomeadamente do serviço público postal. -----

É assim durante todo o ano. -----

Recebemos correspondência com atraso de oito e mais dias. -----

No mês de Novembro a população do Ourondo esteve algumas semanas sem correspondência. ---

Com uma população envelhecida sem débitos diretos, que utiliza os CTTs para pagamento de faturas e levantamentos dos vales de reforma, entra em pânico porque não levanta o dinheiro e nem recebe a fatura dos serviços que tem que liquidar. -----

Uma situação que se repete em outras freguesias, com atrasos e troca de correspondência. Um péssimo serviço público. -----

E que fazem os CTTs nos protocolos com as Junta de Freguesia? Procuram reduzir o pagamento do serviço prestado às populações, deixando, no caso do Tortosendo, um imóvel a degradar-se. -----

Aqui chegados só podemos concluir que foi um crime económico a privatização dos CTT e a liberalização dos Correios. -----

Na nossa opinião este processo de liberalização e privatização é um desastre, prejudica os

trabalhadores do sector, prejudica os utentes do serviço público postal, prejudica a economia nacional e até prejudica o Estado financeiramente. -----

E tanto prejuízo para quê? -----

Para que ganhassem os mesmos de sempre: -----

ganhou o Grupo Champalimaud, ganharam os restantes accionistas dos CTT e ganhou o projecto federal da União Europeia que promove a destruição de todos os instrumentos nacionais de soberania. -----

Fizeram o pleno, ganharam todos menos quem mais interessa, o País, os trabalhadores e os utentes. -----

Sim, a liberalização e a privatização dos CTT **foram um desastre para os utentes.** -----

Os preços dispararam mais de 70% desde a privatização, o correio deixou de ser distribuído numa base diária e deixou de ser confiável, são dias, às vezes semanas, para receber uma carta, são os avisos que são deitados na caixa de correio sem qualquer contacto, são as centenas de estações e postos dos CTT encerrados, as filas infundáveis para receber a reforma ou comprar um selo. -----

Os CTT privatizados conseguiram falhar em todas as normas de qualidade e fiabilidade, e a reacção do Governo perante este desastre foi a de retirar poderes à Anacom, não fosse esta cumprir o papel que tinha e exercê-lo, para tornar menos eficaz a penalização de tão mau serviço. -----

E que dizer das consequências da privatização para os trabalhadores dos CTT, e da liberalização para os trabalhadores do sector? -----

Aí foi um desastre igual ou ainda maior. -----

Nos CTT faltam trabalhadores operacionais em todo o País. -----

Os Centros de Distribuição Postal são encerrados e os giros são alargados, corta-se no fardamento e na segurança no trabalho. -----

Os trabalhadores que não têm as condições físicas para efectuar todas as duras tarefas associadas ao serviço postal passaram a ser perseguidos. -----

O valor dos salários nos CTT baixa a cada ano, sendo exemplo este ano em que, com quase 10% de inflação, a empresa se recusa a um aumento intercalar. -----

O salário de entrada é já tão baixo que afasta muitos trabalhadores de uma profissão que é desgastante e fisicamente exigente. -----

E no sector, nas novas empresas fruto da liberalização, qual é a realidade? -----

É a precariedade, a subcontratação, os baixos salários e a exploração. -----

Para agravar, com a privatização, o Estado viu desaparecer os muitos milhões de lucro que os CTT lhe entregava a cada ano. -----

Sim, porque os CTT eram uma empresa pública com lucros e que pagava dividendos ao Estado. ---

Uma empresa pública com lucros? -----

Assim se percebe o apetite e tanta e tanta manobra para lhe pôr a mão. -----

E repare-se na suprema das ironias. -----

Graças ao novo contrato de concessão assinado pelo Governo do PS, ainda corremos o risco de, todos nós, virmos a começar a pagar por um serviço que antes, sendo melhor prestado, lhe dava lucro. -----

Mas há pior. -----

A gestão privada está a delapidar o património dos CTT – vendeu a maioria dos seus edifícios históricos, libertou-se de dezenas de Centros Distribuição Postal em locais estratégicos e, como se não bastasse, está a colocar em operações financeiras o resto do património. -----

Rapidamente o património imobiliário necessário à prestação do serviço público postal deixará de existir e o Estado acabará por ser chamado a reconstruir essa rede. -----

E perante a liquidação deste património, quando o PCP questionou o Governo, este afirmou do alto da sua sobrançeria que nada tinha a ver com o assunto. -----

O património é delapidado, os resultados vão direitinhos para os accionistas dos CTT, o Estado é lesado e o Governo nada tem a ver com tudo isto. -----

Está bom de ver o grau de cumplicidade do Governo para com os interesses do Grupo Champalimaud. -----

O PCP irá apresentar um projeto de lei – uma vez mais - nos próximos dias, para a retoma do controlo público dos CTT, é mais um instrumento e uma solução para este problema que enfrentamos. -----

O nosso projecto tem tanto de simplicidade como de profundidade. -----

É simples porque coloca como objectivos centrais a retoma do controlo público dos CTT, a valorização do serviço postal, a garantia dos direitos dos trabalhadores e dos utentes e a garantia da coesão territorial do País. -----

É profundo, porque retira das mãos do Capital a possibilidade de continuar a destruir este que é um serviço estratégico. -----

Veremos como votará o PS que, sozinho ou acompanhado por PSD, IL e Chega, rejeitou as mais de 400 propostas de alteração que apresentámos ao Orçamento do Estado para 2023. -----

Esta é uma batalha de todos, dos trabalhadores, dos utentes, mas também dos democratas e patriotas. Esta é uma luta que vale a pena e para a qual apelamos. -----

Os CTT são para servir ao povo, o Grupo Champalimaud serve-se dos CTT e por essa via serve-se do povo. -----

Apenas uma minoria lucra com a liberalização dos Correios e com a privatização dos CTT. -----

Disse.” -----

--- Mandatado pelo líder da Bancada do **CDS-PP**, o Membro Municipal **Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.03)** -----

“Importa a esta altura, efetuar certamente um balanço da governação socialista até agora neste mandato. -----

As atitudes ficam para quem as pratica, já diz a ditado, e governar em maioria tem que ser mais do que impor as suas vontades, menosprezando as ideias e as vontades da oposição, muitas vezes maltratando e menosprezando os autarcas que tentam contribuir com propostas para a melhoria das condições de vida da população, tendendo a desvalorizar as mesmas, com a velha desculpa do passado. -----

As promessas vão sendo empurradas para a frente e não só não há maneira de as vermos concretizadas, como ainda se transformam propostas e críticas em novas promessas que apenas servem para limitar a ação de quem quer o melhor para o Concelho e que muitas delas, apesar de prometidas, nem vão ser realizadas. -----

Hoje atravessamos um tempo de muitas interrogações e pressões extremas como a guerra e a inflação, que necessitam de uma ação mais acutilante e com medidas à altura no sentido de minorar estes efeitos sobre a população. -----

Em boa verdade o Partido Socialista na sua governação continua a não ter uma estratégia de futuro que possa dar resposta aos problemas do Concelho, como o envelhecimento da população, o despovoamento do território e a falta de oportunidades para a fixação de jovens. -----

Alguns dos caminhos que o Partido Socialista tem escolhido para a Covilhã são a cara da falta de rumo com que tem governado, da qual resulta claramente uma estratégia de esvaziamento do pensamento e da liberdade. -----

O das suas fileiras através da contratação para quadros na Câmara Municipal dos que estão a seu lado é demonstrativo da necessidade de retirar dividendos eleitorais nas próximas eleições. -----

Assim este tem sido um trabalho com nota negativa, não poderíamos avaliar de outra forma. -----

Na política, tal como na vida, não vale tudo, e como tal podem contar com a nossa presença pelo que continuaremos não só a criticar o seu trabalho, quando tal for necessário, também apresentar propostas para colocar o Concelho no Rumo certo!” -----

--- Mandatada pelo líder da Bancada do **PPD/PSD**, a Membro Municipal **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.04)**: -----

“Esta é a assembleia municipal de Dezembro, aquela que tradicionalmente planeia e debate o futuro do nosso concelho para um novo ano. À porta de um novo ano e mais uma sessão sem transmissão on-line, fica o registo. -----

Mas como podemos falar de futuro sem resolver o nosso passado? -----

Como vamos nós falar de futuro sem planear nem projetar a estratégia de devolver à região e ao concelho aquilo que de uma forma tão brusca nos foi retirado, um dos nossos tesouros mais preciosos: a nossa Serra da Estrela. -----

Conseguem pensar no aumento da qualidade de vida das pessoas, no crescimento e desenvolvimento do concelho, ficando por sarar a ferida mais profunda e aberta que temos hoje? Desculpem, mas o PSD não consegue, por isso vamos continuar a expor a situação, a provocar a discussão e claro a exigir uma solução. -----

Não podemos nem devemos consentir que a calamidade que os incêndios do verão passado nos trouxeram se esfume na espuma dos dias. Por isso iremos a cada assembleia municipal lembrar que temos este desígnio por cumprir e que todos mas mesmo todos seremos responsáveis da nossa inação se no próximo verão a situação se repetir. -----

O PSD nunca irá ficar anestesiado pela passagem do tempo, sob pena de se vir a tornar cúmplice da extrema-unção dada à nossa Serra. -----

Dito isto, não faça cara feia Sr. Presidente, porque nós vamos continuar. Vamos continuar a colocar na agenda política os incêndios, as vezes que forem precisas, vamos lembrar aos Covilhanenses, a cada assembleia municipal, o que se passou, para que o escrutínio político continue a ser feito, com o objetivo final de que o executivo socialista não ouse andar a empurrar com a barriga um assunto de tamanha gravidade. -----

Vamos lembrar até à exaustão o que aconteceu, mesmo que voltemos a ser acusados de aproveitamento político, de criticarmos sem razão, etc...etc.. -----

Mas vamos hoje lembrar, também, que nesta casa, mais precisamente na última assembleia municipal, nasceu e bem, uma Comissão de acompanhamento dos trabalhos do município e da aplicação do plano de revitalização da Serra da Estrela. -----

Uma Comissão aprovada por unanimidade, ou seja também pelo partido socialista, que fez questão de referir que esta comissão não podia, como outras, ser inconsequente. -----

Por isso, meus senhores, todos aqui presentes somos responsáveis por ela. Espero ouvir aqui neste púlpito as outras bancadas a intervir sobre este tema em particular a bancada do partido socialista.

Passaram, meus senhores, quase 3 meses, quantas vezes esta comissão reuniu? que trabalho de acompanhamento fez? que relatórios criou? o que questionou? O que sugeriu?... nada ...zero -----

Não contem com o PSD para isto. -----

Não contem com o PSD para enganar as pessoas. -----

Não contem com o PSD para fingir que se faz e que estamos todos cheios de boas intenções. -----

Não foi para isso que fomos eleitos, nunca foi essa a nossa postura nem nunca será. Por isso, meus senhores, vamos dar “corda aos sapatos” e começar a trabalhar. A continuar assim o PSD com todo o sentido de responsabilidade terá de tomar medidas para que isso aconteça e o trabalho apareça.

Não podemos compactuar com a inação, com a desresponsabilização de algo que nos é tão caro: a obrigação de, enquanto aqui estivermos, defender os covilhanenses e o seu território. -----

Na verdade o que pretendemos com esta intervenção é fazer, aqui hoje, aquilo que queríamos ter feito nessa comissão: solicitar informação, questionar as ações realizadas ou não realizadas, sugerir soluções e exigir trabalho aos responsáveis políticos. -----

Aliás e em abono da verdade foi o que fizemos desde o primeiro dia da catástrofe. -----

A primeira posição foi a de recato, respeitando as vítimas e quem por força das suas funções, estava e lutava no terreno. -----

Em tempo oportuno manifestámos o nosso apoio e solidariedade e tomamos as medidas que estavam ao nosso alcance. -----

Tudo foi feito na perfeita consciência que o PSD, não podia ser um instrumento de entrave a qualquer acção de trabalho durante e após a tragédia mas também nunca poderíamos ficar amorfos a tudo o que aconteceu. -----

Hoje estamos aqui novamente a exigir trabalho e acção: -----

Apresentamos neste órgão 2 requerimentos que se encontram por responder: o primeiro que solicita o relatório sobre os prejuízos do incêndio na Serra da Estrela e o segundo com 7 questões dentro desta temática muito práticas e diretas sobre meios e recursos utilizados ou por utilizar. ---

Passaram 3 meses, quando nos vão responder? -----

Mas, hoje, vamos apresentar um novo requerimento, porque temos mais perguntas.... -----

Que apoios o Município já recebeu do governo central? -----

A que programa de incentivos já apresentou candidaturas? E que munícipes já ajudou nas candidaturas ao vários programas de apoio? -----

Que meios já disponibilizou às juntas de freguesia vítimas dos incêndios? -----

Vamos novamente ser acusados de aproveitamento político, por exigir estas respostas? -----

Também é aproveitamento político o magnífico trabalho de investigação jornalística que a RTP fez para a reportagem do programa "Linha da Frente" transmitida no passado dia oito? onde aliás, tudo, o que foi dito no vídeo que o PSD apresentou aqui, na última assembleia municipal foi corroborado nessa reportagem. -----

Investigação jornalística onde todos quiseram contribuir com o relato da experiência vivida, menos o presidente de um dos concelhos mais fustigado: a Covilhã. -----

Também é aproveitamento político as últimas declarações do Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários da Covilhã? Onde diz taxativamente que o incendio deve ser investigado porque há muito por se saber? -----

Relembro o sr. Presidente Vítor Pereira que tem um mandato para cumprir até ao fim, que até às 24 horas do último dia é o responsável máximo deste concelho, é a cara e a imagem dos Covilhanenses, por isso a sua ausência na referida reportagem diz muito da sua permanente ausência nos passos do concelho. -----

Bem sabemos que tem muitos pretendentes à sucessão, mas nem esses, todos juntos, conseguem, por mais que tentem, abafar a sua chocante ausência. -----

Até ao último dia do seu mandato o PSD irá estar aqui para lhe exigir responsabilidades a si e ao seu executivo.... -----

HABITUEM-SE...” -----

--- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção com algumas felicitações. -----

“Quero felicitar o Pedro Jacinto, que foi recentemente eleito como Presidente da Associação Académica da Universidade da Beira Interior, e desejar-lhe um bom mandato. A Associação Académica da Universidade da Beira Interior é, porventura, a maior e mais eclética associação do nosso concelho pelo número de estudantes, jovens e modalidades (desportivas e culturais) que representa. É uma importantíssima instituição do nosso concelho e quero, por isso, felicitar o Senhor Presidente eleito e desejar-lhe, em nome da Assembleia Municipal da Covilhã, do Partido Socialista e da Covilhã, os maiores sucessos no seu trabalho. A AAUBI desenvolve um trabalho muito importante e de grande relevância no nosso concelho e espero que o presidente eleito o faça com sucesso. -----

Saúdo e felicito o Senhor Prof. Jorge Reis Silva, que foi nomeado como perito convidado para integrar a Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos da Comissão Técnico-independente que vai pronunciar-se sobre o novo aeroporto. É um trabalho de grande relevância e de grande importância e a sua presença muito honra a Covilhã e também o nosso concelho. E, certamente, muito honra também a Universidade contar com um quadro desta qualidade. Muito se espera desta Comissão, portanto, desejo-lhe um bom trabalho. -----

Quero também felicitar o Senhor Prof. João Castro Gomes, que foi um dos 30 especialistas convidados pelo Governo para fazer parte do grupo de peritos que pretende analisar, na vertente técnico-científica, a questão dos grandes incêndios rurais deste ano, nomeadamente o incêndio na Serra da Estrela. Tal como o Prof. Jorge Reis Silva, é certamente uma honra para a Covilhã e é uma honra para a Universidade da Beira Interior que o Senhor Prof. João Castro Gomes faça parte deste grupo de especialistas e, portanto, desejo a ambos as maiores felicidades e venturas. -----

Felicito a nomeação do Senhor Doutor Nuno Fazenda como Secretário de Estado do Turismo, ele que é covilhanense, mas também Deputado do Círculo Eleitoral de Castelo Branco. Desejamos-lhe um bom mandato, as maiores felicidades em nome daquilo que é o interesse nacional e também daquilo que será a sua governação e o Turismo. -----

Quero felicitar a Escola Secundária Campos Melo pela conquista da aprovação da candidatura de criação de centros tecnológicos especializados, nomeadamente na área industrial e informática, num investimento superior a 2,6 milhões de euros. -----

A Escola Secundária Campos Melo - antiga Escola Industrial e Comercial Campos Melo - é uma das escolas mais antigas do nosso concelho e tem-se distinguido, desde a sua fundação, pela formação e capacitação de quadros técnicos que foram determinantes para que a indústria, nomeadamente a indústria têxtil e de lanifícios da Covilhã, se distinguisse em relação às outras. -----

Parece-me que esta candidatura e a aprovação destes centros tecnológicos especializados prossegue aquilo que é o seu desígnio de formação, de educação e de capacitação de recursos humanos para que a nossa economia, a nossa indústria, as nossas empresas e, neste caso, as novas tecnologias tenham ao seu dispor mão-de-obra qualificada e capaz para dar resposta às suas necessidades.” -----

Proseguiu a sua intervenção dando “uma nota sobre aquilo que foi anunciado pela Câmara Municipal da Covilhã: os mais de 2,3 milhões de euros de apoio às famílias, às IPSS’s e às empresas. Na última Assembleia Municipal da Covilhã, foi proposta pela oposição - com a abstenção do Partido Socialista - um conjunto de medidas nas quais nos abstivemos porque considerávamos que eram da responsabilidade do Executivo Municipal e por serem escassas. Felizmente, não nos enganámos e o Executivo Municipal correspondeu às nossas expectativas e foi além daquilo que eram as propostas e as exigências. -----

Não podemos deixar esquecer: -----

- Que vamos hoje aprovar: -----
 - Um IMI na sua taxa mínima de 0,30, representando 750 mil euros; um IMI das famílias com desconto para quem tem 3, 2 ou 1 filho, com descontos graduais; -----
 - A isenção da Derrama das empresas no próximo ano; -----
 - A manutenção da isenção da Taxa de Ocupação do Subsolo em 2023. -----
- Os 350 mil euros de apoio que foram atribuídos às IPSS’s; -----
- As refeições escolares gratuitas no 1.º e no 2.º escalão; -----
- Os lanches escolares gratuitos no 1.º e no 2.º escalão; -----
- A distribuição de fruta e de leite e o alargamento da gratuidade dos transportes escolares. -----

São medidas que procuram, e bem, ir ao encontro daquilo que são as necessidades das nossas famílias, das nossas empresas, das nossas instituições, procurando minorar o impacto que esta crise inflacionista e esta crise energética têm tido e vão continuar a ter nos seus orçamentos. -----

Quero, em nome da bancada do Partido Socialista, felicitar o Executivo Municipal - na pessoa do Senhor Presidente Vítor Pereira - e todo o Executivo pela aprovação destas medidas que, não resolvendo, mitigam sem dúvida este prejuízo. -----

Para terminar, quero referir que nós - o Partido Socialista -, na Comissão dos incêndios que muito bem aprovámos na última reunião, indicámos logo no próprio dia ao Senhor Presidente quem seria o Representante da bancada do Partido Socialista nessa Comissão. -----

Gostaria de saber se todas as bancadas já o fizeram. Quando aqui questionamos o funcionamento dessa Comissão, gostaria de saber se todas as bancadas já indicaram o seu Representante porque não fará, porventura, muito sentido vir questionar o funcionamento quando nem sequer nomeámos ou indicámos o nosso representante.”-----

INTERVENÇÕES/ VOTOS DE CONGRATULAÇÃO, DE LOUVOR E DE PESAR / MOÇÕES

--- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, resumiu e entregou uma Moção de Reprovação da atuação municipal no incêndio de agosto de 2022 e de Louvor a todos os Bombeiros que combateram este incêndio que, a seguir, se transcreve: **(Doc.05)** -----

“Passados 4 meses de um dos maiores atentados contra o património municipal, regional e nacional: O que foi feito? O que foi apurado? O que se sabe, sobre a prevenção, a reação e o combate aos incêndios que destruíram uma boa parte da Serra da Estrela este Verão? -----

Para além de algumas corajosas reportagens jornalísticas, que demonstram o que correu mal e porque correu mal, que mostram como o fogo poderia ter sido extinto ao segundo dia, em vez de ter durado por 10 dias, reina o silêncio. -----

O silêncio de quem não fez o que devia, não acautelou como podia, não agiu quando se impunha.

E este silêncio é ainda mais preocupante quando significa a total ausência de coragem e empenho no apuramento do que correu mal, por forma a tentar corrigir erros e evitar futuras ocorrências do género. -----

O silêncio de quem gastou horas e horas a falar do trabalho desenvolvido na floresta e na prevenção, de quem jurou que tudo estava preparado como nunca, de quem garantiu que tudo estava controlado. -----

É, a nosso ver, absolutamente necessário identificar onde é que a proteção civil municipal falhou, quem são os responsáveis por tais falhas e sobretudo o que já foi ou está a ser feito para que não se repitam tais erros e falhas. -----

Na última Assembleia Municipal, e depois de insistência da oposição, foi deliberado, por unanimidade a constituição de uma comissão de acompanhamento deste incêndio... -----

Até agora, que se saiba, tal comissão não foi sequer, formalmente, constituída, nem reuniu uma única vez... -----

Tudo é lento quando a vontade é pouca, a coragem falta e a responsabilidade é descartada. Mas fica à vista a absoluta ausência de vontade política dos dirigentes municipais em colocar em funcionamento este instrumento de controlo e acompanhamento das ações municipais, regionais e nacionais. -----

Nessa mesma Assembleia tivemos o privilégio de ouvir de viva voz, o responsável do serviço de proteção civil municipal e simultaneamente o comandante dos nossos bombeiros. A sua intervenção foi clara, corajosa e reveladora do que correu menos bem. -----

Não deveria cair em saco roto. Deveria ter consequências. -----

O que ficámos a saber, o que sabemos já todos ainda que muitos finjam não ter visto ou lido ou visto: -----

Desde logo, correu muita coisa mal na identificação da ocorrência, na necessidade de separar o incêndio em duas fases, e sobretudo em identificar o que efetivamente não correu bem no combate ao incêndio por falhas evidentes no sistema de proteção civil municipal, a saber: -----

- A) **Não conclusão da rede primária de proteção de incêndios e gestão de combustíveis,** precisamente na zona mais favorável ao combate ao incêndio (fraga grande até à estrada das penhas, passando pela lapa das cachopas). -----*
- B) **Inexistência De Pontos Intermédios De Abastecimento De Água, Que Permittedem Aos Meios Aéreos (Helicópteros) Uma Atuação Mais Célere E Eficaz...** -----*

- C) **Não ativação do plano de emergência e proteção civil, que só foi ativado no 4º dia de incêndio!** -----
- D) **Decisão Política De Concentrar Na Mesma Pessoa O Cargo De Responsável De Proteção Civil E De Comandante Dos Bombeiros.** -----

Isto são factos, não são suposições. E são factos que justificam esta moção de reprovação. -----

As duas primeiras situações revelam uma falha de previsão e prevenção absolutas por parte desta Câmara, dado que a identificação e planeamento e fiscalização das redes primárias são da competência dos municípios, e cujas deficiências ou riscos (como se verificou no decurso do combate ao incêndio) deviam estar identificadas e refletidas no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. -----

E com consternação, **constatamos que não estavam...** -----

A proteção civil municipal não pode servir só para colocar faixas de sinalização e remediar o que, sobretudo por inação do executivo municipal vai acontecendo de mal no nosso concelho... -----

E sobretudo não basta dizer "TODOS SOMOS PROTEÇÃO CIVIL!" como está na página do Município.

No que respeita às outras duas questões, e pela exposição que foi feita na Assembleia, é evidente que a acumulação de funções e prevenção civil e de combate ao incêndio, não teve bons resultados teve com consequências desastrosas, com sucessivas decisões que não surtiram o efeito desejado (com o fogo continuamente a fugir, nos locais onde devia ter sido parado) e, nomeadamente, com **a decisão de, sucessivamente, não ativar o plano de emergência e proteção civil, com base em previsões e suposições que se vieram a verificar erradas e com as consequências que todos, hoje, conhecemos.** -----

Ao contrário do que disse o responsável da proteção civil/comandante dos bombeiros, não é a ele que compete propor a ativação ou ativar o plano municipal de emergência. Nos termos da lei e do plano aprovado também por esta assembleia, **a competência exclusiva para ativar o PMEPC é do presidente de câmara, após parecer da comissão municipal de proteção civil.** -----

E existem critérios objetivos para a sua ativação, nomeadamente, um que nunca foi sequer equacionado por nenhum responsável da câmara da Covilhã: incêndio rural/ florestal ou conjunto de incêndios rurais/florestais que tenha excedido 12 horas de duração por dominar e/ou cuja área ardida ultrapasse 1000 hectares; -----

Sabemos hoje que o sr presidente não estava na Covilhã e apenas deu provas de vida ao 4º dia de incêndio... -----

Mas onde estavam os seus substitutos e sobretudo onde estava a estrutura de proteção civil que tinha de acautelar estas questões? -----

Uns a aparecer no triste espetáculo que foi a Volta a Portugal em bicicleta, com as dramáticas imagens de fundo de uma serra a arder. -----

Os outros, ou não existem (quantos membros ou funcionários do município estão adstritos ao serviço de proteção civil? 2/3?), ou estavam assoberbados a exercer as suas outras funções de combate direto ao incêndio. -----

Temos de acreditar que os que batalharam no terreno, fizeram o melhor que podiam e sabiam com os meios e condições com que se depararam. -----

Porém, em face do calamitoso resultado é inegável concluir que tudo ou quase tudo falhou. -----

Os planos Municipais de Emergência de Proteção Civil e de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMEPC), não funcionaram nem foram respeitados! -----

O Sr. Presidente de Câmara, como já nos habituou nos momentos mais críticos, apenas se dignou a aparecer para tentar desviar as atenções do essencial. -----

E depois, na altura de apurar responsabilidades, sempre por questões de agenda, desaparece e remete-se ao silêncio. -----

Impunha-se ao Edil Municipal que, principalmente nos momentos mais críticos, desse a cara. Assumisse responsabilidades e sobretudo, garantisse e fizesse com que os serviços municipais funcionam em pleno. -----

Sobretudo era exigível ao Sr Presidente que cumprisse e fizesse cumprir o que consta do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) e do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. -----

Infelizmente, constata-se hoje que não o fez! -----

Sendo que, até agora e não obstante as graves e manifestas imputações que sucessivamente, insistem em vir a público, dos responsáveis políticos da câmara da Covilhã, o silêncio é sepulcral! -

Tudo isto merece a nossa reprovação. O que está em causa na presente moção são decisões políticas erradas e a ausência de decisões políticas adequadas. -----

O Senhor Presidente fica mal e deixa ficar mal a Covilhã ao dizer publicamente que não tem agenda para tomar uma posição sobre o assunto, quando todos os seus congéneres aparecem, falam e dizem claramente o que correu mal. -----

É por isto que entendemos ser de reprovar politicamente a atuação e postura do Presidente da Câmara Municipal, bem como do seu executivo, pelas suas decisões, ou falta delas, na prevenção e combate aos incêndios que, em agosto, destruíram uma considerável parte da Serra da Estrela. -

Quem não reprovar esta atuação, está a sancioná-la, a concordar com ela, e está a garantir que nada é feito para evitar que tudo isto se repita. -----

Não pedimos cabeças. Exigimos responsabilidade e, sobretudo, soluções! -----

Assim, em face da manifesta responsabilidade do executivo municipal os Deputados Eleitos pelo Grupo Municipal do CDS vêm apresentar uma moção de reprovação da atuação municipal no incêndio de Agosto/2022, pelo que aconteceu antes, durante e, certamente, está a acontecer até à presente data com a tomada de decisões políticas erradas e a ausência de decisões políticas atempadas e adequadas ao momento e de louvor a todos os Bombeiros que combateram este incêndio.” -----

Terminou a sua intervenção associando-se “à palavra de saudação ao Covilhanense Nuno Fazenda, novo Secretário de Estado do Turismo, a quem evidentemente desejo as maiores felicidades. Foi

meu adjunto e espero que o Partido Socialista lhe possa dirigir algumas das queixas que me fez, nomeadamente espero que seja então retomado o Pólo de Turismo da Serra da Estrela que tantas vezes me acusaram de ter terminado e têm agora um Socialista que o pode voltar a reinstalar.” –

- Tendo existido algumas dúvidas por parte do Membro Municipal **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** esclareceu que o documento consistia numa moção de reprovação à atuação municipal no incêndio de agosto de 2022 e, ao mesmo tempo, de louvor aos bombeiros que combateram o incêndio. “É uma proposta com as duas coisas.” -----

A Senhora **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)** explicou que “tem um texto para dois votos diferentes. Estou aqui como membro da Assembleia Municipal, toda a gente dá achegas e acho que também posso dar. Ou sou a única que não posso?! Estou a dar o meu ponto de vista.” -----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que “temos pontos de vista diferentes.” -----

- Colocada à votação, a presente ***Moção de reprovação da atuação municipal no incêndio de Agosto/2022, pelo que aconteceu antes, durante e, certamente, está a acontecer até à presente data com a tomada de decisões políticas erradas e a ausência de decisões políticas atempadas e adequadas ao momento e de louvor a todos os Bombeiros que combateram este incêndio*** foi rejeitada por maioria com 28 votos contra (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Tortosendo, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio), 5 abstenções (CDU - PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e o Presidente da Junta de Freguesia de Peraboa) e 7 votos a favor (PPD/PSD e CDS-PP). -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, a Senhora Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD). -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”)** – “A nossa abstenção tem a ver com a confusão que aqui foi gerada e também não tinha toda a informação necessária para votar contra ou votar a favor. -----

Realço, efetivamente, o trabalho extraordinário que foi feito pelos bombeiros. Sei também que a Câmara Municipal esteve em muitos locais onde foi necessário estar e, por isso, acho até que nem devemos avançar muito com estas questões. -----

Sei que este incêndio há de ser escalpelizado. Agora, a Assembleia Municipal, acho que já passou. Daqui um ano é preciso é que isto não volte a acontecer.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** – “Votámos contra porque não poderíamos, naturalmente, votar favoravelmente uma moção de reprovação daquilo que foi uma atuação que na última Assembleia Municipal mereceu o aplauso de toda esta Assembleia de pé. -----

Os pressupostos que estão neste voto de reprovação são pressupostos errados e pretendem, no fundo, retirar dividendos políticos e partidários de uma tragédia que não deve ser utilizada para retirar benefícios políticos e partidários. -----

Quero agradecer, não só à Câmara Municipal - aos dirigentes e funcionários da Câmara Municipal -, mas sobretudo aos bombeiros, à GNR, à PSP, à Força Especial de Bombeiros, ao ICNF, à APA, às Juntas de Freguesia e aos seus funcionários, às associações informais, às pessoas em geral que permitiram que esta tragédia, porventura a maior dos últimos anos, tivesse chegado ao fim sem perda de vidas humanas e com perdas de bens materiais controladas para aquilo que poderia ter acontecido.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** – “Relativamente a esta matéria, do aplauso de pé ao Senhor Comandante dos Bombeiros e Coordenador Municipal da Proteção Civil, aplaudi também essa intervenção e a explicação que aqui foi dada, mas o que veio nessa intervenção foi o seguinte: -----

- O alerta tardio; -----
- Os meios aéreos que só estiveram disponíveis às 09:15 horas; -----
- O helicóptero que fez inadvertidamente um desvio do incêndio; -----
- O desvio de meios para o incêndio da Portela; -----
- A falta de rede primária completa; -----
- A questão de não termos um espelho de água para abastecimento de aviões e temos isso bastante longe; -----
- Não há pontes de água para helicópteros; -----
- Havia muitos agentes no combate; -----
- Havia falta de aceiros; -----
- Há falta de diversidade florestal; -----
- Questões relacionadas também com a propriedade da floresta. -----

Algumas coisas destas têm a ver com o Estado e outras poderão ter a ver com a Autarquia. -----

Outra coisa que a gente não confunde, naturalmente, é a questão do combate e esta questão toda mediática. Não reprovamos assim, como aqui está proposto, esta postura da Câmara Municipal. Achamos, sim, que devemos passar mais tempo a falar na prevenção do que no combate.” -----

--- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**, após cumprimentar todos os presentes, referiu ter tido “a oportunidade, desde a última Assembleia Municipal até agora, de participar num debate sobre habitação no Concelho da Covilhã. -----

Esse debate, onde participaram técnicos, moradores, o serviço de habitação social municipal da Câmara Municipal da Covilhã, inquilinos, senhorios..., veio trazer aquilo que já se sabe que está a

acontecer no País e que acontece na cidade da Covilhã, que é a questão de, muitas vezes vestido com o discurso da revitalização e da regeneração urbana, estarmos a assistir a um fenómeno de especulação imobiliária e de gentrificação do centro histórico da cidade da Covilhã, colocando muitos problemas de habitação a quem dela precisa. -----

Desse debate, vieram algumas reflexões que era importante também trazer aqui para que a Câmara Municipal pudesse ter em conta naquilo que são as suas políticas de urbanismo, naquilo que são os processos de urbanismo que todos os dias ou todos os meses têm que aprovar e que, no fundo, tenha uma estratégia para a habitação que não passe unicamente pela lei em termos de aprovação ou não aprovação, que faça um planeamento e que tenha uma estratégia para a cidade, para o concelho e, naturalmente, para o centro histórico. -----

Desse debate, veio a necessidade: -----

- de um levantamento de necessidades que é necessário fazer com um maior número de intervenientes possíveis. Sei que se trabalhou na estratégia municipal de educação, mas é preciso aprofundar cada vez mais esta situação; -----
- da absoluta urgência na reabilitação de casas públicas municipais que estão sem utilização para realojamento de pessoas que delas precisam; -----
- da possibilidade da alteração daquilo que é o Regulamento Municipal de Atribuição de Habitação no que diz respeito à questão dos 2 anos de residir no concelho, uma vez que há muitos casos de retorno de pessoas que são do concelho e que estão a retornar ao concelho e à cidade. -----

Acho que isto merece reflexão de todos nós, merece o cuidado da Câmara Municipal relativamente a esta situação. E veio também, ainda, a questão dos muitos processos urbanísticos que acabam por se fazer naquilo que é a transformação do centro histórico, por exemplo, em aglomerados de T0's e T1's, nada tendo a ver com aquilo que pode ser e com uma estratégia de futuro que deve ser o centro histórico. -----

Veio também esta questão da Lei do Arrendamento Urbano que, como sabem, a liberalização da Lei do Arrendamento, com a chamada Lei Cristas, foi determinante para o aumento dos preços de venda e de arrendamento e estamos a assistir a um problema que, nos próximos, se vai colocar de primordial importância. -----

Aquilo que vinha fazer é levantar este assunto e pedir para que a Câmara Municipal o coloque como uma prioridade na sua intervenção.” -----

--- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se reproduz com as devidas adaptações feitas na intervenção: **(Doc.06)**

“Edifícios em ruínas propriedade do Município -----

Tem chovido intensamente na Covilhã e quando isso acontece aumentam as preocupações de quem vive ou trabalha paredes meias com edifícios propriedade do Município que se encontram em ruínas. -----

Um desses casos é o edifício na Rua Alexandre Herculano em frente da A Tentadora relativamente ao qual têm sido muitas as chamadas de atenção e que ruiu parcialmente na passada semana. ---

Ruiu para o seu interior mas, se nada for feito com urgência, poderá vir a ruir para a via pública, rua muito movimentada e por onde passam muitas pessoas a pé e de carro. -----

Que a Câmara enfrente dificuldades acrescidas e demoras quando se trata de prédios devolutos propriedade de particulares como é o caso de um junto deste a que referi, todos aceitamos, mas não se compreende que nada faça no sentido de impedir a ruína e eventuais acidentes provocados por prédios sua propriedade. -----

Pode o Sr. Presidente informar-nos das diligências tomadas para prevenir estes acidentes? -----

Direcção da Cidade Criativa do Design -----

Quem tem a Direcção e gere o projecto da Cidade Criativa? -----

Todos sabemos que o Prof. Francisco Paiva abandonou o projecto com estrondo em Abril de 2022.

Em sessão desta Assembleia de 9 de maio de 2022 o Sr. Presidente da Câmara, confrontado com esta demissão, disse que iam alargar a direcção executiva. -----

Meses depois continuamos sem saber quem ocupa tais funções ou sequer se o cargo foi alargado a várias pessoas, como referido em Maio pelo Sr. Presidente. -----

Por isso deixo novamente a questão ao Sr. Presidente da Câmara: Quem dirige o projecto Covilhã Cidade Criativa do Design? -----

Parques Infantis -----

A 25 de Fevereiro, numa sessão desta Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que o assunto dos parques infantis “tinha que ficar resolvido” até final deste ano 2022. -----

Estamos em Dezembro, vamos hoje deliberar sobre dois contratos a esse propósito celebrados com a União de Freguesias de Barco e Coutada mas e os outros? -----

Estão já resolvidas todas as questões, administrativas, jurídicas e técnicas, relativas à gestão e exploração dos Parques Infantis do concelho? -----

Projecto “Compras na Covilhã” -----

Foi apresentado pelo Sr. Presidente o Projecto “Compras na Covilhã”, uma plataforma online que pretendia dar visibilidade e dinamizar o comércio no concelho da Covilhã. Esse projecto tem sido objeto de inúmeras críticas por parte dos comerciantes e ainda, há instantes, voltei a tentar entrar na plataforma, hoje dia 19 de dezembro numa altura em que os comerciantes poderiam estar a tirar ou a usufruir de todas as vantagens dessa plataforma com o consumo que sabemos nesta altura aumenta, certo é que a plataforma tem a informação de que está em atualização e não está a funcionar. -----

Se enquanto funcionou já funcionava mal e ficou muito aquém daquilo que era o objetivo, sem funcionar então é que imagino que esteja perfeitamente inativo e sem qualquer utilidade para os comerciantes do concelho. -----

WC Públicos -----

Não se compreende que os WC públicos estejam encerrados ou sem condições mínimas de utilização. -----

Numa altura em que se vão realizando mais eventos na zona histórica da cidade é incompreensível que essas instalações sanitárias não estejam a funcionar em pleno. -----

Para quando a sua requalificação e funcionamento?” -----

Seguidamente, entregou à Mesa da Assembleia Municipal uma proposta de Voto de Congratulação pela classificação como Monumento de Interesse Público da Fábrica de António Estrella/Júlio Afonso, solicitando que fosse posteriormente lida e votada. -----

--- **Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou a “Moção Fazer Andar os Jovens” que, a seguir, se transcreve: **(Doc.07)** -----

“Um país envelhecido como Portugal, que regista, aos dias de hoje, um decréscimo na população pela segunda vez desde que há registos, pede que algumas medidas sejam tomadas para inverter este rumo e a Covilhã não é diferente. -----

A Juventude Popular Covilhã preocupa-se com o futuro dos nossos jovens e das nossas gentes, não achando que o Município da Covilhã esteja a fazer o suficiente para tentar fixar jovens no nosso concelho. Desta forma, ao nível dos transportes e mobilidade não se verificam melhorias nos serviços prestados à população da cidade. Como cidade universitária não deve ser este o serviço que queremos prestar aos nossos possíveis futuros habitantes, nem queremos ser o exemplo negativo dentro da área juvenil, seja por atuais residentes ou não. -----

Visto que este executivo não parece se preocupar muito se os jovens se mantêm na cidade da Covilhã ou no concelho depois de frequentarem o ensino superior, a Juventude Popular Covilhã traz duas propostas centrais: -----

- **Fomentar a utilização dos transportes públicos através da melhoria de qualidade do serviço prestado** – Face aos impactos ambientais que temos vindo a sofrer, é urgente reduzir a pegada ambiental, e isto passa também pela mobilidade de cada cidadão. Os jovens do concelho queixam-se regularmente do estado dos autocarros, ou porque demoram demasiado tempo, ou mesmo pelo estado dos autocarros. Há jovens no concelho, que preferem andar de carro e de mota para evitar os transportes públicos na cidade, uma vez que não são adequados. Desta forma, a JP Covilhã pede ao executivo que melhore as condições dos autocarros, a fim de ajudar a reduzir a pegada ambiental e para dar as devidas condições aos jovens que escolhem a Covilhã para estudar. -----
- **Apoio nos custos de transporte (passe) para jovens estudantes dentro do concelho** – Como já foi referido, um jovem que estude na Universidade da Beira Interior paga 27€ de passe caso resida na cidade da Covilhã, 30€ caso resida na Boidobra e quanto mais longe residir, mais irá pagar. Não parece aceitável que haja jovens do concelho a pagarem 40€ ou 50€ por mês para se deslocarem ao seu estabelecimento de ensino, seja ele básico, secundário ou superior. Assim, a JP Covilhã propõe ao executivo atual a redução do preço

dos passes em 5% para jovens entre os 13 e os 23 anos, à exceção dos alunos que estudam Medicina (25 anos)." -----

- Colocada à votação, a presente **Moção** foi **rejeitada por maioria com 28 votos contra (PS, CDU - PCP/PEV e Movimento "Covilhã Tem Força")**, **6 abstenções (Presidentes de Junta/União de Freguesias de: Ferro, Orjais, Peraboa, Tortosendo, Barco e Coutada e Peso e Vales do Rio) e 8 votos a favor (PPD/PSD e CDS-PP)**. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, a Senhora Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD). -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)** – “O sentido de voto foi a abstenção dado que, por informações dadas pelo representante do Partido Socialista que acumula o cargo de Chefe de Gabinete e que vamos tomar como fidedigna, a partir de janeiro de 2023, os transportes serão gratuitos.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** – “A minha votação foi no mesmo sentido. A partir do momento em que temos o membro Eng.º Hélio Fazendeiro a assumir que, a partir do dia 1 de janeiro, os transportes serão gratuitos, a pergunta que deixo é: como é que devem proceder os alunos da minha freguesia no sentido de, a partir de janeiro, terem essa gratuidade no transporte?” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** – “Em nome da bancada do Partido Socialista, quero dizer que: -----

1.º Esta moção, face àquilo que é público e conhecido, não faz sentido; -----

2.º Com a proposta da direita, ficámos a saber que tipo de transporte deteriam e quais os custos que teriam com esse transporte, se fossem eles a governar; -----

3.º Estou aqui na qualidade de deputado municipal, eleito com a mesma legitimidade de qualquer um de vós, e aquilo que me limitei a relembrar hoje aos Senhores Deputados e aos Senhores Presidentes de Junta foi aquilo que o Senhor Presidente da Câmara fez no discurso do 20 de outubro e que fez na reunião da Câmara Municipal sobre o Orçamento.

Aquilo que trouxe aqui não é nenhuma novidade e só foi uma novidade para quem está desatento, para quem não acompanha a política local, para quem não se interessa pelos problemas das pessoas e para quem faz deste exercício de mandato um exercício populista que quer dividendos partidários independentemente dos problemas. -----

Acho lamentável esta tentativa de minorizar ou de confundir aquilo que é a minha qualidade de deputado municipal com aquilo que é o exercício das minhas responsabilidades profissionais.” ---

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** – “A bancada do Partido Social Democrata votou favoravelmente esta proposta do CDS pelas seguintes razões: -----

- Não obstante aquilo que foi dito pelo Eng.º Hélio, independentemente da qualidade, gostava era que me dissessem em que página do Orçamento está a proposta *ipsis verbis* aqui apresentada no Orçamento, porque não é preciso ir às reuniões ouvir os discursos: temos um documento orçamental que não tem lá esta proposta exatamente como ela foi aqui apresentada; -----
- Partilhando a bancada do PSD deste entendimento, uma vez que até no âmbito da audição subsequente ao Direito de Oposição apresentámos também uma proposta similar a esta ao Senhor Presidente do Município - representado nessa reunião pelo Senhor Eng.º José Miguel Oliveira -, só poderíamos concordar com a proposta, porque é muito similar à nossa e, não estando plasmada no Orçamento nestes termos, merece o nosso voto favorável.” –

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)** – “Esta moção foi apresentada no pressuposto das declarações do Senhor Presidente da Câmara. -----

Disse o Senhor Presidente da Câmara, no seu discurso, “está ainda previsto o alargamento dos passes escolares gratuitos que passam a incluir todos os alunos até ao 12.º ano, mesmo aqueles que se matriculam fora da sua área de residência ou que frequentam o ensino articulado.” -----

A proposta do CDS não vai até ao 12.º ano. Vai a todos os jovens até aos 23 anos. -----

Aquilo que é a nossa informação é que será, não sabemos quando, gratuito até ao 12.º ano. São essas as declarações do Senhor Presidente da Câmara e são estas que conhecemos. -----

A moção mantém-se: todos os jovens, estudantes ou não, até aos 23 anos. -----

Aquilo que os Senhores acabaram de rejeitar, com base numa promessa que só vai até ao alargamento gratuito até ao 12.º ano, foi para todos. Muito bem! -----

Está mantido o nosso voto e a razão pela qual foi apresentada a moção.” -----

--- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dando “uma mensagem especial a quem está no público, especialmente aos mais jovens, porque a Democracia faz-se com a participação de todos, em especial dos mais jovens independentemente daquilo que são as nossas ideologias políticas. -----

Saúdo também, apesar de já não ser jovem porque já tenho mais de 30, a vossa presença especial nesta Assembleia. -----

No seguimento destas duas intervenções, uma por parte do CDS e outra por parte da bancada do PSD, sobre os incêndios na Serra da Estrela, quero dizer que na última Assembleia assistimos aqui a um verdadeiro folclore político com direito a sessões cinematográficas e que, pelos vistos, a coisa continua. E continua agora até de uma forma mais grave. -----

Primeiro, dizer ao Deputado Adolfo que tenho realmente muita pena que não tenha estado presente fisicamente na última Assembleia para atestar e questionar diretamente os

intervenientes dos incêndios. Tenho pena porque provavelmente algumas dessas questões que vem aqui fazer poderiam ser respondidas na altura. -----

À Senhora Deputada Vanda, deixe-me que lhe diga que é de uma profunda demagogia e de uma profunda desonestidade para com os Covilhanenses e, acima de tudo, para com os Bombeiros da Covilhã vir aqui defender uma reportagem sem cara (com bombeiros a não darem a cara sobre aquilo que aconteceu), quando 2 meses antes esteve aqui o Senhor Comandante, o Responsável da Proteção Civil, a dar-lhe explicações sobre o que se passou neste incêndio. -----

E, tal como se serviu das palavras do Senhor Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros, é importante enquadrarmos aquilo que foram as declarações públicas. As declarações do Senhor Presidente tiveram como base essa mesma reportagem, que se averiguou. E sobre aquilo que temos a acontecer, há uma Comissão que está constituída e, tal como já foi referido anteriormente, tem Covilhanenses a fazerem a representação da nossa Universidade sobre aquilo que se passou. Aquilo que se exige - a nós, comunidade - é respeito. -----

O problema do incêndio não é do PSD, não é do CDS, não é do PS, não é do PCP. É de todos e todos temos que estar unidos para darmos resposta àquilo que são os problemas do incêndio.” -----

Seguidamente, fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(Doc.08)** -----

“Chegados ao final do primeiro ano civil de um mandato que os Covilhanenses escolheram confiar mais uma vez no Partido Socialista para liderar a Covilhã, é momento de compreendermos algumas das razões de uma escolha coletiva em factos e realidades que o ano que agora termina nos deu. -

Mais do que expectativas e promessas eleitorais, a responsabilidade atribuída pelos Covilhanenses tem vindo a ser honrada não só em palavra, mas acima de tudo no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, reconhecido em obra ao serviço de todos os Covilhanenses, de norte a sul do concelho, e que dão resposta a muitas das necessidades do passado e do presente, numa construção sustentável do futuro da Covilhã e de todas as suas freguesias. -----

Cuidar e preparar um melhor futuro para a nossa cidade é uma realidade que assistimos ao longo deste ano, numa dinâmica positiva e de grande responsabilidade ao longo de todo o concelho, e que a todos é visível. Relembro aqui algumas das obras que dão garantia que estamos no rumo certo: -----

- Requalificação da Rua 30 de Junho na União de Freguesias de Vila do Carvalho e Gantar Galo ----

- Construção do Miradouro Alto dos Livros e do Miradouro do Covão -----

- Inauguração da Estrada do Porsim -----

- Início dos trabalhos de requalificação da Avenida Frei Heitor Pinto -----

- Diversos arruamentos e estradas onde foram instaladas luminárias LED, algumas sem iluminação existente como é o caso da N230 na ligação do Canhoso aos Penedos Altos. -----

- Obras de melhoria no nosso Parque Escolar, nomeadamente na Escola Quinta das Palmeiras e na Escola Pêro da Covilhã -----

- Inauguração do Centro de Interpretação da Argemela -----

- *Requalificação do Mercado de Unhais da Serra* -----

São alguns dos exemplos de investimento que vemos o executivo municipal fazer na Covilhã e nos Covilhanenses nas mais diversas áreas e que de forma inegável, dão razão, mas acima de tudo confiança para um cada vez maior investimento privado no nosso concelho. -----

Da habitação, à instalação de novas empresas e serviços nas mais diversas áreas, é por todos nós notório o crescimento que a Covilhã apresenta com investimento público e privado, numa garantia de futuro sustentável, onde o Partido Socialista está empenhado em contribuir de forma responsável no desenvolvimento de uma Covilhã mais atrativa e mais bem preparada para os desafios que se avizinham, sem demagogia nem muito menos de minorização da Covilhã e dos Covilhanenses tal como recorrentemente vemos o PSD e o CDS da Covilhã fazer e na qual a maioria dos covilhanenses não se revê.” -----

Por último, entregou à Mesa da Assembleia Municipal uma proposta de Voto de Louvor ao Covilhanense Fernando Manuel Silva Parente. -----

--- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “estamos hoje nesta Assembleia (a última de 2022) para, entre outros temas importantes e sensíveis, falarmos obviamente do Orçamento Municipal para 2023. O que sabemos é que o Orçamento é um documento de intenções. Ficamos é sempre na dúvida se é intenção de fazer ou intenção de não fazer porque grande parte dos orçamentos anteriores mostram exatamente isso. -----

Depois, quando falamos de Orçamento, somos rapidamente e facilmente acusados de falta de propostas. Pois, se faltam propostas da oposição, o que dizer: -----

- Das mais de 15 propostas elaboradas em cada um dos orçamentos municipais referentes a 2022 e 2023? -----
- Da proposta para a criação de um Dossier do Investidor que continua na gaveta? -----
- Da uniformização e da criação de uma fiscalidade intermunicipal (para evitar que investimentos saiam para municípios vizinhos)? -----
- Da proposta apresentada para os apoios sociais (que felizmente - e bem - o Executivo Municipal acolheu e melhorou)? -----
- Da proposta para a requalificação do Mercado Municipal, dos armazéns municipais, entre outras? -----

O que vemos é que há uma grande falta de respostas. Nomeadamente, continuamos sem respostas: -----

- Obras da Junta de Freguesia da Boidobra; -----
- Requalificação da E.M. 511 entre Sobral de São Miguel e o Ourondo; -----
- Acessos à Escola de São Domingos; -----

- Avenida Montes Hermínios, que liga a Avenida Viriato ao Casal da Serra, que continua sem qualquer verba inscrita no Orçamento Municipal; -----
- Condições deploráveis que os nossos jovens têm que enfrentar para praticar desporto no Complexo Desportivo, em que atravessam autênticos rios para chegar aos balneários, já para não falar no treino em pelado. -----

Com respostas, mas não são de todo satisfatórias e atiram a solução para “não se sabe quando”, temos: -----

- O Caminho da Ladeira Grande, em que os próprios moradores se queixam que são as Pick Ups da ADC que mais danificam e mais deterioram aquele caminho; -----
- A Rua de Nossa Senhora do Rosário, no Tortosendo, que não é arranjada com a justificação de ter pouco trânsito e não se justificar a sua reparação; -----
- Mais preocupante: um passeio junto ao Polo IV – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, no Sineiro, onde na sexta-feira caiu um jovem que vai ter que fazer uma cirurgia depois de a mãe ter avisado, por email, a Câmara Municipal das condições em que se encontrava aquele passeio e das dificuldades motoras do jovem e que teve por resposta que a Avenida ia ser requalificada e que o problema seria resolvido. Gostava que dessem agora uma resposta à mãe desse jovem e de que forma é que ela vai enfrentar este problema de cirurgia do filho. -----

Aquilo que gostaríamos era que nos provem, de facto, que estamos errados e que a oposição mais não faz do que atirar coisas para o ar que não fazem nexos. Por isso, estamos cheios de expectativas e gostaríamos de ouvir: -----

- ◇ Qual é que vai ser a situação dos parques infantis e quem é que vai assumir a responsabilidade, determinada na lei, de haver um técnico responsável pela sua manutenção; -----
- ◇ Como é que vai ser assumida a delegação de competências na área da Saúde e de que forma está garantido o envelope financeiro que garanta as boas condições de funcionamento e manutenção dos edifícios e viaturas; -----
- ◇ Qual é a justificação para o custo de deslocações de médicos, cobrado às freguesias, para que esses médicos aí se desloquem; e faço um desafio aos presidentes das juntas envolvidas para que se pronunciem sobre esse tema; -----
- ◇ Que informação existe sobre a notícia da venda do centro de dados da Altice; qual é a consequência para a cidade; -----
- ◇ O que levou a que a Teleperformance decidisse sair da cidade com efeitos imediatos para 200 postos de trabalho. -----

Como referência final, não podemos deixar de mencionar a situação dos concursos desertos, continuamente desertos, por serem lançados abaixo do valor de mercado e que ninguém quer fazer. -----

Recordamos aqui um episódio que se passou nesta mesma Assembleia, a 25 de fevereiro de 2022, em que chamámos a atenção para um valor da Requalificação da Avenida Frei Heitor Pinto, que tinha um valor inicial de 900 mil euros. Tivemos que chamar contabilistas certificados e especialistas para fazer contas, mas depois foi lançado a concurso por 1,5 milhão de euros, muito próximo do valor que tínhamos dito que ela iria ter. -----

Depois, não compreendemos por que é que terminaram com os orçamentos participativos. Provavelmente, porque nunca foram cumpridos e continuam ainda por cumprir, havendo verbas no Orçamento Municipal respeitantes a orçamentos anteriores. -----

Por fim, e já foi mencionado, que nos parece que deve ser levado muito a sério porque é uma chamada de atenção de onde decorre uma responsabilidade civil para a Câmara Municipal, são as casas em ruínas, edificado pertencente à Câmara Municipal e que não tem qualquer solução.” ----

--- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)**, após cumprimentar os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(Doc.09)** -----

“O Despacho 6460/2021 de 1 de julho, enuncia os objetivos do Plano Ferroviário Nacional (PFN).

Mas como o próprio documento evidencia a Covilhã não beneficia em nada com a concretização deste plano, não quer dizer, no entanto, que o mesmo não deva ser concretizado. -----

Para o transporte de passageiros, o serviço de Intercidades será o melhor que este plano oferece entre a Covilhã e Lisboa, já que para o Porto não haverá Intercidades que passe pela Covilhã, a não ser talvez, na melhor das hipóteses com transbordo na Guarda, mas nem isso está garantido. ----

Nas reduções de tempo de viagem na linha da Beira Baixa o documento explana o seguinte: -----

“Após a construção do novo eixo Aveiro – Vilar Formoso, deverá planejar-se um conjunto de intervenções que permita reduzir o tempo de viagem entre Lisboa e a Covilhã. De facto, esta ligação não beneficia, no acesso a Lisboa, com a construção de nenhuma das novas linhas previstas neste Plano. -----

Desta forma, o objetivo deverá ser um tempo de viagem claramente inferior a 3 horas entre Lisboa e a Covilhã e inferior a 2h15 entre Lisboa e Castelo Branco num serviço Intercidades a funcionar em moldes semelhantes ao atual. Estes são os tempos máximos para que a ferrovia se torne competitiva com a rodovia. -----

Para obter tais ganhos, será provavelmente necessário contruir algumas variantes ao atual traçado que permitam velocidades superiores e um encurtamento do trajeto em, pelo menos, 30 minutos”.

*Mas como as más notícias em relação à Covilhã não ficam só por aqui, este documento também diz no seu ponto **4.3.2 Beira Interior** que “o eixo da Cova da Beira, que liga as cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, é um eixo de mobilidade importante no interior do país. No entanto, a sua densidade não é suficiente para justificar serviços ferroviários de elevada frequência. Ainda assim, a oferta atualmente existente também não parece explorar todas as potencialidades deste eixo”.* -----

Senhor Presidente de Câmara Dr. Victor Pereira, será que uma linha que serve a Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, cidades estas com Estabelecimentos de Ensino Superior e Profissional, além de dezenas de fábricas e serviços, não têm passageiros para um metro de superfície? -----

É chegada a hora de haver um passe urbano das Beiras ou Beira Interior, que contemple o comboio e transportes urbanos adequados nestas cidades entre as estações ferroviárias e os diversos serviços, deixo-lhe aqui este desafio. -----

*O documento aqui em apreciação no seu ponto **3.5 Articulação com o Transporte Rodoviário** é explícito quando refere que o transporte ferroviário deve ser complementado com o transporte rodoviário urbano para os territórios de baixa densidade. -----*

Mas como nem tudo é mau, a nossa vizinha cidade da Guarda por intermédio dos seus autarcas conseguiu e muito bem um terminal ferroviário, porto seco, que a colocam numa posição geográfica estratégica entre os portos do mar de Leixões e Aveiro, assim como do porto seco de Salamanca. -----

Já aqui na nossa Covilhã não há força política ou talvez vontade em trazer para o parque industrial do Tortosendo um terminal ferroviário de mercadorias, resta-nos quiçá, que o comboio turístico previsto para a linha da Beira Baixa e que termina em Castelo Branco, possa vir até à Covilhã, desta forma e atendendo à baixa velocidade de circulação que a linha impõe, sempre os turistas se podem vislumbrar com a magnífica paisagem da Cova da Beira tendo a nossa Serra da Estrela como ex-libris.” -----

*--- Eng.º **João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que, “em relação à última intervenção, fica já clara a posição da bancada do Partido Socialista. -----*

Conforme previsto, o Governo de Portugal apresentou no mês passado o Plano Ferroviário Nacional, colocando agora para discussão pública aquele que será o principal instrumento de planeamento da rede ferroviária nacional. Na última sessão desta Assembleia Municipal estive exatamente neste local a referir os méritos da criação deste plano, salientando a importância da aposta na ferrovia como resposta a vários problemas que a nossa sociedade enfrenta, desde os recursos energéticos à sustentabilidade ambiental. Na mesma altura deixei também claro que, para o caso português, apenas um plano com uma cobertura abrangente do território nacional e que sirva de arma no combate às assimetrias territoriais seria verdadeiramente útil ao país. -----

O desígnio da Coesão Territorial não é alcançado apenas com teoria e palavras bem intencionadas. É nestes documentos, estruturantes para o nosso futuro enquanto país, que a Coesão Territorial tem de ser praticada e considerada absolutamente prioritária, sob risco de, dentro de poucas décadas, termos um Portugal ainda mais “à beira-mar plantado” e em que tudo o resto é vazio. Por isso, o mérito de uma acessibilidade para o interior nunca pode ser apenas medido em termos de rentabilidade financeira, numa análise totalmente numérica e baseada em lucros. Numa crise demográfica como aquela com que o nosso território se debate, a lógica não pode ser as “Pessoas puxarem pelos Grandes Investimentos”, mas sim o inverso: “Os Grandes Investimentos puxarem pelas Pessoas”. E não é isso que vemos no plano apresentado. -----

O Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território identifica 10 Centros Urbanos Regionais no interior do país que servem como pólos de desenvolvimento de mais de metade de Portugal. Não nos parece então aceitável que, por exemplo em termos de Linhas de Alta Velocidade, apenas três destes Centros Urbanos, no máximo, venham a ser abrangidos pela rede. Os 5 Centros Urbanos Regionais da Beira Baixa e Trás-Os-Montes são totalmente excluídos destas ligações e, como áreas fronteiriças que são, seria previsível o impacto positivo em termos de desenvolvimento económico que essas linhas poderiam acarretar. -----

Mesmo em termos de linhas convencionais, o Plano fica muito aquém do que as populações do Interior, e nomeadamente da nossa região, esperariam. Por exemplo, no que diz respeito à linha da Beira Baixa, e apesar dos vários contributos dados pela Câmara Municipal e por esta Assembleia, alertando para a necessidade de investimento nesta linha, o PFN limita-se a reconhecer que, sem obras, a viagem Covilhã-Lisboa de comboio nunca será competitiva em relação ao automóvel. Aliás, no que diz respeito à ligação Covilhã-Lisboa, o próprio plano é peremptório, como o Senhor Deputado disse, e cito «De facto, esta ligação não beneficia (...) com a construção de nenhuma das novas linhas previstas neste plano». Posto isto, a nossa tomada de posição contrária ao Plano Ferroviário Nacional apresentado só pode ser considerada como natural. -----

Um dos únicos pontos do PFN que reconhecemos como positivo para a nossa região é a priorização do transporte de mercadorias na Linha da Beira Alta. Esta linha está inclusive identificada em planos ferroviários europeus como fundamental para transporte de mercadorias até Lisboa, pelo que a sua duplicação em LAV entre Aveiro e a Guarda faz todo o sentido até como forma de descongestionamento da linha convencional, conforme o plano sustenta. No entanto, o problema do tráfego não fica resolvido nos mais de 200 km que ligam a Guarda a Medina del Campo, em Espanha, pelo que nos parece que deveriam ser estudadas outras alternativas ao transporte de passageiros desta linha até Madrid, que possam ao mesmo tempo melhor servir os núcleos urbanos do interior. -----

Em suma, na nossa opinião, o Plano Ferroviário Nacional, tal como está, não serve de todo os interesses da nossa população e do país, tendo sido ignorados os variados contributos relativos à ferrovia aprovados nesta assembleia municipal ao longo dos últimos 10 anos. No entanto, uma vez que o documento se encontra em discussão pública, procuraremos continuar a contribuir para o seu aperfeiçoamento, na salvaguarda dos interesses das nossas gentes e na esperança que o Governo mostre realmente abertura para a sua modificação.” (Doc.10) -----

--- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**, após cumprimentar todos os presentes, associou-se às palavras do Membro Municipal Eng.º Hélio Fazendeiro, “que trouxe aqui tantos nomes que merecem o nosso elogio e, provavelmente, esqueceu-se de dizer que a Federação de Desportos de Inverno de Portugal continua entregue a um Covilhanense que mereceu um voto na reunião de Câmara proposto pelo Senhor Vereador José Miguel, se não me falha a memória. -----

É sobre Desportos de Inverno que aqui venho falar e apresentar um Voto de Louvor: **(Doc.11)** ----

Passaram 13 anos desde que assumiu o cargo de Presidente da Federação de Desportos de Inverno de Portugal. -----

Chegou como incógnito e passado este tempo deixa uma Federação onde o nome da nossa Covilhã foi levado bem longe. -----

Não esquecemos as missões olímpicas, os investimentos levados a cabo, uma dinâmica de registo nas mais diversas modalidades de desportos de inverno. -----

Hoje temos uma Federação Nacional que é respeitada, que é reconhecido a nível internacional. ---

Pelo muito trabalho que fez pela Federação, que elevou o nome da nossa Covilhã do nosso Portugal, apresento o presente Voto de Louvor ao Dr. Pedro Farromba.” -----

- Colocado à votação, o **Voto de louvor ao Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba pelo muito trabalho que fez pela Federação, que elevou o nome da nossa Covilhã do nosso Portugal** foi **aprovado por unanimidade.** -----

--- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)** apresentou a moção que, a seguir, se transcreve, subscrita por todas as bancadas da Assembleia Municipal: **(Doc.12)** -----

“Moção -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 19 de dezembro de 2022, considera o deficiente funcionamento dos CTT, nomeadamente as suas obrigações de Serviço Público, mais um prejuízo substancial para as populações, empresas e instituições do nosso território. -----

Verificam-se habitualmente atrasos do correio que deixou de ser distribuído numa base diária. São dias e às vezes semanas para receber uma carta. -----

Os avisos são deixados na caixa do correio e, sem qualquer contacto e os vales de correio de pensões e reformas que, ao chegarem atrasados, criam problemas aos seus titulares para os seus compromissos regulares (medicamentos, água, luz, gás, etc.). -----

A Assembleia Municipal da Covilhã exige à administração dos CTT que cumpra com os investimentos necessários, enquanto serviço público, que o serviço seja prestado com a qualidade que sempre caracterizou os CTT, que assegure a distribuição diária do correio e às entidades fiscalizadoras (ANACOM) que assegure e garanta que o serviço público postal é cumprido de acordo com o interesse público e das populações. -----

Sendo aprovada, esta Moção deverá ser enviada à Administração dos CTT, à ANACOM, ao Senhor Primeiro-ministro, aos grupos Parlamentares da Assembleia da República e ao Senhor Presidente da República.” -----

- Colocada à votação, a presente **Moção** foi **aprovada por unanimidade.** -----

--- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, de seguida, se transcreve: **(Doc.13)** -----

“Nos últimos meses, o Município da Covilhã foi palco de diversas iniciativas de relevo, nomeadamente a “Covilhã Creative Week”, um evento que ocorreu no âmbito do plano de ação da Covilhã, Cidade do Design e que incidu sobretudo na sensibilização da importância da criatividade associada ao design e enquadrado nos três eixos fundamentais da Estratégia Regional da Cultura 2030: a Cultura, a Criatividade e a Resiliência dos Territórios, que contou com residências artísticas, várias conferências no domínio da acessibilidade à cultura, criatividade na salvaguarda do património industrial, ambiente, sustentabilidade, concertos, exposições e que terminou com a inauguração do Museu da Covilhã pelo Ministro da Cultura Pedro Adão e Silva. -----

Um espaço de reconhecida importância que reafirma e consolida a nossa identidade coletiva, onde nós Covilhanenses podemos visitar o passado, os turistas que nos visitam têm oportunidade de conhecer aprofundadamente o chão da terra que pisam e os estudantes que cá habitam aprendem as raízes da cidade que os acolheu. -----

O evento “Jobs for the Future”, em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Santa Casa da Misericórdia da Covilhã (SCMC) e Associação Académica da Universidade da Beira Interior (AAUBI), num momento que promoveu a aproximação da comunidade ao mercado de trabalho e pôs em contacto direto empresas e pessoas, promoveu o desenvolvimento de soft skills, cada vez mais importantes aos dias de hoje, através de palestras e partilhas de conhecimento. -----

Por último, destaco também o Natal com arte, uma iniciativa que também assinala o momento simbólico do ligar das luzes de Natal, amplia o movimento no centro da cidade, promove convívios entre diferentes gerações e permite a divulgação de produtos endógenos e artesanais através do mercado que temos nas arcadas do município, não podendo deixar de mencionar a Partilha do Bolo Nevão entre a comunidade, reforçando precisamente a importância do valor da partilha, presença e união que nesta quadra natalícia são sempre reforçados. -----

Isto demonstra o dinamismo e vitalidade que o executivo do Partido Socialista na Câmara Municipal põe em prática desde o início da sua governação. -----

E é justamente neste ponto que irei terminar a minha intervenção, lembrando que o exercício da governação é estimulante, precisamente porque se não existissem desafios constantes, alguns inesperados que por vezes trocam a ordem de prioridades já definida e existisse um botão que resolvesse todos os problemas existentes, provavelmente não seria necessária a existência de decisores políticos, não estaríamos aqui hoje, ou até estaríamos, mas por motivos diferentes. -----

Um exercício de governação tem de estar apoiado num plano de desenvolvimento estratégico que resolva os desafios do passado, pense nos desafios do presente e projete os do futuro. -----

E contrariando grande parte da oposição, principalmente à direita do Partido Socialista, o executivo municipal tem vindo a desempenhar um papel de excelência na gestão dos destinos do Município. -----

Conseguir pagar dívidas e investir na cidade através do desenvolvimento de determinadas áreas estratégicas para o nosso crescimento, como é o caso da cultura e empreendedorismo, entre muitas outras, só se consegue com um projeto político de qualidade que revela a sua eficácia. -----

Desenganam-se que eu não considero a que oposição não seja importante neste trabalho, considero e muito, mas uma oposição séria e responsável. -----

E no que diz respeito às declarações que acabei de ouvir por parte da senhora deputada do PPD-PSD, deixe-me que lhe diga o seguinte: -----

Para mim é difícil de compreender como é que na Assembleia Municipal anterior ouvimos aqui uma explicação detalhada do Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários da Covilhã e aplaudimos de pé as suas palavras, que continham um agradecimento à atuação do Município, à atuação de diversas entidades dirigidas na altura por Vereadores da oposição, individualidades, Associações, Coletividades e Juntas de Freguesia que ajudaram no combate ao incêndio e depois, por assistirmos a uma reportagem, sem cara, trazemos outra vez este assunto a esta Assembleia com o objetivo de retirar dividendos políticos de um problema sério e que é de todos. -----

Reitero aqui também a minha felicitação ao sr. Secretário de Estado Nuno Fazenda, Covilhanense, e não posso deixar de demonstrar alguma admiração pelas declarações do deputado Adolfo Mesquita Nunes, questionando-o se o desafio que lhe propõe demonstra o arrependimento por daqui ter retirado a delegação do Turismo Centro de Portugal que o desafia a restituir.” -----

--- Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU - PCP/PEV), após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, de seguida, se transcreve: **(Doc.14)** -----

“Transportes no Concelho da Covilhã -----

O concelho da Covilhã continua à espera da tão apregoada revolução no transporte público. -----

Primeiro um concurso público, que apesar dos avisos, nunca mais acabava e a proposta vencedora é simplesmente quem tem mais bicicletas e trotinetas, mas enquanto se andava nisto o município gastava centenas de milhares de euros acima do que era previsto para manter um serviço nas mãos de privados quando com esse dinheiro podia perfeitamente ter assumido o serviço, e só não o fez porque não tem a vontade política de o fazer. -----

Enquanto isso os elevadores não funcionavam nem eram arrançados pois faziam parte do contracto, mas até hoje continuam na mesma, os horários e frequência dos autocarros estão desfasados das necessidades da população como por exemplo: -----

Horário de saída e entrada dos trabalhadores do hospital. -----

Horário de saída dos alunos da UBI no polo do Ernesto Cruz. -----

Número de veículos que fazem os circuitos das escolas secundárias pela manhã. -----

Coisas tão simples, como o veículo que volta para trás no fim do Tortosendo, em vez de virar junto ao Bairro do Cabeço, fazendo para isso uma manobra mais perigosa podia, como já foi sugerido, virar uns 200 metros mais à frente em perfeita segurança servindo melhor as populações, em parque existem duas zonas na Vila do Tortosendo. -----

E é melhor nem falar das populações de fora da chamada grande Covilhã pois essa então são tratadas como munícipes de segunda com um serviço caro e completamente desfasado da realidade. -----

Isto acontece porquê? -----

Acontece porque o município assim quer e deixa que aconteça porque se desmarca das suas responsabilidades atribuindo-as a privados ou às CIM's, não aplicando o PART que permitiria às populações acesso a passes mais baratos ou mesmo quando como entidade gestora não tem qualquer acção junto do prestador de serviço com vista à melhoria do serviço prestado. -----

E já agora para quando a vinda do Secretário da CIM à Assembleia Municipal de acordo com a deliberação anterior desta casa. -----

Logo se o serviço é mau, caro e com horários que não servem a população não o vai usar, mas sim o seu veículo próprio, e depois lá temos que conversar do ambiente e das alterações climáticas, horas de ponta e falta de estacionamento. -----

A Câmara Municipal atua na questão dos transportes, como na maioria das coisas, como uma coisa única sem qualquer relação com mais nada na cidade e no concelho. -----

A cidade e o concelho são como ecossistemas vivos em que uma acção sobre uma parte tem influência em outra e vice-versa, e se quisermos levar a coisa mais além podemos falar da relação do nosso ecossistema com outros ecossistemas/concelhos. -----

Enquanto se continuar a pensar nas coisas individualmente e não como parte de colectivo vamos continuar a fazer os mesmos erros, mas nós não temos grandes esperanças pois para tal é necessária vontade política para o fazer, e que até agora não houve, e definitivamente outra política diferente do que é, a quem e para que serve a coisa pública.” -----

--- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, relativamente à chamada de atenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo, referiu ter tido “uma falha involuntária. É verdade. Deveria ter felicitado também o Senhor Arq.º Pedro Flávio pela sua eleição de Presidente na Federação de Desportos de Inverno. É uma pessoa que conheço há muitos anos. É um distinto covilhanense. Quero desejar-lhe também as maiores felicidades. -----

Esse voto foi feito no Executivo Municipal e, por falha manifesta da minha parte, não o fiz em nome da bancada e quero retificar essa falha.” -----

Seguidamente apresentou a moção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.15)** -----

“Moção de Solidariedade pela EN338 -----

Soubemos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas que a estrada N338, entre Manteigas e os Piornos, será encerrada pela IP – Infraestruturas de Portugal por razões de segurança, considerando o perigo iminente da instabilidade da encosta sul do Vale do Zêzere, consequência do incêndio que deflagrou na Serra da Estrela em Agosto passado. -----

O período de encerramento previsto não deverá ser inferior a 6 meses, havendo até a possibilidade da N338 permanecer fechada até 2025. -----

Com o encerramento da EN338, o concelho de Manteigas fica privando do seu acesso principal ao maciço central da Serra da Estrela e a própria circulação na Serra da Estrela fica afetada resultando em avultados prejuízos económicos para o município manteiguense e para a região. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária a 19 de Dezembro de 2022, demonstrar pela atual Moção, a sua solidariedade com o Município de Manteigas e os manteiguenses, e vem requerer junto das instâncias competentes a resolução, com carácter de urgência, dos problemas de segurança identificados pela IP na estrada N338, entre a vila de Manteigas e os Piornos, por forma a que a circulação rodoviária possa ser reposta nesta via no mais curto espaço de tempo possível, uma vez que: -----

- Esta estrada nacional é a ligação de Manteigas ao ponto mais alto da Serra da Estrela (Torre) e às Penhas da Saúde, e uma das únicas 3 vias rodoviárias que unem a sede de concelho aos municípios vizinhos. -----

- Atualmente não existe qualquer alternativa a esta estrada que permita ligar de forma direta, Manteigas aos Piornos. -----

- O encerramento deste troço da N338 impossibilita Manteigas de usufruir devidamente do importante fluxo turístico do maciço central da Serra da Estrela, fundamental para o desenvolvimento económico da vila e do seu concelho, já por si em situação de desfavorecimento no panorama nacional. -----

Sendo aprovada, esta Moção deve ser endereçada ao Ministério das Infraestruturas e da Habitação, ao Ministério da Coesão Territorial, à Secretaria de Estado do Turismo, Comércio e Serviços e à Infraestruturas de Portugal (IP). Deve igualmente ser dado conhecimento da mesma à Câmara Municipal de Manteigas e à Assembleia Municipal de Manteigas.” -----

Terminou a sua intervenção dando duas notas. -----

1.^a “Agradecer e saudar a intervenção do Senhor Deputado Luís Rodrigues do PSD. É bom ver o PSD chegar ao debate da ferrovia. Lembro-me, talvez nos anos de 2007/2008/2009 quando nesta Assembleia e desde essa altura, em que a bancada do Partido Socialista se sente constantemente isolada e sozinha naquilo que é a reivindicação das infraestruturas ferroviárias. -----

Ainda no ano passado na Assembleia Municipal da Covilhã os desafiámos a apresentarem e a juntarem-se ao Executivo Municipal e a participarem naquilo que era a discussão pública e os contributos públicos do Plano Nacional Ferroviário. Das bancadas da direita apenas ouvimos silêncio. -----

Quero agradecer a sua intervenção e saudar a chegada do PSD a este debate. Reforçar aquilo que o Senhor Deputado João Casteleiro disse e reforçar a posição do Partido Socialista perante o Plano Ferroviário Nacional e aquilo que continuará a ser um trabalho dedicado deste Executivo, mas também desta Assembleia Municipal para que tenhamos uma melhor qualidade da ferrovia; -----

2.^a Dar a nota ao Senhor Deputado do CDS António Freitas que transmita à Juventude Popular que a questão do transporte escolar, também aprovada nesta Assembleia, será gratuito e não com descontos 5% como a Juventude Popular e porventura o seu partido propõe. Será gratuito para todos os estudantes a partir de janeiro do próximo ano. Já tinha sido anunciado pelo Senhor Presidente da Câmara na última reunião do Orçamento Municipal,

mas sobretudo tinha sido garantido naquilo que foram as condições da concessão de transportes urbanos que foi lançado em 2018. -----

Garantimos aos estudantes de todo o concelho, incluindo os ubianos, 100% do passe gratuito e aqueles que não são da Covilhã têm um desconto de 25% exatamente para os motivar a recensearem-se na Covilhã. -----

Agradecer às juntas de freguesia que procuram dar resposta todos os dias aos seus munícipes e aos problemas que têm, nomeadamente no caso concreto que foi aqui falado em garantir as questões de saúde e o acesso à saúde dos seus fregueses. -----

É óbvio que não é uma competência das juntas de freguesia, mas sabemos que estas juntas de freguesia dão resposta àquilo que são as necessidades dos seus territórios. Sabem também que contam com a Câmara Municipal e com o Senhor Presidente da Câmara para dar cobertura e para colaborar com essas juntas para assegurar a resolução dos problemas dos seus fregueses. -----

Lamento que porventura com outros responsáveis aquilo que ficaria de questionar era quem deve fazer, como é que o deve fazer e não a resolução dos problemas. Quero saudar e enaltecer as juntas de freguesia que o fazem porque estão todos os dias ao serviço das suas populações.” -----

- Colocada à votação, a **Moção de Solidariedade pela EN338** foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)** apresentou o requerimento que, a seguir, se reproduz: **(Doc.16)** -----

“REQUERIMENTO – QUESTÕES ESCRITAS SOBRE OS INCÊNDIOS DA SERRA DA ESTRELA -----

Nos termos e para os efeitos da lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o Regime de Acesso à Documentação Administrativa, e do art.º 33.º e da alínea b) do n.º 1 do art.º 61.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do PSD requer que a Câmara Municipal responda às seguintes questões sobre a resposta aos incêndios da Serra da Estrela de 2022: -----

- *Que apoios o Município já angariou para esta causa?* -----
- *Quais as transferências e apoios do Estado já foram e chegaram ao município e à Serra da Estrela, no âmbito do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE; <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/83-2022-201509700>)? --*
- *Que tipo de apoio já disponibilizou para candidaturas das freguesias, lesados ou setores especificamente afetados (como é o caso dos agricultores) para fazer face aos prejuízos do incêndio de 2022 na Serra da Estrela?* -----
- *Que meios já disponibilizou o executivo diretamente às juntas de freguesia e proprietários afetados dos incêndios?* -----
- *Já há um levantamento dos meios e recursos existentes em cada freguesia (Juntas de Freguesia e privados) para preparar o verão de 2023?* -----
- *Existe um plano estratégico para que, em 2023, existam pontos de água natural em cada*

localidade e garantias da sua regular limpeza e manutenção? -----

- *Quantas máquinas de rasto ou outras máquinas de apoio aos incêndios adquiriu a Câmara Municipal desde o incêndio de 2022? Quantas pensa adquirir antes do próximo verão? -----*

--- Após a conclusão das intervenções, foram apresentadas propostas de Votos de Congratulação, de Louvor e de Pesar que, a seguir, se transcrevem. -----

*--- **“Voto de congratulação pela classificação como Monumento de Interesse Público da Fábrica de António Estrella/Júlio Afonso -----***

Em 16 de Novembro de 2022 foi publicada em Diário da República a Portaria nº 795/2022 que classificou como monumento de interesse público a Fábrica de António Estrella/Júlio Afonso, situada na Travessa do Ranito, na Covilhã. -----

O edifício remonta a 1853 e foi erguido sobre preexistências fabris dos séculos XVII e XVIII que terão constituído a primeira manufatura de lã do país, sendo “indissociável do amplo edificado industrial da cidade, convivendo com as ribeiras da Carpinteira e da Goldra, em grande parte responsáveis pela fixação destes engenhos no local”. -----

“Embora tendo sofrido diversas adaptações ao longo dos anos, a Fábrica de António Estrella, posteriormente adquirida pelo industrial Júlio Afonso, é uma das poucas que chegaram intactas até aos nossos dias, tendo-se mantido em laboração contínua até 2002, conservando ainda a quase totalidade da sua maquinaria”, acrescenta o documento de classificação. -----

O edifício recebe agora a Associação Cultural New Hand Lab, sendo um espaço que promove a criatividade, a inovação e o empreendedorismo através da concretização de ideias, produtos e iniciativa. -----

Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã, propõe que a Assembleia reunida no dia 19 de dezembro de 2022, delibere aprovar um voto de congratulação pela classificação como Monumento de Interesse Público da Fábrica de António Estrella/Júlio Afonso e de saudação aos proprietários do edifício e do espólio pelo cuidado na sua manutenção, organização e revitalização sendo-lhes remetido este voto.” (Doc.17) -----

*- Colocado à votação, o **Voto de congratulação pela classificação como Monumento de Interesse Público da Fábrica de António Estrella/Júlio Afonso e de saudação aos proprietários do edifício e do espólio pelo cuidado na sua manutenção, organização e revitalização** foi **aprovado por unanimidade**. -----*

*--- **“VOTO DE LOUVOR -----***

Recentemente o Covilhanense Fernando Manuel Silva Parente foi nomeado como responsável pela área de Desenvolvimento para o Desporto Universitário a nível Mundial e para o Programa “Campus Saudável” da FISU – Federação Internacional do Desporto Universitário, em mais um

importante reconhecimento pelo seu trabalho em prol do desenvolvimento do Desporto aos mais diversos níveis, em especial do Desporto Universitário. -----

Nascido na Covilhã, a 3 de Janeiro de 1968, e com a qual mantém uma profunda relação sentimental em especial com a freguesia de Unhais da Serra, Fernando Parente tem dedicado a sua vida ao desporto, com especial enfoque na relação entre a prática desportiva e o sucesso académico, enquanto docente universitário, consultor e gestor desportivo. -----

Com mais de 30 anos de atividade, ao longo da sua vida profissional e associativa integrou diversos organismos de relevante importância na definição de estratégias para o desenvolvimento do Desporto em Portugal e Internacionalmente. Entre outras funções, Fernando Parente foi Membro da Comissão Executiva da Federação Internacional de Desporto Universitário, Membro da Comissão Executiva da Associação Europeia de Desporto Universitário, Vice-Presidente do Sporting Clube de Braga, Diretor dos Serviços Desportivos da Universidade do Minho, tendo em 2017 sido reconhecido como Gestor Desportivo do Ano pela Associação Portuguesa de Gestão do Desporto. Atualmente é ainda Membro do Conselho Nacional do Desporto e Presidente da Associação Portuguesa de Gestão do Desporto. -----

Desta forma, O Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de louvor ao Covilhanense Fernando Manuel Silva Parente pelo seu inestimável contributo para o desenvolvimento do Desporto a nível Nacional e Internacional.”
(Doc.18) -----

*- Colocado à votação, o **Voto de Louvor ao Covilhanense Fernando Manuel Silva Parente pelo seu inestimável contributo para o desenvolvimento do Desporto a nível Nacional e Internacional** foi **aprovado por unanimidade**. -----*

--- “Proposta de Voto de Louvor -----

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem congratular e propor um voto de louvor a Ricardo Nora, presidente da Associação Académica da Universidade da Beira Interior durante os últimos três anos e eleito, no passado mês de outubro, presidente da Federação Académica de Desporto Universitário. -----

Não sendo natural da cidade da Covilhã, é inegável a relevância da nossa cidade no seu percurso, da mesma forma que é inegável o contributo deste jovem na dinamização da academia que presidiu e, conseqüentemente, na cidade que o acolheu. -----

Licenciado em Gestão e aluno da pós-graduação de Contabilidade e Finanças, bem como do mestrado em Engenharia e Gestão Industrial na UBI, dirigiu ainda a Comissão Organizadora das Fases Finais dos Campeonatos Nacionais Universitários que decorreram nas cidades da Covilhã e Fundão no ano de 2021. -----

O grupo do PSD considera que o envolvimento juvenil no associativismo é o prefácio de uma participação ativa em sociedade. O louvável empenho e dedicação do jovem Ricardo Nora até à

data, faz-nos acreditar que o desafio que agora enfrenta será mais um passo em direção a um futuro brilhante. -----

Pelo seu contributo em prol da Associação Académica da Universidade da Beira Interior e em prol de toda a comunidade académica, bem como em prol da cidade da Covilhã, como justa homenagem e reconhecimento, apresentamos este voto de louvor.” (Doc.19) -----

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor a Ricardo Nora pelo seu contributo em prol da Associação Académica da Universidade da Beira Interior e em prol de toda a comunidade académica, bem como em prol da cidade da Covilhã** foi **aprovado por unanimidade.** -----

--- **“Proposta de Voto de Louvor** -----

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem propor um voto de louvor a Joaquim Matias, presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários da Covilhã. -----

Pelo quarto mandato à frente da associação humanitária, defende que o trabalho deve ser norteadado com foco nos operacionais, dando-lhes condições para continuar a fomentar o voluntariado e, de facto, o seu trabalho, dedicação e espírito humanista, aliados às suas qualidades morais e pessoais, têm sido reconhecidas ao longo dos últimos anos e em várias instâncias. -----

Não obstante a sua reconhecida relevância local, Joaquim Matias foi agora distinguido pela Liga dos Bombeiros Portugueses com a Medalha de Serviços Distintos, grau ouro, como reconhecimento do seu trabalho à frente da corporação covilhanense. -----

Pelo seu contributo em prol da corporação dos Bombeiros Voluntários da Covilhã e da comunidade covilhanense, como justa homenagem e reconhecimento, apresentamos este voto de louvor.

Deste voto de louvor, será dado conhecimento ao próprio.” (Doc.20) -----

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor a Joaquim António Matias, presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, pelo seu contributo em prol da Associação Académica da Universidade da Beira Interior e em prol de toda a comunidade académica, bem como em prol da cidade da Covilhã** foi **aprovado por unanimidade.** -----

--- **“Proposta de Voto de Louvor** -----

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem congratular e propor um voto de louvor ao jovem Pedro Gouveia. -----

Jovem covilhanense, com carácter empreendedor e dinâmico, realizou toda a sua formação académica na cidade que o viu nascer e liderou no passado mês de novembro o TEDxCovilhã, num modelo TED talk, mundialmente reconhecido e com grande impacto na comunidade. -----

Consideramos de louvar o esforço, dedicação e foco do Pedro que, com 26 anos, liderou uma equipa de cerca de cinquenta jovens e juntou num evento figuras de renome local e nacional, em várias áreas relevantes da sociedade. -----

Ademais, o Pedro trouxe de volta à Covilhã um evento que não era realizado nesta cidade há onze anos, colocando novamente a sua terra natal e esta “New Generation” – tema da edição de 2022, na vanguarda do conhecimento, inspirando oradores, colaboradores e público-alvo a trabalhar por uma causa comum. -----

Pelo seu contributo em prol da comunidade, e conseqüentemente em prol da cidade da Covilhã, como justa homenagem e reconhecimento, apresentamos este voto de louvor. -----

Deste voto de louvor, será dado conhecimento ao próprio.” (Doc.21) -----

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor ao jovem Pedro Gouveia pelo seu contributo em prol da comunidade e, conseqüentemente, em prol da cidade da Covilhã** foi **aprovado por unanimidade**. -----

--- “**Proposta de Voto de Pesar** -----

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu pesar pelo falecimento de Fausto Salvado Ferreira de Abreu, a 13 de dezembro de 2022, com 87 anos de idade. -----

Figura singular no panorama desportivo e associativo da nossa cidade e região, destaca-se o seu contributo enquanto presidente do Clube Nacional de Montanhismo, numa época em que a promoção do desenvolvimento de desportos de montanha assumia pouco destaque na sociedade, não obstante o reconhecido interesse que atualmente lhe é reconhecido. -----

Não obstante a sua naturalidade ser distante da Covilhã, foi nesta cidade que se fixou e desempenhou um papel político de grande relevância enquanto membro da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Pelo contributo na comunidade e na nossa cidade, os membros desta Assembleia pelo grupo do PSD apresentam este voto de pesar, apresentando sentidas condolências aos familiares enlutados, amigos e a todos os que sentem profundamente a sua ausência, devendo-lhes ainda ser dado conteúdo do presente voto.” (Doc.22) -----

- Tendo o grupo municipal do Partido Socialista se associado à proposta apresentada, o **Voto de Pesar em memória de Fausto Salvado Ferreira de Abreu** foi **aprovado por unanimidade**. -----

--- “**Proposta de Voto de Pesar** -----

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu pesar pelo falecimento de José Manuel Pinto, a 15 de dezembro de 2022, com 83 anos de idade. -----

Natural da vila do Tortosendo, foi presidente do Sporting Clube da Covilhã na época de 1977/1978, uma temporada conturbada em que a equipa participava na Zona Centro do Campeonato Nacional 2.ª divisão e ficou em sétimo lugar. -----

Ainda no âmbito do desporto, o seu profundo interesse e dedicação fizeram com que fosse, durante vários anos, diretor do clube serrano da sua cidade natal. -----

O impacto do movimento desportivo da Covilhã na sociedade covilhanense é inegável, sendo de louvar aqueles que manifestam a coragem e determinação de lhe dedicar parte da sua vida. -----

Pelo contributo na comunidade e na nossa cidade, os membros desta Assembleia pelo grupo do PSD apresentam o voto de pesar a este concidadão, apresentando ainda sentidas condolências aos familiares enlutados, amigos e a todos os que sentem profundamente a sua ausência, devendo-lhes ainda ser dado conteúdo do teor do presente voto.” (Doc.23) -----

- Colocado à votação, o **Voto de Pesar em memória de José Manuel Pinto** foi **aprovado por unanimidade**. -----

--- **“Voto de Pesar** -----

Faleceu, no passado mês de novembro com 92 anos, o Senhor Manuel dos Santos Romano. -----

O Senhor Manuel Romano, mais conhecido por “Manuel Tarzan”, é natural da Covilhã, foi um distinto operário têxtil e uma figura icónica da nossa comunidade. -----

À semelhança de muitas das crianças da sua geração, começou a trabalhar com apenas 12 anos na Fábrica Barata & Filhos como aprendiz de tecelão, começando a tecer aos 14 anos. -----

Mais tarde, e já como tecelão, trabalhou em fábricas de outros concelhos, nomeadamente na então Sociedade Industrial de Gouveia onde se fez Mestre. De regresso à Covilhã, e já como Mestre, trabalhou para a Fábrica Alberto Roseta & Irmão. Tentou a sorte na emigração para a América, sempre no âmbito dos lanifícios, regressando mais tarde à sua Covilhã. -----

Em 2018, no âmbito das celebrações do 148.º aniversário do Dia da Cidade, foi homenageado pela Câmara Municipal da Covilhã, com a distinção de Medalha de Mérito Municipal, categoria prata.

A Assembleia Municipal da Covilhã manifesta no presente voto o seu profundo pesar pelo seu falecimento e endereça à família sentidas condolências pela perda do seu ente querido.” (Doc.24 apresentado pelo grupo municipal do Partido Socialista) -----

- Colocado à votação, o **Voto de Pesar em memória de Manuel dos Santos Romano** foi **aprovado por unanimidade**. -----

--- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** referiu que a Assembleia Municipal de Belmonte tinha remetido uma moção intitulada "Moção a favor da decisão de um aeroporto para um processo de desenvolvimento territorial mais harmonioso", enviada a todos os Membros Municipais no Expediente, solicitando que a Assembleia Municipal da Covilhã se pronunciasse sobre a mesma. -----

- O Membro Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** referiu que a posição do Partido Social Democrata era a de “não colocar a moção à votação porque: -----

1.º Carecíamos de mais informação, nomeadamente ler por extenso; -----

2.º Tem que vir proposta por alguém, por um grupo, por um presidente de junta, um eleito ou a Mesa, neste caso; -----

3.º Não considero que nós, a bancada do PSD, estejamos munidos neste momento de informação técnica necessária para opinar sobre uma infraestrutura dessa envergadura. Não obstante que partilhemos dos princípios de promoção da interioridade, da proximidade, *so far and so on* que possa beneficiar a nossa região, mas não sabemos os eventuais riscos que possam haver com essa localização ou não. -----

Aproveito para dizer que deve ser respondida à nossa questão sobre a localização do aeroporto regional proposto pelo Senhor Presidente da Câmara.” -----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** adiou o assunto para a próxima sessão. -

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1. DESAGREGAÇÃO DE UNIÕES DE FREGUESIAS

a) **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PESO E VALES DO RIO – CRIAÇÃO DE NOVAS FREGUESIAS: FREGUESIA DO PESO E FREGUESIA DE VALES DO RIO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de dezembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 6, ambos do artigo 12.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias, através do ofício n.º 6096 de 16.12.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD)** – Fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.25)**

“A desagregação de freguesias é um tema sensível, cujo debate é essencial, mas, na nossa opinião, já manifestada há muito tempo, deve ser feito no maior respeito pela opinião e vontade das populações envolvidas e afetadas por este facto. -----

Não será demais recordar que este processo foi iniciado na sequência da reorganização administrativa de Lisboa que António Costa, enquanto presidente daquela edilidade, pretendia levar a cabo e que serviu de base para a negociação do Memorando de entendimento feito pelo governo Sócrates/Costa, tendo sido depois implementado pelo governo do PSD/CDS, com a lei vigente acordada entre PSD e PS. -----

Posto isto e perante factos, o PSD Covilhã sempre se manifestou ao lado das populações e manteve a coerência da sua posição ao longo do tempo. -----

Nesta assembleia, o PSD Covilhã manifestava pela voz do Sr. Prof Bernardino Gata e passo a citar trechos da ata da Assembleia Municipal do dia 8/6/2012, “a posição da Assembleia Municipal foi logo de rejeição, afirmando que o documento tinha graves lacunas, erros de análise graves e tinha dados viciados ou enganosos. Mas o problema surgiu porque, na discussão do Memorando de Entendimento, o Partido Socialista aceitou e propôs a extinção de Freguesias. O atual Governo subscreveu o Memorando de Entendimento, estando agora a fazer cumpri-lo. -----

A Lei foi promulgada, pelo Senhor Presidente da República, tem que ser cumprida.” (fim de citação)

Ainda nesta Assembleia propôs a criação de um grupo de trabalho que encontrasse forma de minimizar os efeitos negativos da lei. -----

Joaquim Matias, considerava que o caminho tinha sido feito ao contrário e que sabia da necessidade de reorganização do território, considerando-a importante e urgente, mas manifestou-se contra a extinção de qualquer freguesia rural. -----

Falava-se nesta data da pronúncia favorável à agregação das freguesias urbanas, mas literalmente contra a extinção de freguesias rurais. -----

Igual posição defendida na Assembleia Municipal Extraordinária de 23/11/2012, pelos membros da AM, eleitos pelo PSD, Bernardino Gata e Francisco Moreira. -----

A 30/06/2015, o PSD vota favoravelmente um projeto-lei do PCP, mantendo a posição anteriormente defendida usando uma expressão e cito Francisco Moreira: -----

“Alguma tolerância relativamente às Freguesias na Cidade, a Cidade da Covilhã poder ter somente uma Freguesia, mas quanto às Freguesias Rurais ZERO” (fim de citação) -----

Na verdade, tratavam-se de dois projetos-lei da iniciativa do PCP; -----

O Projeto-lei nº 949/XII - Criação da Freguesia de Ourondo e o Projeto-lei nº 950/XII - Criação da Freguesia de Casegas. -----

E porque na defesa dos interesses das pessoas e das populações se mantém a coerência de posições, permitam-me voltar a citar as palavras de justificação do sentido de voto do PSD, ditas por Francisco Moreira: -----

“Porque entendemos que o poder mais próximo das Populações resolve muitos problemas, traz economia no plano da administração directa de determinadas obras e ajuda a própria Sede do Município relativamente à gestão do próprio território. Porque consideramos importante deixar isto claro, para que não haja dúvidas, a nossa posição vai ser de votar favoravelmente esta

proposta que vem aqui hoje, independentemente da coloração política que ela tem.” (fim de citação). -----

Mais recentemente, em 29/12/2021, Vanda Ferreira, eleita pelo PSD nesta Assembleia, recordou a necessidade de analisar e avaliar a implementação das medidas em qualquer processo reformista, bem como a abertura necessária a ajustamentos e retificações a realizar num processo implementado em 2013, facto que originou a discussão da lei quadro que permitiu que estejamos, hoje aqui, a deliberar estes factos e que contou também com o voto favorável do PSD. -----

Por tudo o exposto e porque mantemos a posição de acompanhar os anseios das populações e as suas deliberações, seremos coerentes na votação deste ponto da ordem de trabalhos.” -----

- Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) – Fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as devidas adaptações feitas na intervenção: **(Doc.26)** -----

“Venho em nome de todos os Pesenses e Valrienses apresentar a proposta para a desagregação da União das Freguesias do Peso e Vales do Rio, com base na lei 39/2021 de 24 de junho no seu artigo 25.º, que permite corrigir a agregação de freguesias decorrente da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio e da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro; -----

Desde já queremos agradecer a todos os que contribuíram para a elaboração da proposta de desagregação da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio, em especial ao Dr. Tiago Serrão, Dr. Júlio Costa, Dr. José Batista e ao Senhor Vereador das Freguesias. O nosso grande Bem Haja. -----

Ouvimos a população em duas sessões uma no Peso e Outra em Vales do Rio, onde nos foi transmitido as suas vontades, ambas com uma elevada participação. -----

Ambas as populações manifestaram a vontade para que se fizesse a reposição das freguesias, sendo aprovada por unanimidade em ambos os lugares. -----

Sendo assim passo a ler o enquadramento da nossa proposta e a sua fundamentação: -----

A) A norma legal acima citada refere que a sua aplicação depende da demonstração de que a agregação imposta pela reforma de 2013 padece de um "erro manifesto e excecional que cause prejuízo às populações"; -----

B) Para este efeito, a Proposta demonstra, de modo exemplar, que existem diversos vícios - pelo menos, cinco - que contaminam, de forma irremediável, a reforma de 2013, justificando integralmente que a agregação da Freguesia de Peso e da Freguesia de Vales do Rio constitui uma opção legislativa errada que prejudicou seriamente as populações; -----

C) Conforme bem elencado e fundamentado na Parte III da Proposta, estes vícios são: -----

i) Desconsideração dos objetivos e princípios da reorganização administrativa territorial autárquica; -----

ii) Violação da identidade histórica e cultural das freguesias; -----

iii) Omissão de consideração das necessidades reais das populações resultantes da natureza rural e da composição etária de Peso e de Vales do Rio; -----

iv) Perturbação da representatividade das populações nas freguesias; e -----

v) Violação da vontade popular autárquica; -----

D) O estudo realizado na Proposta a propósito da identificação e da análise destes vícios está baseado numa abundância de factos objetivos, bibliografia e contributos doutrinários; -----

E) Nestes termos, não temos qualquer dúvida de que a agregação da Freguesia de Peso e da Freguesia de Vales do Rio constitui manifestamente um erro cometido pelo legislador na reforma de 2013, sendo totalmente legítima, por isso, a mobilização do procedimento consagrado no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, para a desagregação da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio; ----

F) Por força da conjugação entre o disposto no artigo 25.º e o disposto no artigo 10.º da Lei n.º 39/2021, a procedência de uma proposta de desagregação de freguesia depende do preenchimento de um conjunto de requisitos; -----

G) A este propósito, a nossa proposta também tem pleno êxito em demonstrar o cumprimento destes requisitos legais; -----

H) Desde logo, está reunido o requisito previsto no n.º 1 do artigo 10.º, porquanto a Proposta está subscrita por mais do que um terço dos membros da Assembleia de Freguesia, tendo sido aprovada por unanimidade na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio, tendo tido também parecer favorável do Executivo da Junta de Freguesia; -----

I) Além disso, a Parte IV da Proposta justificou plenamente a satisfação dos seguintes requisitos elencados no n.º 2 do artigo 10.º: -----

i) Denominação das freguesias a criar: -----

– **Freguesia de Peso;** -----

– **Freguesia de Vales do Rio.** -----

ii) Delimitação territorial: -----

– **Adoção da mesma delimitação territorial vigente para ambas as freguesias antes da agregação de 2013, em cumprimento da condição prevista no n.º 3 do artigo 25.º, que exige a observância das condições que existiam antes da agregação.** -----

iii) Sede: -----

– **Peso: Avenida Furriel Militar Aníbal J. P Casteleiro, n.º 28, 6200-603 Peso;** -----

– **Vales do Rio: Rua Santo António n.º 2, 6200-811 Vales do Rio.** -----

iv) Demonstração do cumprimento dos critérios materiais previstos nos artigos 5.º a 7.º da Lei n.º 39/2021, com exceção do n.º 2 do artigo 6.º e no n.º 2 do artigo 7.º (por força do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 25.º): -----

– **Peso: a Parte IV.I da Proposta fundamentou cabalmente que a Freguesia de Peso a criar/repôr estará dotada dos recursos humanos, equipamentos e serviços necessários para garantir prestação de serviços à população (artigo 5.º), terá viabilidade económico-financeira (artigo 6.º, n.º 1) e terá uma densidade populacional que cumpre o requisito do n.º 1 do artigo 7.º;** -----

– **Vales do Rio: a Parte IV.II da Proposta logrou fundamentar, da mesma forma, a legitimidade da criação/reposição da Freguesia de Vales do Rio;** -----

J) Ademais, a Proposta está acompanhada de um conjunto de anexos que contém, entre outros: --

i) **Mapa à escala 1:25 000 da área da Freguesia de Peso;** -----

ii) **Mapa à escala 1:25 000 da área da Freguesia de Vales do Rio;** -----

iii) **Mapa à escala 1:25 000 da União das Freguesias de Peso e Vales de Rio;** -----

iv) **Inventário dos bens móveis e imóveis, universalidades, direitos e obrigações da União das Freguesias de Peso e Vales de Rio, com indicação aqueles que serão transferidos, respetivamente, para a Freguesia de Peso e para a Freguesia de Vales do Rio; e** -----

v) **Indicação do número de trabalhadores, respetivas carreiras profissionais, remunerações e encargos sociais das freguesias de origem a transferir para as duas freguesias;** -----

L) **Tal demonstra, assim, a total satisfação do último requisito previsto na Lei n.º 39/2021 (constante do n.º 3 do artigo 10.º) para a instrução de uma proposta de desagregação de freguesia destinada à correção de erros cometidos pela reforma de 2013;** -----

M) **De todo o modo e sem conceder, refira-se que, mesmo que não se aplicasse o procedimento especial do artigo 25.º da Lei n.º 39/2021 (hipótese que se coloca em mero benefício de raciocínio), a Proposta está dotada da robustez que justifica a total conformidade da desagregação em apreço com o regime geral de criação de freguesia constante do Capítulo II da Lei n.º 39/2021;** -----

N) **Com efeito, estão demonstrados que a desagregação em equação cumpre igualmente:** -----

i) **O n.º 2 do artigo 6.º, tendo em conta que, com base num juízo de prognose assente nos dados reais históricos, é racional prever-se que a Freguesia de Peso, bem como a Freguesia de Vales do Rio serão destinatárias de uma participação no FFF com valor superior a 30% daquele atribuído atualmente à União das Freguesias de Peso e Vales do Rio;** -----

ii) **O n.º 2 do artigo 7.º (critério território), uma vez que as informações oficiais (juntas na Proposta como anexos) evidenciam que tanto a Freguesia de Peso, como a Freguesia de Vales do Rio têm uma área inferior a 25% do Município da Covilhã, sendo certo que o território das duas freguesias é contínuo; e** -----

iii) **O artigo 8.º (critério da história e identidade cultural), sobretudo considerando que, por um lado, a constituição da Freguesia de Vales do Rio, consubstanciando uma "desanexação" da então "Aldeia Vales do Rio" da Freguesia de Peso, consiste numa "conquista de paz" dos residentes de Vales do Rio e dos demais residentes da antiga Freguesia de Peso; e que, por outro lado, a Freguesia de Peso e a Freguesia de Vales do Rio têm identidades cultural-religiosas distintas, para além das diferenças a nível das respetivas atividades económicas principais, gastronomias e festas populares;** -----

O) **Tudo visto, a Proposta está plenamente fundamentada de acordo com os requisitos legais aplicáveis previstos nos artigos 10.º e 25.º da Lei n.º 39/2021, sendo totalmente viável e legítima a desagregação da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio, reconstituindo a Freguesia de Peso**

e a Freguesia de Vales do Rio extintas indevidamente no âmbito da reforma de 2013 por régua e esquadra dos Senhores que estavam em Lisboa. -----

Por fim, hoje chegou o momento de votarmos a proposta para a Desagregação da União das Freguesias do Peso e Vales do Rio, no entanto queremos aqui deixar bem claro que a mesma tem ainda que ser aprovada na Assembleia da República, esperamos que seja respeitada a vontade das populações do Peso e de Vales do Rio e assim se repor a Freguesia do Peso e a Freguesia de Vales do Rio.” -----

- Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP) – “Mencionar que o CDS tem acompanhado este processo de desagregação. Está e estará sempre do lado das populações e dos cidadãos das freguesias.” -----

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV) - Fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as devidas adaptações feitas na intervenção: **(Doc.27)** -----

“Em primeiro lugar quero cumprimentar as populações das oito freguesias envolvidas nas quatro propostas de desagregação de União de Freguesia. -----

Cumprimentar, também, os eleitos das Assembleias de Freguesia e Juntas de Freguesia envolvidos, que entenderam devolver a Junta de Freguesia às suas populações. -----

Populações e eleitos que estiveram contra a agregação promovida por um governo do PSD/CDS que deveria governar para o povo e não contra o povo. -----

Recordo que, neste órgão, Assembleia Municipal, em 2012, em nome do PCP, apresentei a nossa posição contra a agregação de qualquer freguesia no nosso Concelho. Discordámos e não participámos na Comissão Liquidatária de Freguesias no nosso Concelho. -----

Considerámos que era um ataque às populações, um ataque à democracia e um ataque ao poder local. A Comissão, com o apoio do PS, PSD, CDS e BE, nesta Assembleia, apresentaram a proposta para a liquidação das Freguesias de Santa Maria, Conceição, São Martinho e São Pedro e aí e tal deixem lá as freguesias rurais. No fundo, a Comissão e a Assembleia aprovou que se deveria ou se concordava com a agregação das freguesias, mas só da cidade.

O que aconteceu é que a UTAD propôs estas 4 e mais 13 rurais. Quando a Assembleia Municipal aceitou o princípio da agregação e ... vai daí a UTAD e o Governo PSD/CDS foi mais longe – agregou mais. -----

Aliás, já o PS tinha avançado com agregações em Lisboa. O PSD/CDS alargaram ao País. -----

Mas... só agregaram freguesias... a autarquia local mais pequena porque nos municípios nem sequer tentaram. Ainda bem... conflito eventualmente seria maior. -----

Mais eleitos, significa sempre, mais participação de cidadãos que, na sua freguesia, procuram dar resposta aos problemas existentes na sua comunidade. -----

O argumento financeiro não tinha nem tem qualquer significado. A democracia também implica custos, temos todos consciência desse facto. -----

*Porém, para a criação das CIMs (Comunidades Intermunicipais), com secretários e equipas técnicas a tempo inteiro, **que não são eleitos diretamente pelas populações**, o aspeto financeiro já não interessou. -----*

Dividiram o Distrito de Castelo Branco em três CIMs quando recusaram criar uma Região, no âmbito do processo de Regionalização. -----

Não desistimos da Regionalização, assim como não desistimos da reposição das freguesias. -----

Sempre que foi possível apresentámos projetos de lei para a reposição das freguesias agregadas na Assembleia da República. Também apresentámos nesta Assembleia Municipal moções no sentido da separação das freguesias. -----

O PCP defendeu, ao longo desses anos, que deveria ser criado um regime transitório e excepcional para a reposição das freguesias de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos.

Neste regime transitório, a reposição de freguesias deveria respeitar sobretudo a posição das populações e dos respetivos órgãos autárquicos. -----

A obrigação de cumprimento de alguns dos critérios no processo de reposição de freguesias como determina o diploma aprovado e ora vigente, na prática inviabiliza a devolução de muitas freguesias às populações, mesmo que estas o defendam, que é o que está a acontecer neste momento. -----

Defendemos no âmbito dos projetos apresentados que as populações fossem ouvidas quanto ao “casamento forçado” com as uniões, admitindo que, em alguns casos, o processo era aceite e que, eventualmente, existiam vantagens aceites pela população na nova união. -----

Passados quase dez anos sobre a extinção de freguesias, há muitos problemas que persistem, problemas que foram criados quando o Governo PSD/CDS decidiu liquidar freguesias, ignorando as posições assumidas pelos órgãos autárquicos, agravando as desigualdades territoriais. -----

Há populações e autarquias que continuam a não se rever no atual mapa das freguesias e lutam pela reposição das suas freguesias. -----

Em muitas localidades, as populações e os órgãos autárquicos confrontam-se com inúmeras dificuldades para avançar e concretizar o procedimento que a lei determina para a reposição de freguesias. -----

Estando a terminar o prazo que a lei estabelece para a entrada dos processos de reposição de freguesias na Assembleia da República, considerando os diversos processos em curso nas freguesias e tendo em conta que a perspetiva de reposição da freguesia na prática só se concretiza no próximo ato eleitoral, o PCP propõe a alteração ao procedimento de reposição de freguesias. --

*Com o projeto de lei do PCP, apresentado na AR em 16 de Dezembro de 2022, propomos o alargamento do prazo por mais um ano para a entrada dos processos na Assembleia da República, assim como a remoção de obstáculos para a reposição de freguesias, **designadamente a dispensa de fundamentação do erro da extinção da freguesia e a possibilidade de reposição de uma freguesia, mesmo que as demais não o pretendam**. Acontece na Covilhã esta situação na cidade e esta fundamentação do erro da extinção da freguesia é um critério muito subjetivo que dá para*

tudo. -----
É evidente que, discordando da atual lei, que exige a fundamentação do erro da extinção da freguesia e todo um processo justificativo de ordem histórico-cultural, religioso, financeiro, equipamentos,etc..etc -----

Que obrigou os eleitos a reunir com as populações e a organizar processos com cerca de um milhar de páginas... e a ter despesas, ao nível financeiro, significativas quando a agregação limitou-se a ser feita por um decreto-lei -----

Vamos aprovar e dar o nosso voto positivo à criação das novas freguesias e esperar que a Assembleia da República as aprove e aprove o projeto de alteração da Lei, alargando por mais um ano para a entrada de processos na AR, dando a possibilidade que outras populações se possam “divorciar” de um “casamento” que nunca desejaram.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”)** – Saudou a presença do Senhor ex-presidente do Ourondo, referindo que foi “um lutador contra a agregação das freguesias. -----

Seguidamente, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as devidas adaptações feitas na intervenção: (Doc.28) -----

“Em 2012, neste Auditório Municipal, e contra a expectativa daquela maioria na altura proferi discurso e votei CONTRA a agregação das freguesias do Concelho da Covilhã, pois tinha, e ainda tenho hoje, opinião diferente para as 4 Juntas de Freguesia existentes na Cidade, ideia que deixei plasmada no projeto que entreguei no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna daquela altura, Eng.º Paulo Júlio do PSD. Fui eu e o meu Tesoureiro na altura, o Senhor Simões, a essa reunião. -----

*Votamos **favoravelmente** a desagregação, pois defendemos nesta Assembleia Municipal o cumprimento da Lei que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de Freguesias, dando voz aos cidadãos residentes nas Freguesias agregadas em 2013, como foi o caso do Ourondo-Casegas, Vales do Rio-Peso, Vila do Carvalho-Cantar Galo, Coutada-Barco e outras.” ----*

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** – Fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as devidas adaptações feitas na intervenção: **(Doc.29)** -----

“Como membro recente desta Assembleia Municipal, e da política em geral, quero dizer-vos que sinto especialmente a importância deste momento, histórico, em que estamos prestes a aprovar a devolução de poder autárquico próprio a 8 povoações do nosso concelho. Estamos, fundamentalmente, a corrigir uma tremenda injustiça que foi feita para com estas nossas populações, ao abrigo de uma ideologia baseada em cortes, generalizada e indiscriminada. Pois convém recordar o que nos traz aqui hoje, em 2022, a aprovar estes diplomas de desagregação de freguesias. Porque para nós “desagregarmos”, significa que antes alguém “agregou”. -----

Ouvi há pouco o Senhor Deputado Jorge Vaz, e com todo o respeito que lhe tenho, de reescrever a história e nada se passou assim, senão vejamos a história. -----

Há cerca de 10 anos, esta mesma assembleia foi obrigada, por lei, a reduzir o seu número de freguesias, de trinta e uma para vinte e uma, contra a vontade dos nossos concidadãos, mas por vontade do então primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, e do seu ministro Miguel Relvas. Não, não estamos a falar de imposições da troika, nem de memorandos. Eles acreditavam mesmo que o país se desenvolveria extinguindo freguesias contra a vontade das populações. Para quem tiver dúvidas, como parece ter o Senhor Deputado Luís Rodrigues, basta ler a própria lei, de Maio de 2012: “Objetivos da reorganização administrativa territorial autárquica”, alínea a), “Promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local”. -----

Estive aqui há bocado a criticar o Plano Ferroviário Nacional apresentado pelo Partido Socialista porque achei que, em nome da coesão territorial, não defendem nada esse desígnio. Acho que, no mesmo sentido, não faz absolutamente sentido nenhum o PSD rever-se neste ponto e acho que o PSD local não se revê neste ponto, mas que o diga. A coesão territorial não se faz através da agregação de freguesias conforme defendia o PSD e o CDS em maio de 2012. -----

Está lá escrito. O Governo PSD/CDS, em 2012, considerava mesmo que a coesão territorial de Portugal e o desenvolvimento local das nossas terras se fazia através da extinção da sua autonomia enquanto poder autárquico. Entre outros fins igualmente delirantes como “promoção de eficiência e de massa crítica nas autarquias locais” e “melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade”. Obviamente que nada disto aconteceu e hoje, graças a uma proposta de lei apresentada pelo Partido Socialista, iremos poder reverter 4 dos processos de agregação. -----

Queremos aproveitar para congratular as equipas que coordenaram os processos de desagregação, na pessoa dos senhores presidentes de junta Rui Amaro, César Craveiro, Vítor Fernandes e Pedro Leitão, que souberam ouvir as suas comunidades e prestaram mais um importante serviço para com elas, através da formalização destes processos complexos dentro dos prazos legais. Um reconhecimento especial às gentes do Peso, Vales do Rio, Casegas, Ourondo, Barco, Coutada, Cantar-Galo e Vila do Carvalho, por se mostrarem exemplarmente unidas no divórcio, facilitando a concretização da reposição da autonomia autárquica de cada uma delas. --

Por último, fazemos igualmente votos para que a equipa encarregue do processo de desagregação da união de freguesias da Covilhã e Canhoso consiga chegar a bom porto, conferindo autonomia autárquica na medida da vontade da sua população, podendo contar com o total apoio da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã no que considerar necessário.” -----

*--- Colocado o assunto à votação – **Desagregação da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio – Criação de novas freguesias: Freguesia do Peso e Freguesia de Vales do Rio, nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho**, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**, devendo o processo ser **remetido à Assembleia da República para apreciação**, nos termos do artigo 13.º da Lei suprarreferida, seguindo-se uma salva de palmas. -----*

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP). -----

**b) UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASEGAS E OURONDO – CRIAÇÃO DE NOVAS FREGUESIAS:
FREGUESIA DE CASEGAS E FREGUESIA DE OURONDO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de dezembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 6, ambos do artigo 12.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias, através do ofício n.º 6098 de 16.12.2022 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----

- **Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----

- **César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo)** – Fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.30)** -----

“A proposta que aqui trazemos para votar a desagregação das Freguesias de Casegas e Ourondo, depois do parecer positivo e unânime da Junta de Freguesia e aprovação, também, por unanimidade, da Assembleia de Freguesia, é um documento extenso, com mais de 700 páginas, mas a vontade das gentes de Casegas e Ourondo em separar o que a lei juntou, em 2013, é ainda maior. -----

É uma proposta que temos por muito bem fundamentada e justificada, que só vem confirmar que a agregação de Casegas e Ourondo foi um erro manifesto. É uma proposta complementada por um considerável número de anexos e um bem elaborado relatório de viabilidade económico-financeira, documentos que sustentam e justificam as condições exigidas e relevam a vontade inequívoca de reverter a errónea agregação de Casegas e Ourondo. -----

Há 181 anos, mais precisamente no dia 31.03.1841, Ourondo logrou desanexar-se de Casegas e não se tratando, agora, de uma organização territorial administrativa igual ou semelhante, porque nenhuma das freguesias é anexa da outra, pois ambas foram extintas e deram lugar a uma única, estou certo que estamos, hoje, a escrever um novo capítulo da história dos povos de Casegas e Ourondo e a dar o nosso contributo para repor a desejada autonomia e independência de ambas as aldeias. -----

A insatisfação e revolta de alguns dos Caseguenses, começou logo que foi conhecido o livro (documento) verde da reforma da administração local, alavancada pelas recomendações da troika, e o meu envolvimento, nesta causa, vem da primeira hora, quando nem sequer pensava vir a ser candidato às eleições autárquicas. -----

Na sessão da assembleia de freguesia, realizada em 17.11.2012, onde participou uma larga maioria da população de Casegas, os eleitos deliberaram: aprovar por unanimidade uma moção de rejeição contra a extinção, por agregação, da freguesia, moção que eu redigi, bem como apresentar uma providência cautelar e promover a deslocação da população à assembleia municipal, que aqui se realizou no dia 23 de Novembro de 2012, ou seja, há 10 anos. -----

Em 8/01/2013 e ainda antes da publicação da Lei 11-A/2013 de 28 de Janeiro, lei que veio dar cumprimento à obrigação da reorganização territorial administrativa do território das freguesias constante da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, entregámos, em mão, na Provedoria de justiça, uma exposição jurídica subscrita por cerca de 350 cidadãos e cidadãs de Casegas, com o objectivo de requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade do normativo que procedeu à extinção, por agregação, da freguesia de Casegas, aldeia onde nasci, cresci e vivo. -----

Entre 2011 e 2015, a execução do programa de austeridade do Governo, de então, para além de subtrair meios financeiros às autarquias, restringindo a sua intervenção, impôs a reorganização administrativa agregando, ou extinguindo, 1168 freguesias de forma pouco ou nada democrática, não respeitando a vontade, história e cultura das populações, nem tão pouco ouvindo os seus autarcas acerca do processo, sendo apenas uma medida economicista com claro prejuízo para as populações, deixando Portugal mais pobre ao nível da democracia, não acautelando os interesses das populações, não contribuindo para a coesão do território, mas sim aumentando assimetrias regionais. -----

A eliminação drástica de Freguesias, mais de um milhar, reduziu a participação política, eliminou a proximidade entre os titulares dos órgãos públicos e os cidadãos e veio retirar expressão aos interesses locais. -----

É verdade que na falta de uma proposta da Assembleia Municipal (que, como Pôncio Pilatos, preferiu então lavar as mãos) a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, elaborou, em 22.10.2012, literalmente, a régua e esquadro, um projecto de modificação administrativa da área das freguesias do concelho da Covilhã, com extinção, entre outras, das freguesias de Casegas e Ourondo, numa clara violação dos princípios Constitucionais da igualdade e proporcionalidade. -----

E é por demais evidente, que, com a reforma do território das freguesias, operada, logo a seguir, em 2013, não se alcançou o objetivo de ganhar escala e massa crítica, nem melhoria e

desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade, desiderato a que a lei aludia, bem como se ignorou a identidade histórica, cultural e social de ambas as comunidades, enquanto activo valiosíssimo. Pelo contrário, os povos de Casegas e Ourondo perderam a relação de proximidade com a inevitável concentração de alguns serviços, e a ausência, ou menor presença dos eleitos junto dos eleitores. -----

No caso da extinção, por agregação, das freguesias de Casegas e Ourondo, não se constata que tenha havido um fundamento material suficiente para a discriminação (negativa) de que tais autarquias locais, com os seus povos, foram alvo. -----

Será que a diminuição de freguesias, em concreto, permitiu robustecer a sua massa crítica e a sua dimensão política? Será que eliminar freguesias fortaleceu a prestação do serviço público, aumentou a sua eficiência e reduziu custos? Tenho para mim, seguramente, que não. -----

Foram 9 anos em que a relação entre as comunidades foi muitas vezes tensa e conflituosa e até marcada por episódios de provocações e ameaças às cidadãs e cidadãos que foram eleitos, o que justifica, só por si, a desagregação destas duas freguesias. -----

Para evitar males maiores, os eleitos evitavam deslocar-se ao Ourondo onde foram declarados, por muitos dos locais, como indesejados. -----

Decorridos 9 anos e alguns actos eleitorais, a elevada abstenção dos eleitores é sinónimo que nunca os filhos da terra aceitaram esta agregação forçada, determinada por um poder político que se encontra no terreiro do paço e que apenas conhece, ou finge conhecer, o interior mais recôndito, nas acções promovidas em campanha eleitoral, onde nos são prometidos o Céu e a Terra. -----

São, afinal, 7 kms que separam os dois aglomerados urbanos, ligados por uma estrada sinuosa e muito degradada. A pior estrada do Concelho, senão mesmo do Distrito. -----

Cada Povo, com o seu passado e história, tem o direito de trilhar o seu próprio caminho, aquele que foi construído e trilhado pelos seus antepassados ao longo de muitas gerações. -----

Numa perspectiva sócio-histórica, as freguesias encontram o seu fundamento de existência na ideia de vizinhança e nas tradições de um agregado populacional, bem assim como nos respectivos hábitos de vida em comum, corporizando um substrato de existência que dificilmente se encontra a outros níveis e que potencia um significativo sentimento de pertença e de comunidade, que foi quebrado com a reorganização administrativa territorial autárquica, decidida e operada em 2012/2013. -----

A verdade é que nem Casegas nem Ourondo partilham da mesma história, da mesma mentalidade, do seu querer, dos seus gostos, das suas vontades. -----

Nada, como disse Ramalho Ortigão, é como “o Sol, os campos, as árvores e o Céu da nossa Terra, os costumes e a vida sã do Povo humilde das aldeias, a poeira, o ruído e a cor das romarias tradicionais”. -----

São as freguesias, por estarem mais próximas da população, que mais podem contribuir para a promoção e defesa dos interesses de uma comunidade e a agregação de Casegas e Ourondo, afastou, em muitos momentos e circunstâncias, os eleitos dos eleitores. -----

Queremos, cidadãos de Casegas e Ourondo, fazer e percorrer o nosso próprio caminho, aquele onde demos os primeiros passos, primeiro, pela mão dos nossos ascendentes e depois, sozinhos, com pequenos passos titubeantes, percorrendo as ruas e lugares onde fomos felizes e nos encontrávamos com os amigos para brincar. -----

Como escreveu o Professor Arnaldo Saraiva, um ilustre Caseguense, a propósito duma homenagem que Casegas lhe fez em 2017 “não é preciso ter lido Jacob Levy Moreno ou Donald Winnicott para reconhecer a importância do locus nascendi: a mãe terra, como a mãe, é quase sempre a principal referência dos primeiros tempos de vida, decisiva para a afirmação da identidade pessoal, para a definição de gostos individuais de vária espécie, para o uso da língua, dita materna, que determinará a melhor comunicação, para o estabelecimento de relações sociais, para o desenvolvimento e exploração de capacidades inatas”. -----

Finalizo esta minha intervenção, dizendo que as nossas aldeias, por mais isoladas e pequenas que sejam, são o epicentro do nosso Mundo, que queremos agora resgatar, porque como disse Eduardo Lourenço, beirão de São Pedro do Rio Seco: “Quem vê o seu povo vê o mundo todo” -----

Muito obrigado por me terem ouvido!” -----

--- Colocado o assunto à votação – **Desagregação da União das Freguesias de Casegas e Ourondo – Criação de novas freguesias: Freguesia de Casegas e Freguesia de Ourondo, nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho**, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**, devendo o processo ser **remetido à Assembleia da República para apreciação**, nos termos do artigo 13.º da Lei suprarreferida, seguindo-se uma salva de palmas. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP). -----

c) DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS DE BARCO E COUTADA – CRIAÇÃO DE NOVAS FREGUESIAS: FREGUESIA DO BARCO E FREGUESIA DA COUTADA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de dezembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 6, ambos do artigo 12.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias, através do ofício n.º 6099 de 16.12.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----
- **Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----
- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----
- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----
- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----

--- Colocado o assunto à votação – ***Desagregação da União das Freguesias de Barco e Coutada – Criação de novas freguesias: Freguesia do Barco e Freguesia da Coutada, nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho***, foi o mesmo ***aprovado por unanimidade***, devendo o processo ser remetido à Assembleia da República para apreciação, nos termos do artigo 13.º da Lei suprarreferida, seguindo-se uma salva de palmas. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP). -----

**d) DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS DE CANTAR-GALO E VILA DO CARVALHO –
CRIAÇÃO DE NOVAS FREGUESIAS: FREGUESIA DE CANTAR-GALO E FREGUESIA DE VILA DO
CARVALHO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de dezembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 6, ambos do artigo 12.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias, através do ofício n.º 6101 de 16.12.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----

- **Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.1.a). -----

--- Colocado o assunto à votação – **Desagregação da União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho – Criação de novas freguesias: Freguesia de Cantar-Galo e Freguesia de Vila do Carvalho, nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho**, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**, devendo o processo ser **remetido à Assembleia da República para apreciação**, nos termos do artigo 13.º da Lei suprarreferida, seguindo-se uma salva de palmas. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP). -----

2.2 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD): (Doc.31)** *“Quatro meses após a grande catástrofe que se abateu sobre este território, a informação escrita não tem qualquer referência à recuperação e revitalização da área devastada pelos incêndios do verão passado.* -----

O documento mostra pouco mais que um trabalho de gestão corrente. Além deste, há atividades de comunicação e iniciativas culturais, que são de louvar: a informação e a cultura são essenciais numa sociedade que se quer evoluída. Há também descrição dos licenciamentos de obras, por exemplo. Mas e o resto? -----

Onde estão esplanadas as atividades mais prementes para a resolução de problemas graves e estruturantes para o concelho e para os nossos concidadãos? Não estão. -----

Onde está algo feito no âmbito da preparação dos incêndios de 2023? Onde está a aplicação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE) na componente que

toca ao município? Deduz-se – se não consta do documento – que nada foi feito. Se, afinal, algo foi feito, então há uma falha de transparência, porque não o reporta ao órgão máximo do município.

Em qualquer um dos casos, é grave. Ou o município anda em pura gestão corrente na preparação do verão de 2023, ou então desrespeita a democracia local. -----

Na tal gestão corrente queremos também salientar algumas delegações que o Sr. Presidente da Câmara fez: nomeações em não eleitos, pessoas que não foram eleitas pelo povo para o exercício dessas funções. -----

Por sua vez, temos, também, um nomeado que vai às reuniões da Comunidade Intermunicipal beiras e serra da estrela para tomar decisões. Nomeado esse que é Deputado Intermunicipal e que vai às respetivas sessões fiscalizar o que decidiu. Claramente um atentado à separação de poderes.

Termino com uma referência à informação financeira que continua a ser genérica e efetivamente pouco informa e não tem qualquer menção aos resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades, exigidos pela al. b) do n.º 2 do art.º 25.º da lei 75/2013.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Foram quatro as sessões ordinárias da Assembleia Municipal neste ano de 2022 e tive a oportunidade de, em todas elas, fazer intervenções relativamente a questões concretas da atividade do Município na Freguesia da Boidobra: a eliminação do estrangulamento rodoviário na passagem de nível na 507 (fevereiro); para quando a introdução no Orçamento Municipal da Covilhã das intervenções camarárias na Freguesia da Boidobra; qual a situação da requalificação do espaço público na Praceta Conde José Calheiros, onde me foi dito na altura que o loteamento estava em alteração; qual o ponto de situação do cruzamento do eixo TCT com a E.M. 507; substituição de abrigos de passageiros; parques infantis; etc. -----

Em 09 de maio de 2022, voltei a referir a questão dos parques infantis, dizendo e solicitando ao Senhor Presidente resposta ao requerimento que apresentei a 12 de março de 2022, que continua sem resposta; -----

A questão do cruzamento do eixo TCT – responderam que está a ser elaborado o projeto; -----

Da Praceta Conde José Calheiros – que, em maio, já estavam a alterar o alvará modificado e faltava a sua emissão; -----

A passagem de nível na 507 – foi-me respondido que já estava proposto para a abertura de concurso; -----

Falei sobre a questão da incorporação do saldo de gerência sem introduzir projetos nas freguesias;

Fiz uma intervenção sobre o Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios às Freguesias. ----

Em 27 de junho de 2022, pedi uma reunião conjunta entre a Câmara Municipal da Covilhã, a AdC, o Senhor Vereador e a Resiestrela sobre a questão dos objetos volumosos fora de uso e, até hoje, não obtive resposta; -----

Perguntei também sobre o projeto na Quinta Branca e o abate de árvores que estava a ser feito na altura. Fiz um requerimento a 28 de junho de 2022 e, até agora, sem resposta; -----

Falei sobre a questão das rendas de habitação social municipal. Faltavam concluir 29 processos e volto a perguntar se já estão pagos os valores em dívida às famílias que foram indevidamente cobrados; -----

Perguntei sobre a ligação dos painéis fotovoltaicos na habitação social municipal. Responderam-me que não estavam ligados, mas não responderam, até agora, quando iriam ser ligados; -----

Falei novamente na Praceta Conde José Calheiros e então já estava feita a proposta para a abertura do concurso; que a passagem de nível ia avançar muito brevemente; que em relação ao cruzamento TCT estava a ser elaborado o projeto da rotunda; que o protocolo para a requalificação da Sede da Junta de Freguesia, assim que houvesse disponibilidade financeira, iria ser colocado. -

Mesmo na última Assembleia Municipal, a 26 de setembro de 2022, referi-me ao Regulamento de Apoio às Freguesias, à questão da Sede da Junta de Freguesia e todas estas questões, à exceção de uma delas que vem prevista no Orçamento, continuam sem resposta, embora a questão da Sede da Junta de Freguesia tenha a palavra do Senhor Presidente que vai ser incluída, ainda que ela não esteja incluída no Orçamento para 2023, mas está efetivamente o cruzamento da E.M. 507 com o TCT. -----

Enviei também ao Senhor Presidente um abaixo-assinado sobre as lombas rodoviárias na Rua do Centro Paroquial, que continua sem resposta e que necessita de uma intervenção relativamente a esta situação. -----

Quero expor o seguinte: -----

Senhor Presidente, foram vários os assuntos, foram vários os contributos que aqui trouxe durante o ano de 2022 e aquilo que era necessário mesmo fazer, em termos de atividade municipal, era que fôssemos resolvendo projeto a projeto, caso a caso, necessidade a necessidade, para que não andássemos sempre a falar nas mesmas coisas, que é obrigação das juntas de freguesia fazerem-no. -----

Ficam novamente, eventualmente, inventariados os assuntos que não estão respondidos e a exigência, o pedido, a solicitação à Câmara Municipal da Covilhã, por parte da Junta de Freguesia da Boidobra, é que estes assuntos que aqui foram colocados durante o ano de 2022 sejam resolvidos em 2023.” -----

- **Dr. António Pedro de Jesus Nunes de Freitas (CDS-PP):** “Trazia aqui alguns temas que têm e fazem parte do nosso dia-a-dia na cidade e não só. -----

Questionar sobre o seguinte: -----

- Escola Primária do Refúgio – Considerando a necessidade de promover uma maior segurança na circulação junto à escola e havendo dos pais a informação de que a Câmara terá adquirido o terreno junto a esta escola, gostaríamos de questionar para quando o início da obra de estacionamento que sirva os professores e os encarregados de educação

na mesma. Lembramos aqui a necessidade deste investimento, esperando que aconteça no mais curto prazo face ao acidente ocorrido no passado e ao elevado risco existente; ---

- Apoio social aos alunos mais carenciados – Olhando às dificuldades em que vivemos, ao facto de todos os indicadores nos darem conta deste agravamento a curto prazo, importa salvaguardar o apoio às famílias mais carenciadas e ajustar a resposta social aos mais vulneráveis, como é o caso das crianças e dos mais jovens. Sabemos que muitas crianças têm, no almoço gratuito na escola, a sua mais importante refeição do dia. Sabemos que está previsto o alargamento deste apoio social e do esforço da Câmara no suporte em outras refeições, nomeadamente o lanche da manhã e da tarde, e esperamos que o mesmo não seja esquecido e seja implementado o mais rapidamente possível. A articulação entre escolas, juntas e agrupamentos nesta resposta conjunta é de extrema relevância neste momento. -----

Senhor Presidente, estamos atentos. É a altura de não cometer qualquer falha. A vida é o maior bem do ser humano, que o ser humano pode ter perdão, assim como os seus direitos.

Aproveitava também para introduzir a questão das rendas sociais. Terá a Câmara começado finalmente a devolver os valores indevidamente cobrados. Porém, apenas fez a transferência de valores sem qualquer comunicação prévia onde se possa confirmar se os valores estão corretos e a que período dizem respeito. Acresce que estarão apenas a ser feitas devoluções aos que ainda são titulares dos contratos de arrendamento e estão a fazer compensações com as rendas e penalizações por atraso no pagamento de rendas que os inquilinos não conseguiram pagar, apesar de serem credores do Município. Temos a informação que haverá pessoas a receber devoluções de mais de mil euros, o que diz muito sobre a forma errada como o assunto foi conduzido. -----

Introduzo também a questão das lombas da Boidobra e da petição que já foi entregue. Esta é uma questão de enorme relevância para a qual agradeço a rápida resolução da mesma. -----

Terminava com a questão dos parques infantis. Já ouvimos o Senhor Presidente dizer aqui, há algum tempo, que os parques infantis estariam resolvidos até ao final deste ano. Mas parece que agora é só um por cada freguesia. Senhor Presidente, alguma coisa aqui mudou e gostaríamos muito de perceber como é que isto vai ficar e se realmente as freguesias com um parque e estando os outros na situação em que vão se encontrar, vão conseguir novamente pagar as coimas que certamente voltarão a aparecer.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “Todos saberemos que a Assembleia Municipal tem competências de apreciação e de fiscalização. E é por ter essas competências que, em todas as sessões ordinárias, o Senhor Presidente da Câmara está legalmente obrigado a enviar uma informação escrita acerca da atividade da Câmara e da situação financeira do Município. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, veja a relevância que a lei dá a esta informação escrita ao ponto de ser obrigatória em todas as sessões ordinárias e a que lhe tem sido enviada, desde a primeira sessão ordinária, não cumpre a lei e não permite a esta Assembleia exercer cabalmente as competências que lhes estão atribuídas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia persiste em não dar resposta aos nossos requerimentos nesta matéria. Hoje já nos deu a informação de que já terá sido encaminhado o pedido de parecer à CCDR, mas isso não consta do expediente e, portanto, aguardamos pela resposta, mas dizia eu que o Senhor Presidente persiste em não dar resposta aos nossos requerimentos, continuando a aceitar como bom um documento que não cumpre a lei. -----

Como há pouco o Senhor Presidente referiu e registei, temos pontos de vista diferentes. Disse o Senhor Presidente que “*felizmente*”. Neste caso, concordo, porque cabe ao Senhor Presidente aceitar ou não esta informação que lhe é dada para este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

A informação escrita tem de conter informação sobre: -----

- A atividade desenvolvida pela Câmara nas empresas municipais ou outras onde tenha participação social, bem como sobre os resultados de natureza económico-financeira. Alguma vez a informação escrita trouxe esta informação? Não! -----
- A situação financeira do Município, o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes com a indicação da respetiva fase e estado. Neste ponto, eu adoraria aqui saudar este Município por não ter nenhum litígio em tribunal, mas tendo em conta a falta de informação que nos é dada tenho muitas dúvidas em dar como boa esta informação e dar como bom que o facto de a informação escrita não refletir isso corresponda à verdade. -----
- Compete ao Senhor Presidente da Câmara enviar à Assembleia toda a documentação, designadamente relatórios, pareceres, memorandos e documentos de igual natureza, incluindo a respeitante às empresas municipais, como disse, que é indispensável para a compreensão e análise crítica e objetiva da informação escrita. -----

Pouco ou nada daquilo que a informação escrita deve ter é cumprido pelo Senhor Presidente da Câmara, mesmo depois de, na sequência de um dos nossos requerimentos, a Senhora Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica da Câmara Municipal da Covilhã ter informado o Senhor Presidente da Assembleia que a questão não suscita necessidade de parecer jurídico da CCDR, nem dos serviços jurídicos internos da Autarquia, uma vez que a norma legal em apreço é clara e de ter ainda afirmado que esperava cumprir com o determinado na lei e fazer acompanhar a informação escrita dos elementos que a lei exige já na próxima sessão da Assembleia Municipal da Covilhã. Esta informação é de abril de 2022 e, como todos sabemos, já houve assembleias depois disso em que a informação escrita continuou sem cumprir a lei. -----

Ficou tudo praticamente igual pelo que não pode esta Assembleia aceitar essa situação e a recusa porque, perante isto, só pode tratar-se de recusa do Senhor Presidente da Câmara em cumprir a lei e temos todos que nos questionar sobre a razão de tal recusa, a quem não interessa que estas informações obrigatórias por lei sejam conhecidas. -----

Senhores Deputados, já leram bem a informação que nos é enviada com forma e sem receber um documento que mais parece querer brincar connosco, onde se omite grande parte do que é essencial e em que, de forma exaustiva, nos brindam com um elenco de cartazes (sim, estou mesmo a falar dos cartazes e não do evento em si) que a Câmara produz? É esta a informação que querem receber e que aceitam receber como boa?” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Gostaria de saber qual é o ponto de situação do posto da GNR do Tortosendo. O que tem sido informado é que a bola estava do lado de lá e gostaria de saber se a Câmara Municipal já pediu a bola para o lado de cá. -----

Saber qual é que é a situação da ponte pedonal no Eixo TCT. Há uma preocupação de quem passa naquela ponte e aconteceu inclusivamente um acidente no passado mês. Ao que parece, a empresa que ficou com os lotes naquela zona seria a responsável e disse que há 6 meses que está à espera de uma resposta para intervir nessa ponte. Qual é o ponto da situação? -----

Relativamente ao Bairro dos Cabelados, no dia 14 de janeiro de 2022, solicitámos à Câmara uma intervenção nesse bairro e pedimos inclusivamente que, se fosse possível, a Junta de Freguesia fizesse essa obra por delegação de competências. Hoje é dia 19 e não recebemos nem um sim nem um não. -----

No que respeita à Ladeira Grande, na última Assembleia Municipal fiz referência a esse caminho. São mais de 30 famílias, empresas e o piso está completamente degradado. Já não vai com um simples tapa-buracos. É um caminho que está a ser deteriorado dia-a-dia pela passagem das pick-ups das Águas da Covilhã e gostaríamos de saber para quando uma intervenção nesse caminho da Ladeira Grande. -----

Qual é a situação dos passeios do Eixo TCT até ao Parque Industrial? Já foi lançado algum concurso para a obra? Não interessa só ter essa obra incluída no Orçamento da Câmara Municipal da Covilhã porque desde 2018 que lá vem contemplada e a obra ainda não a vimos. -----

Gostaríamos também de saber qual é o ponto de situação que respeita à intervenção na beneficiação do piso do Belo Zêzere. A cada dia que passa está cada vez pior. Quando será feita essa intervenção? -----

Parques infantis – Já foi aqui falado. O Senhor Presidente disse que até ao final do ano iríamos ter uma resposta e o assunto resolvido. Na reunião ocorrida no dia 10 de novembro com o Senhor Vereador José Miguel, há um acordo entre a Junta no que respeita ao número de parques infantis a instalar na nossa freguesia. Gostaríamos de saber para quando essa intervenção, na certeza de que até 31 de dezembro não vão ficar instalados. -----

Na última Assembleia Municipal, falei aqui na problemática da recolha de lixo. A recolha de lixo é um serviço que continua a envergonhar o nosso concelho. Gostaria de saber o que é que já foi feito para que a recolha de lixo seja feita assiduamente e de forma higiénica porque o que está a acontecer no dia-a-dia envergonha-nos a todos nós. -----

No que respeita ao caminho da Estremilda, a Junta de Freguesia pediu à Câmara Municipal, depois de auscultadas as bancadas do PS, do PCP e da GNR, uma alteração de trânsito naquele caminho. Veio-se a verificar, depois, que as alterações feitas não iam ao encontro das necessidades efetivas de quem ali mora. Reunimos com a GNR e com a população. A Câmara Municipal da Covilhã tem o abaixo-assinado de mais de 30 moradores, tem o abaixo-assinado onde a Junta de Freguesia e a GNR assumem que a decisão tomada de colocação de sinais não foi a melhor, mas o Senhor Presidente também tem um email de um morador que diz que se devem manter os sinais. Estranhamente, é mais importante e vale mais esse email de um morador do que a vontade de 30 moradores, a vontade da GNR e a vontade da Junta de Freguesia de voltar a ficar como estava. Há

peças que, neste momento, para saírem da porta da sua garagem até à porta de casa têm que fazer 4 km quando, no passado, faziam apenas 20 m. Gostaria de saber se é possível fazer essa reversão da decisão tomada, na certeza de que a Junta de Freguesia já assumiu que o pedido feito não foi o mais correto depois de auscultadas todas as bancadas da Assembleia de Freguesia, e a própria GNR também reconheceu que a decisão não foi a mais correta. -----

Relativamente à habitação social no Largo da Feira – Rua Nova do Souto, é um processo que se arrastava há vários anos. Havia a necessidade de a Junta de Freguesia fazer uma escritura do terreno onde a Câmara Municipal instalou habitação social. Contactámos uma solicitadora que nos veio alertar (Junta de Freguesia) que era impossível fazer esse registo do terreno. Informámos a Câmara Municipal da Covilhã que deveria de imediato proceder ao registo dos edifícios e também do terreno. Gostaríamos de saber se já fez esse registo na medida em que irá possibilitar a candidatura a fundos comunitários para uma intervenção nessa habitação social. -----

No que respeita ao Plano Ferroviário, agradecer a presença da Câmara Municipal da Covilhã nos debates levados a cabo. O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro esteve presente e efetivamente discutiu-se muito o futuro da ferrovia e onde todos nós repudiámos o atual Plano Ferroviário, que não teve em consideração as propostas da Câmara Municipal da Covilhã e também as propostas da Junta de Freguesia do Tortosendo. -----

Por último, dizer, Senhor Presidente, que fiquei preocupado com uma última informação recebida da Câmara Municipal da Covilhã, onde se verifica que há Tortosendenses de primeira e Tortosendenses de segunda, inclusive a minha preocupação para o fim das aldeias no Concelho da Covilhã. Solicitámos a beneficiação do piso da Rua Nossa Senhora do Rosário e a Câmara Municipal reconhece: as deformações do pavimento só poderão ser iluminadas com a aplicação do novo pavimento betuminoso; mas, depois disto, independentemente da razoabilidade do solicitado, considera-se que a relevância do arruamento em causa, no contexto da atual malha urbana da vila e do número de utilizadores não justificam a intervenção.

Gostaria de saber se o facto de morarem duas ou três pessoas inviabiliza investimentos da Câmara Municipal da Covilhã. Para nós, more lá uma pessoa ou morem lá cem ou duzentas pessoas, merecem a mesma atenção, sabendo que, para nós, é tudo prioridade: o Belo Zêzere, onde moram 300 ou 400 pessoas, é prioridade; pelo facto de morarem aqui 5 ou 6 pessoas, é também prioritário esse alcatroamento.” -----

- **Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD):** “Dizer que os grupos municipais do PSD e do CDS na Assembleia Municipal da Covilhã propuseram na Assembleia de 9 de maio do presente ano que, e passo a citar, *“a Câmara Municipal atribuisse uma condecoração ao Fábio Guerra a título póstumo no dia da Cidade – 20 de outubro – em molde e qualidade a decidir pelo Executivo no respeito pelas suas competências.”* -----

A referida proposta foi aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal, mas a condecoração no dia da Cidade não aconteceu. -----

A bancada do Partido Socialista, tendo votado favoravelmente a proposta, vê a sua posição ser desconsiderada pelo Executivo, que também desrespeita o órgão máximo do Município. -----

-

Assim sendo, questiono o Senhor Presidente Dr. Vítor Pereira se nos vai dizer que as congratulações transitam do ano anterior e, se for isso, se assume perante esta Assembleia Municipal o compromisso de, no dia 20 de outubro de 2023, condecorar finalmente o jovem agente Fábio Guerra.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Na ata da reunião da Assembleia Municipal de novembro do ano passado (página 37), diz - e estou a citar o Partido Socialista - que até esta Assembleia (até ao final do próximo ano, digo 2022) teremos o nosso PDM revisto. Desde então o prazo foi suspenso. Desde então o compromisso que o próprio Partido Socialista assumiu e que está registado nessa Assembleia não foi cumprido. -----

Perguntar ao Senhor Presidente da Câmara: -----

- 1.º Se neste ano prevê que seja até ao final de 2023 ou até quando; -----
- 2.º Ainda temos freguesias a Sul do Concelho que não têm médico. Os encargos para terem serviço de saúde nas suas localidades estão a ser, neste momento, suportados por quem: executivos da junta ou executivo municipal? Há alguma forma de a Câmara Municipal poder ajudar as freguesias nesta matéria, ou não? -----
- 3.º Foi revogado pelo Senhor Presidente, agora recentemente, um despacho também seu para a abertura de um procedimento concursal para funções na Câmara Municipal da Covilhã na área de Sociologia. Esse mesmo despacho para contratação de uma nova pessoa, não obstante de ser na área de Sociologia, tinha funções específicas muito ligadas a matérias sociais como eram urbanização, loteamentos, urbanismo e todas as áreas ligadas, como sabemos, tradicionalmente à Sociologia! Entretanto esse despacho foi revogado e a questão que faço ao Senhor Presidente é se vai abrir novamente porque consta da justificação desse despacho que havia o erro técnico no primeiro despacho. Havendo um erro técnico nesse primeiro despacho, era na categoria de Sociologia ou nas funções a exercer dentro da Câmara Municipal que não correspondem com a área de Sociologia? E se é neste segundo caso que está o erro, então o novo despacho de abertura concursal será na área de Sociologia ou as funções que eram necessárias, no âmbito do planeamento, loteamento, urbanismo, ... já não serão necessárias para serem exercidas no âmbito da Câmara Municipal? -----
- 4.º Vimos recentemente queixas públicas por parte do Lar de São José da falta de apoio da Câmara Municipal e de falta de resposta há anos largos aos apoios que requerem. O que o Senhor Presidente pensa fazer em relação a isso? Vai corresponder às expectativas e apoiar o maior Lar da cidade? Não o vai fazer e assume as razões por que não o vai fazer? Há justificação ou não? -----

Notas finais ao Executivo: -----

- 1.º Temos problemas de rede viária que são visíveis por todos nós. Aqui em baixo, recentemente, estava o percurso intransitável depois das chuvas e aguaceiros recentes. Senhor Presidente, deixo a sugestão de resolvermos isto com a maior premência; -----
- 2.º A Câmara Municipal recentemente delegou a gestão do Parque da Goldra, se bem li o despacho da altura. O que é que a Câmara pretende fazer quanto a este parque, que sabemos que está aquém do aproveitamento que poderia ter? O que é que a Câmara

pretende para o dinamizar, ou vai simplesmente concessionar a totalidade do parque para que seja gerida por outra entidade, quiçá mais capaz de o fazer para o efeito, ou não? -----

- 3.º Continuamos sem o espaço concessionado. Já esteve, mas deixou de estar, no Jardim das Artes. Vai abrir um novo procedimento público para a concessão daquele espaço, ou não? Nesse mesmo Jardim, em toda a área envolvente, já o disse numa Assembleia, creio que há 4 anos, e a situação está exatamente igual: os passeios continuam completamente destruídos ao ponto de vermos idosos, mais do que uma vez, cair nesses passeios e aleijarem-se. Conta ou não arranjar os passeios na área envolvente ao Centro de Artes? --
- 4.º Reiterando aquilo que já foi aqui dito, tem zero informação sobre as empresas municipais. Continua a não cumprir a legalidade no âmbito desta matéria e a informação financeira, além de parca, é opaca. Conta ou não, na próxima Assembleia, cumprir a lei no âmbito deste documento?" -----

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV): (Doc.32) *“A informação escrita, minimalista, que nos foi enviada, corresponde à atividade municipal entre Setembro e Dezembro de 2022. -----*

À semelhança da informação de Setembro -----

Temos os registo de: -----

um conjunto de despachos de delegação de competências; -----

da atividade desenvolvida pela Divisão da Cultura; -----

do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas; -----

de processos de licenciamento no âmbito do Urbanismo; -----

Quanto às restantes estruturas (departamentos e divisões) nada se fez, digno de registo, pois que nada consta no documento. -----

Se em Julho e Agosto foi um período de férias e tivemos algumas semanas de intensa atividade ao nível dos incêndios florestais, -----

Em Setembro, Novembro e Dezembro o mau tempo não deve ter ajudado ao desenvolvimento de grandes atividades, nem de decisões estruturais. -----

Quanto à informação escrita e outras -----

Não entendemos o comportamento do sr Presidente da Câmara Municipal quando não organiza ou não manda organizar a informação escrita de acordo com o que se encontra determinado ou estatuído na Lei 75/2013. -----

Já aqui foi sublinhado o facto por outros eleitos. -----

Também as atas e as minutas do executivo, logo que aprovadas, devem ser enviadas à AM. -----

O que também não acontece. -----

Também já aqui foi referido e sublinhado que o sr Presidente da Câmara não responde aos pedidos de informação dos membros da Assembleia. -----

O que se passa senhor Presidente? -----

O Senhor Presidente não tem os recursos humanos necessários? Não tem um gabinete de apoio, um chefe de gabinete e um coordenador do gabinete de apoio? -----

Tendo todos estes recursos, porque não cumpre? -----

Porque o seu antecessor, do PSD, também não cumpria? -----

Senhor Presidente -----

O incumprimento sistemático do seu dever para com os membros desta Assembleia é grave. -----

É grave desde logo pelo incumprimento da Lei, faltando ao seu dever -----

É grave porque indicia um acentuado défice democrático, para alguém que se afirma democrata -

É grave porque leva-nos a diagnosticar um comportamento intolerante e arrogante, característico das maiorias absolutas, diga-se -----

É grave porque estes sinais leva-nos a concluir que vivemos numa governação autárquica, para além de arrogante, com traços totalitários. -----

Ainda assim, face à necessidade das populações, solicito informação quanto; -----

Ao Quartel da GNR de Paul, se já temos projeto aprovado pelo MAI e previsão do lançamento da obra, assim como o lançamento da obra do novo edifício da GNR no Tortosendo -----

Afinal de contas o que se passa Sr Presidente? O que pode justificar tantos adiamentos? -----

A factura da água...para quando a sua redução..? -----

Para quando a remunicipalização do AdC e da AdS? À semelhança de outros Municípios. -----

Preocupante, ainda, é a implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular e a sua privatização por parte da Câmara Municipal, porque externalizar o serviço e contratar uma entidade, que visa o lucro, naturalmente, para prestar um serviço que compete à entidade pública, é privatizar. -----

E a propósito, pode informar se todas as crianças, de todas as escolas, estão a ter as áreas previstas (Movimento, expressão plástica e musical)? -----

Por último lembro o senhor Presidente da Câmara que inaugurou em 2017, no Ourondo, no Largo da Carreira, o início de uma obra de responsabilidade municipal, que ainda não se encontra concluída, ou melhor dizendo, encontra-se inativa, parada à quase cinco anos. -----

O que se passa Sr Presidente? -----

O que inviabiliza a conclusão da obra? -----

E, porque falamos no Ourondo, por que razão V. Excelência, a Câmara Municipal, não cede o edifício e instalações do antigo jardim-de-infância à instituição de apoio a idosos para centro de dia e de lazer, nomeadamente e mais grave na minha opinião foi o pedido deste equipamento no período do Covid quando, face às condições e às instalações da própria instituição, não tinham condições para dar resposta àquilo que eram as regras do Covid? -----

E quanto ao Lar de São José que já foi aqui falado, recordo que numa Assembleia Geral do Lar de São José, foi referido e tem sido sempre referido o compromisso que o Senhor Presidente da Câmara assumiu, logo no seu primeiro mandato, de ressarcir o Lar de São José das verbas que, na altura, o Lar gastou naquele programa da CLDS+, tanto que passou depois para a Santa Casa da Misericórdia. Se bem me recordo, foi uma verba de 20 a 30 mil euros que o Senhor Presidente da Câmara se comprometeu com o Lar de São José a entregar ou levar a proposta à Câmara Municipal para decisão para que o Lar fosse ressarcido (nem sequer é um apoio financeiro) das verbas que tinha despendido com o desenvolvimento deste programa de serviço social.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Senhor Presidente, como se diz na minha terra, “não vás aos Santos, pergunta diretamente a Deus” e para que não tenha que ir aos Santos pergunto-lhe diretamente a si, transpondo este ditado para a Autarquia, se o passe para os transportes públicos que era até ao 12.º ano e parece que agora passou também para os estudantes universitários, e ainda bem, efetivamente é para janeiro ou para setembro de 2023. --

A iluminação do prolongamento da rua do polidesportivo em Vales do Rio foi pedida em 2015, 2016 e 2017. Sabendo que já foi aprovado em sessão de Câmara, gostaria de saber como está o processo. -----

As obras na rua do verde também estiveram a concurso e gostaria de saber o ponto da situação, dado que os moradores, quando chove, não conseguem lá passar. -----

Edifício escolar de Vales do Rio – Já alertei a Senhora Vereadora e os serviços várias vezes e continua a chover em duas salas de aula. -----

Substituição do mobiliário nas escolas da União de Freguesias – Para mim, devemos ter alunos de primeira em todo o lado e não alunos de segunda nas freguesias. Os mobiliários estão degradados. Ainda são em ferro com placas de madeiras que já estão deterioradas e provocam arranhões e coisas do género nas crianças, pelo que devem ser substituídos por mobiliário adequado. -----

Quadros interativos – já várias vezes perguntei e continuam por instalar nas salas de aula na União de Freguesias. -----

Por fim, a questão dos parques infantis. Gostaria de saber também qual é o ponto de situação.” --

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, passou a responder às questões colocadas. -----

“Relativamente ao que estava a referir o Senhor Presidente Rui Amaro, estamos atentos a esses problemas. Já há respostas concretas para essa matéria. É uma dificuldade um pouco transversal a muitas pretensões que são absolutamente legítimas das senhoras e senhores deputados municipais, designadamente também a muitas das questões suscitadas pelo Senhor Presidente da Junta do Tortosendo que é: os senhores que são dois distintos presidentes de junta não conseguem fazer tudo e ao mesmo tempo; e governar é priorizar. Por que é que começamos numa rua com menos tráfego e vamos a outra com mais tráfego ou vice-versa? É mesmo uma questão de prioridade. Admitindo que têm o direito de reivindicar o que reivindicam, a seu tempo lá irá e

tem sido. Não tenho faltado à palavra e o Senhor Presidente Rui Amaro sabe bem disso. Tudo quanto tenho prometido, tenho-o cumprido. O que está por cumprir será cumprido. -----

Relativamente à questão da reversão das Águas da Serra, está em curso o trabalho inerente a essa mesma reversão. O Orçamento do Estado, recentemente aprovado, dá cobertura legal a essa nossa legítima pretensão. Aliás, foi referendada pelos Covilhanenses porque esta posição foi deixada bem clara antes das eleições, ou seja, ao ter conferido a maioria que conferiram a este executivo, disseram claramente que concordam com a reversão das Águas da Serra. Essa é a forma adequada, justa e proporcionada para baixar o preço da fatura. -----

Há uma questão que já tem uns anos, mas que ultimamente tem sido objeto de debate: o Lar de São José. À primeira vista, pode parecer à maioria das pessoas que há aqui alguma discriminação ou alguma intenção de discriminação relativamente ao Lar de São José quando, efetivamente, ela não existe. A atestar isto está exatamente o facto de que, em dois pacotes sucessivos de apoio às IPSS's do nosso Concelho, o Lar de São José foi devidamente contemplado (uma vez com 28 mil euros e agora com 32 mil euros, se não estou em erro). Mas atenção: esses valores nada têm a ver com a questão de fundo, que já lá vamos. Não há qualquer discriminação. São todos tratados por igual. -----

O que é que aconteceu? Na reunião de 7 de junho de 2013, no âmbito do Programa CLDS+, foi designada a entidade coordenadora - o Lar de São José - e bem. Já no âmbito da minha presidência, na reunião de 11 de dezembro de 2013 e vou citar *“Presente informação da Senhora Diretora do Departamento de Administração Geral, datado de 05/12/2013, que, no âmbito do protocolo de colaboração celebrado com o Lar de São José e deliberado em reunião de Câmara de 05/07/2013 com vista à execução do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social +, informa ter sido constatado pelos serviços que o financiamento concedido não é cumulável com quaisquer apoios que registem a mesma natureza e finalidade pelo que propõe revogar a deliberação de Câmara na parte referente à participação da Câmara Municipal no valor de 27 mil euros.”* Ou seja, havia uma cumulação, uma duplicação, que não era legal. -----

Para complementar melhor o que estou a dizer, basta irem ver a Portaria n.º 135-C/2013, de 28 de março. A norma XXVII – Norma sobre o programa CLDS+ - diz no seu n.º 2 *“O financiamento concedido ao Programa CLDS+ não é cumulável com quaisquer apoios que revistam a mesma natureza e finalidade.”* -----

Confrontado (e antes da deliberação), informei o Senhor Presidente da Direção do Lar de São José que não era possível honrar este compromisso anteriormente assumido. Quando votámos, ninguém foi ver em pormenor se havia duplicação ou não. A informação não era suficiente para podermos, com toda a profundidade, fundamentar o nosso voto. O que quisemos foi que o Lar de São José pudesse desempenhar essa função de entidade coordenadora. -----

O que disse ao Senhor Presidente foi *“não lhe posso dar esta quantia com esta finalidade sob pena de cometer uma ilegalidade e o executivo que me acompanha incorreria em responsabilidade”*, que são várias, como sabem. Por conseguinte, o que lhe disse foi *“apresente-me um projeto de algo que vocês efetivamente precisem no Lar e que não tenha nada a ver com isto, no âmbito da*

vossa atuação e devidamente fundamentado e cá estamos para cumprir a vontade de não prejudicar o Lar de São José.” -----

Não podíamos, como é natural, dizer que lhe dávamos essa quantia noutra altura. Estaríamos a cometer a mesma ilegalidade. Ou seja, qualquer verba que o Lar de São José viesse a receber nunca podia ser para esse efeito, nem para essa finalidade. -----

Se e quando o Lar de São José, à semelhança de outras IPSS's, nos apresentar algo de concreto e bem fundamentado, relativo a carências que tenham de outra natureza que nada tenha a ver com isto, a Câmara da Covilhã cá está para apoiar como tem apoiado outras IPSS's sem quaisquer acrimónias, sem quaisquer discriminações, ... -----

Nunca discriminei ninguém por razões de natureza partidária, de natureza ideológica, de diferenças que possamos ter uns dos outros, ... seria um absurdo e nem faz parte da minha maneira de ser e de estar na vida como homem, como cidadão e muito menos como Presidente da Câmara.

Ninguém quis prejudicar o Lar. Apenas havia um duplo financiamento e não podíamos incorrer em responsabilidade. Porventura, o Senhor Presidente interpretou mal as minhas palavras e achou que iria receber a mesma quantia de outra forma. Não pode ser. A ilegalidade estaria a ser cometida da mesma maneira. -----

Parques infantis – Disse que tinha até ao final do ano uma solução para os parques e tenho-a. Na última reunião de câmara pública, na passada sexta-feira, transmiti ao executivo e a quem estava presente, designadamente à Comunicação Social, que temos que ser hábeis na resolução deste problema e julgo ter conseguido arranjar a melhor solução. -----

É indubitável e incorre da lei que a conservação dos parques infantis é da responsabilidade das uniões de freguesia e das juntas de freguesia. Não há dúvida nenhuma. -----

Por sua vez, também reconhecemos que é profundamente injusto que as juntas de freguesia tenham que conservar aquilo que dificilmente se pode conservar. -----

Será pensado caso a caso. Cada junta tem as suas especificidades, umas até podem ter mais do que um parque, podem querer deslocalizar ou extinguir num sítio e colocar noutro... Portanto, no próximo mês de janeiro vamos encetar um conjunto de reuniões, tendo em vista exatamente essa resolução. -----

Aqueles senhores presidentes de junta que me disserem assim *“prefiro que sejam realizadas obras de requalificação daquele parque no sentido de o tornar utilizável porque está em bom sítio e não é necessário um parque novo, vamos fazer um orçamento...”*, claro que, como hão de entender, por uma questão de equidade, temos de arranjar critérios que não discriminem para que ninguém venha dizer *“o meu vizinho fez melhor do que o meu ou mais importante ou mais valioso”*. Depois, fazemos um protocolo em que transferimos para a junta de freguesia a quantia que for justa e adequada para esse objetivo. A junta de freguesia abre o concurso, trata da instalação do parque, passa a ser sua propriedade e vai conservar aquilo que é seu. -----

Melhor solução do que esta pode haver, mas não conheço, face àquilo que diz a lei. -----

Se fosse da responsabilidade da Câmara a conservação, se decorresse da lei que assim era, pois bem, aí já não fazia sentido esta solução. Mas, sendo da responsabilidade das juntas de freguesia, julgo que esta é a melhor forma resolvermos de vez o problema e quanto mais depressa possível.

As lombas da Boidobra – De facto, basta lá passar para ver que umas são demasiado altas. É complicado, mas há pessoas que, independentemente da existência de sinais e de lombas, «é para a frente e com força». Portanto, é uma questão de civismo, de educação e de respeito pelos outros, mas reconheço que quem passa tem de passar várias vezes em cima daquelas lombas e os «carrinhos» sofrem muito. E agora também faltam do outro lado, é verdade. Numas têm uma altura excessiva e no outro não existem. Temos é que remediar de uma vez por todas esse assunto. Se calhar, reduzir um pouco a altura ou espessura das lombas num lado e colocar as outras lombas no outro. Não há melhor solução, julgo eu, do que essa. -----

Rendas de habitação social – Já foram devolvidas todas, exceto as que dizem respeito a dois tipos de pessoas: famílias daqueles que infelizmente já partiram (é necessária uma habilitação de herdeiros para provar essa qualidade para serem ressarcidos daquilo que tinha direito o seu parente); e aqueles concidadãos que já não vivem na habitação social e que já não são nossos inquilinos (são poucos casos e estamos a tentar localizá-los). -----

Informação escrita – Não há nada a esconder, nem nada a sonegar. O problema que se põe é que hoje em dia é tanta a informação... Vocês ficam inundados se querem informação detalhada e não farão outra coisa na vida, nem tratam da vossa profissão, nem dos vossos assuntos porque escarpelizar os edoc's do princípio ao fim... se querem toda a informação é toda a informação, e toda a informação é desde o processo de tomada de decisão até à sua execução e isso é um manancial de informação que, que eu tenha conhecimento, nenhuma assembleia deste país dá. Uma coisa é uma versão resumida dessa informação, agora toda a informação... até se perderão aqueles que menos ginasticados na sua interpretação ou no percurso que têm de fazer para interpretar os documentos dificilmente lá chegam. -----

Estão também muito preocupados sobre o despacho que proferi acerca da revogação daquele concurso para sociologia. O que vos quero dar nota é que uma informação proveniente da Senhora Chefe da Divisão Eng.^a Isabel Matias deu conta da necessidade subjacente ao despacho de abertura do procedimento. -----

Como é do conhecimento da generalidade das Senhoras e Senhores Deputados e dos Vereadores, está em curso um conjunto de alterações de planos territoriais, de âmbito municipal, em vigor no nosso Concelho, das quais destaco o procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal, a alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã, entre muitos outros planos e instrumentos de gestão territorial. Nestes procedimentos, os estudos de caracterização e de diagnóstico são obrigatórios e relevantes para a compreensão e para o levantamento das dinâmicas urbanas. Portanto, tem que haver uma fundamentação e sustentação das opções estratégicas do Município neste domínio que passam, obviamente, por esta área. Torna-se necessário reforçar este serviço com recursos humanos qualificados que possam, na prática, contribuir para a constituição de uma equipa técnica multidisciplinar e não apenas na área da sociologia. -----

Foi nesse sentido que se solicitou a abertura do procedimento com vista à contratação de um técnico na área da sociologia com caráter de urgência, face aos prazos que temos para revisão do PDM. -----

Médicos na periferia do nosso Concelho – É um problema do Interior de Portugal. É um problema generalizado. É um assunto que vou tratar muito proximamente, provavelmente depois de amanhã, noutra âmbito e noutra fórum com o Senhor Ministro da Saúde. No fundo, vou transmitir-lhe essa preocupação relativamente à carência de profissionais de saúde, designadamente médicos nas zonas periféricas dos concelhos. Não é só uma preocupação nossa. É uma preocupação da região e da Cova da Beira até porque o ACES da Cova da Beira está sediado aqui na Covilhã e, portanto, é uma preocupação que é extensível a Belmonte, ao Fundão, ... -----

Por outro lado, existe uma questão que também já suscitei noutros fóruns e que vou reiterar ao Senhor Ministro da Saúde, que é a da possibilidade de contratação de médicos que, estando aposentados há relativamente pouco tempo, estejam ainda com vontade e se sintam com energia de continuar a servir as nossas populações, que o possam fazer, mas, para isso, é preciso cobertura legal para o efeito, que ainda não existe. -----

ULS – Estamos a trabalhar empenhadamente na implementação do ULS, agora na vertente infraestrutural, e vamos implementar na prática a transferência das competências no domínio da saúde. Portanto, há trabalho que está e vai ser realizado para que essa efetivação se concretize da melhor forma. -----

No que diz respeito ao alcatroamento, dizer que na Belo Zêzere está tudo pronto, só temos que esperar pela melhoria das condições climatéricas e muito provavelmente nesta Primavera será regularizado o piso daquela zona residencial. -----

Não tenho informação técnica neste momento relativamente à ponte pedonal, mas é uma questão que obviamente nos preocupa. -----

Posto da Guarda Nacional Republicana – Já terminou o mundial, mas a bola continua do lado do Ministério da Administração Interna. Vou estar também esta semana com o Senhor Ministro da Administração Interna e vou-lhe pedir que diligencie para que venha a minuta com os valores do contrato interadministrativo a celebrar porque, como sabem, a Câmara vai ser dona da obra e o Governo da República é que a vai financiar. Sem contrato, não podemos avançar. -----

Até calculo qual será a razão do retardamento de não ter vindo ainda esta informação. Como já aqui foi dito, há muitos concursos a ficar desertos. Agora menos. É curioso, apesar da inflação e da crise, agora um pouco menos, mas houve um período que foi terrível. Os Senhores Deputados também não vão querer que coloquemos preços exorbitantes nos cadernos de encargo e estejamos a onerar uma obra que pode ser celebrada por preço inferior porque sabemos que, para além da inflação, depois também há a especulação e temos que ser cautelosos. Estamos a falar de dinheiro público e isso leva-nos a redobrar a atenção. Não é lançar um concurso inflacionando os preços para que venham muitas empresas a querer concorrer às obras. -----

Há uma questão que me preocupa imenso, e que tenho conhecimento de causa porque passo lá todos os dias, que é o prédio da Rua Alexandre Herculano, em frente à “A Tentadora” e quase ao lado da Sede do Partido Comunista Português. Parte é nossa e a outra, perdoem-me a expressão,

é de uma caterva de herdeiros e alguns nem se sabe bem quem são. A verdade é que é um assunto que se arrasta (e sei com o empenho ainda do Vereador João Esgalhado, do tempo do último executivo do meu antecessor) e é um problema muito complicado de congruar datas e agendas de todos e, entretanto, já faleceram mais herdeiros. Estamos com o processo de expropriação por utilidade pública. Aquilo é uma zona classificada e é preciso um sem número de pareceres, como sabem, mas esta situação não pode continuar. Pedi aos serviços que, face à iminente ruína deste edifício e para que não cause danos nem a pessoas nem a bens, se tramite de acordo com a lei, agilizando o mais possível este processo administrativo, tendo em vista a demolição o mais rápido possível por duas razões: pode causar graves danos; e a questão de salubridade, de estética e até de conforto e de melhor circulação naquela via. -----

Cidade Criativa – Não tem que ter um diretor e nada exige que o tenha. Neste momento, o que temos é uma equipa, onde a Universidade, a Câmara Municipal e outras instituições são os principais protagonistas. É um trabalho que está a ser feito, bem-feito, com sucesso, com um bom eco e só temos que prosseguir nesse bom caminho. -----

WC's públicos – Já lhes tinha dito que não quero reabrir nenhum dos que existem. Não são compagináveis com a importância que tem a nossa cidade, que é uma cidade cosmopolita, importante e bonita. Este tipo de WC's não servem o público. Pedi aos serviços para que me arranjem uma solução que passe por aquelas que conhecem de outras cidades em que se mete uma moedinha, utiliza-se e limpa-se automaticamente. É a melhor forma e a melhor maneira de se resolver o problema. -----

Quero dar também aqui uma nota: sou daqueles que acha que não nos devemos nunca regozijar com o mal dos nossos vizinhos, porque o mal dos nossos vizinhos é o nosso mal. O Senhor Presidente da Câmara de Manteigas, na última reunião da Comunidade Intermunicipal, que teve lugar na última terça-feira, suscitou a questão e relatou de forma indignada, e bem, o encerramento a que está vetada aquela estrada. Imediatamente me associei à sua indignação e propus que aquilo que ele estava a dizer se transformasse numa moção do Conselho Intermunicipal e fosse enviada às Infraestruturas de Portugal, com conhecimento ao Senhor Ministro das Infraestruturas. Não só proclamámos como, na prática, cumprimos a solidariedade para com os nossos vizinhos, tanto mais que é uma estrada que penaliza fortemente Manteigas, mas também todo o Maciço Central da Serra da Estrela e nós, por tabela, também acabamos por ser penalizados.” -----

**2.3 – PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2023, GRANDES OPÇÕES DO PLANO,
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS,
MAPA DE PESSOAL, TABELA DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E
OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA
NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 31 de outubro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para

efeitos do disposto nas alíneas *a)* e *o)* do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com as alíneas *c)* e *ccc)* do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea *c)* do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, através do ofício n.º 5266 de 03.11.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD-PSD):** “Valorizar os ganhos e simultaneamente alertar para os erros. -----

O Senhor Presidente da Câmara já me ouviu aqui várias vezes dizer que, quando faz bem, quero que seja o primeiro a ouvir da minha boca que o faz; e quando faz mal, também será o primeiro a ouvir o alerta. -----

Em sede de Direito de Oposição, nomeadamente no exercício do direito de consulta prévia do Orçamento que exercemos e do direito de participação sobre a elaboração do Orçamento deste ano, o Partido Social Democrata apresentou 16 propostas ao Executivo para aplicar no ano de 2023. -----

Dessas 16 propostas (para não dizer que só são críticas), 7 constam do Orçamento Municipal, nomeadamente os apoios sociais às famílias, a redução do IMI, a isenção da Derrama e da TOS para o ano de 2023, o pavilhão multiusos municipal, os passeios entre o eixo TCT e a Zona Industrial do Tortosendo e os arranjos e melhoramento dos armazéns da CMC, que foi objeto de deliberação numa das últimas reuniões do Executivo. -----

Um rácio de 7 em 16 é um bom rácio e, portanto, merece aqui um reconhecimento público. Por um lado, esta atitude do Executivo revela uma abertura a outras ideias e, por outro, o reconhecimento, pelo menos parcial, de que o nosso programa eleitoral é bom e quiçá até melhor, na minha interpretação. -----

No entanto, não obstante o PS aqui reconhecer o mérito do nosso programa - e não vou entrar nas discussões se os eleitores preferem a cópia ou o original -, há quatro preocupações que temos sobre este documento previsional: duas fundamentais e duas questões menores. -----

Em primeiro lugar, obviamente que discordo das nove propostas não incluídas no Orçamento e destacarei: a redução da água; o congelamento das rendas de habitação social, que já foi aqui falado; o desrespeito pelo próprio Partido Socialista que votou nesta Casa favoravelmente a criação das “Bolsas Paulo de Oliveira” no próximo ano, que não consta do Orçamento; a remodelação da Zona Industrial do Canhoso; os passeios na Nacional 230 entre a Covilhã e o Canhoso ou o terminal rodoviário do Tortosendo. -----

Permita-me, Senhor Presidente, destacar duas das nossas propostas que não constam do seu Orçamento e que merecem a mais veemente discordância. -----

A primeira, que já foi aqui abordada, é a gratuidade dos passes escolares que, contrariamente ao que o Eng.º Hélio aqui disse, não consta do Orçamento. Basta vermos a página 55 do documento enviado pela Câmara, que prevê uma receita de 144.829 euros de cobrança de bilhetes de transporte escolar. Não sei se o entendimento e a filosofia são os mesmos, mas se há receita de cobrança de bilhetes é porque há bilhetes que não são gratuitos. -----

Portanto, desta elementar justiça parece que o nosso colega estava errado no início desta Assembleia Municipal quando, tão veementemente e com aquele ímpeto inicial, achava que afinal era gratuito. Talvez deva perguntar ao Vereador José Miguel Oliveira que nos explicou a razão, em sede de Direito de Oposição, para a gratuidade não ser plena. A justificação que nos deu tem que ver com a concessão do Sistema de Mobilidade lá para fevereiro e, por isso, talvez o líder da bancada do PS deva falar com a vereação para lhe explicar esta matéria ou quiçá com o Chefe de Gabinete para perceber melhor disto. -----

A segunda medida que propusemos, que não consta do Orçamento, e que me parece também preocupante, é a participação de IRS no próximo ano. Já aqui alertámos várias vezes. Propusemos a redução da comparticipação de 5% dos munícipes para o Município para 3%. Num contexto de crise social, económica e financeira, não só no período pós-pandémico, mas em contexto da Guerra da Ucrânia, o Partido Socialista podia isentar ou reduzir a colheita de impostos dos munícipes que vão parar aos cofres da Câmara Municipal. -----

Na página, creio 66, e espero não estar enganado, da ata da última reunião diz, numa intervenção do Partido Socialista em resposta também a esta proposta, que só paga IRS quem é rico. Não sei qual é o entendimento de contabilidade pública, mas não pagam IRS só os ricos. Ainda por cima em contexto de aumentos salariais e da simultânea não atualização dos escalões de IRS, as pessoas ganham mais e pagam mais e a Câmara podia abdicar ou reduzir o valor que recebe dos munícipes nesse contexto, ajudando-os num contexto de grave fragilidade. -----

Obviamente que nada disto põe em causa aqui os elogios que já fiz - e reitero - ao Orçamento. ---

A segunda grande preocupação que temos sobre este documento tem que ver com o seu grau de previsibilidade. Um Orçamento, como o Senhor Presidente da Câmara já disse aqui várias vezes, é um documento de intenções: intenções do que deverá ser feito para o ano subsequente e as intenções, na nossa opinião e como já aqui disse, não globalmente, mas pelo menos numa boa parte do documento, são boas. -----

Mas, se são boas, temos que garantir que elas sejam aplicadas. Estava a ver o nosso Orçamento e marquei alguns exemplos das medidas que constam de anos anteriores a 2022. Como é que podemos ter a certeza que o PS vai cumprir o Orçamento se temos este número de projetos no Orçamento que transitam de anos anteriores, recorrente e recorrentemente? Vou dar três exemplos: -----

- 1.º Desde 2016 que está inscrito no Orçamento a 3.ª fase do alargamento do Parque Industrial do Tortosendo; -----
- 2.º Desde 2014 que consta a construção nesse ano, evidente, do pavilhão municipal e a beneficiação da Estrada Municipal 506; -----

3.º E desde 2018 que consta a construção dos passeios entre a rotunda do Parque Industrial do Tortosendo e a rotunda do eixo TCT. -----

E já foi aqui falado que, desde 2016 e 2017, consta do Orçamento o ressarcimento devido dos resultados do Orçamento Participativo dos dois anos transatos. -----

Portanto, se temos estas medidas constantemente, ano após ano, a constarem do Orçamento, por muito bom que ele seja, não temos a garantia de que seja cumprido e, sem a garantia de cumprimento, levanta-nos dúvidas naturais sobre aquilo que esperar para o próximo ano. -----

Por fim, duas questões menores que deixo para discussão: -----

1.ª Aumento de quase 2 milhões de euros (1.837.000€) de despesas com pessoal, que prevê que a Câmara aumente o número de colaboradores até 821. Quero questionar se isto está relacionado com a descentralização de competências ou não; -----

2.ª Senhor Presidente, tal como na informação escrita e tal como nas outras Assembleias, continuamos sem saber nada do que está previsto aqui no âmbito das empresas municipais que fazem parte do universo municipal e que atuam em seu nome, em nome do Município para aqueles que devem representar que são os seus eleitores. Se não temos aqui os relatórios de contas trimestrais que as empresas municipais estão obrigadas a entregar ao órgão executivo e deliberativo (que somos nós do Município), não podemos avaliar, escrutinar e fiscalizar a sua atividade e não podemos saber em que medida estão a cumprir com as funções para as quais foram criadas ou se temos empresas municipais para abastecimento de água em alta ou em baixa transformadas em verdadeiros departamentos de obras do Município. -----

Acho que já chega desta matéria. Sabemos a consequência da lei por este incumprimento legal, que é a dissolução dos corpos sociais das empresas municipais e já é o momento de o edil municipal tomar uma posição porque, não tomando e nós não tendo forma de escrutinar aquilo que é o dinheiro de todos, só resta uma conclusão legítima a tirar: que há algum desvio para as empresas municipais que não querem mostrar aos eleitos e aos cidadãos; e isso é grave.” -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP):** “O Orçamento é um documento político. É um instrumento financeiro, mas é um documento político através do qual o Executivo projeta as suas linhas de atuação. -----

É evidente que há neste Orçamento aspetos positivos que talvez realcem o papel que a Oposição tem. Há aqui algumas propostas que vinha fazendo há 5 ou 6 anos e isso é positivo. Haverá com certeza razões para ser só agora, mas na altura não me diziam apenas *isso não dá para fazer agora*. Muitas das vezes, era criticada a proposta em si, nomeadamente as reduções fiscais porque beneficiavam uns e não beneficiavam todos, era uma visão liberal da economia, etc. -----

Acho positivo parte desse caminho que este Orçamento segue e, Senhor Presidente, acho que não vale a pena falar separadamente nos pontos seguintes. Acho que toda esta matéria cabe aqui e, por isso, se me alongar terá a ver com isso e depois não falarei nos próximos pontos. -----

Sendo um documento político, devia ter uma resposta para o nosso maior desafio, que é a perda populacional: 10% da nossa população foi perdida nos últimos 10 anos, entre censos. Não é uma inevitabilidade. Há cidades no Interior, como Viseu, que têm mais população. Não é uma inevitabilidade estarmos aqui a perder população. Se tivermos políticas adequadas, conseguimos pelo menos evitar estancar este processo. -----

Como é que travamos essa perda de população? Com mais investimento para haver mais emprego e com políticas de captação e retenção das pessoas que cá estão. É aqui que acho que a estratégia da Câmara tem falhado e não vejo neste Orçamento os instrumentos que considero que seriam adequados para esse efeito. -----

Não temos aqui uma política de captação de investimento. Não temos um «viver para o investimento», não temos equipas especializadas para captar investimento, não temos sequer o retomar do Parkurbis àquilo que ele deveria ser, continuamos a não ter uma equipa especializada para os fundos europeus, para o quadro comunitário e para o PRR. Estes instrumentos faltam para conseguirmos captar mais investimento e mais emprego. -----

Dir-me-ão *foi anunciada a vinda de uma empresa ou de um investimento*. A dimensão da nossa perda populacional não se resolve com pequenos casos que ainda bem que existem, mas que não servem para apagar a realidade em que estamos a viver. -----

A questão do IRS – Acho que faz sentido falar dela aqui também porque é uma das opções que a Câmara não toma (toma outras que saúdo), mas essa não toma. Num momento de inflação em que o Estado é normalmente beneficiado pela inflação do ponto de vista da arrecadação das receitas fiscais – e, portanto, vamos ter receitas fiscais record -, este seria o momento para podermos, do ponto de vista percentual, ajudar as famílias e, provavelmente, do ponto de vista absoluto, a Câmara não ficaria a perder muito. Teria valido a pena estudar essa hipótese e baixar o IRS porque os momentos que as famílias estão a viver são, de facto, dramáticos. -----

Do ponto de vista do sector empresarial local, há um enorme défice de conhecimento desta Assembleia por aquilo que se passa e é com preocupação que o vemos porque quando pedimos informação não a temos. Ela não nos é divulgada. Aliás, ela deveria vir na informação escrita e, Senhor Presidente, com todo o respeito, cabe-nos a nós decidir que informação é que queremos ler ou não queremos ler, mas ela tem que vir toda porque é de lei e não é uma questão de pontos de vista. É a lei que diz. -----

No caso das empresas municipais, há muito que devemos olhar para elas com cuidado. Devíamos ter mais conhecimento sobre a sua gestão e continuamos a não ter. -----

Também do ponto de vista do empreendedorismo e do apoio às empresas acho que há muito mais a fazer e não é com o regulamento que vamos aprovar hoje que se vai resolver esta população. --

Em resumo, este Orçamento é melhor do que os orçamentos anteriores. Não há qualquer dúvida sobre isso e reconheço-o com facilidade. E ainda bem que ele existe *versus* os anteriores. -----

Por isso, é papel da Oposição reconhecê-lo - e reconheço -, mas é também papel da Oposição dizer por que é que ele não é suficiente. Ele não é suficiente porque lhe falta estratégia para conseguirmos inverter a situação em que nos encontramos. -----

Sei que essas notícias foram prontamente desmentidas, mas só a iminência de se falar em fecho de urgências obstétricas nesta região diz bem do desafio daquilo que temos. No dia em que isso acontecer, não há volta a dar. Não há forma de captar população se não tivermos urgências obstétricas. Não estou a dizer que é o que vamos ter. Felizmente, essas notícias foram desmentidas. Elas são cíclicas e é bom que não se possam verificar. -----

Por isso, esta abstenção, que é o sentido de voto, é também um repto a que, se já boa parte das propostas que fomos apresentando ao longo dos anos tiveram o acolhimento neste Orçamento, aquelas que fizemos neste Orçamento e que não tiveram acolhimento possam vir a tê-lo no futuro e num futuro bem próximo porque aquilo que verdadeiramente nos diferencia (e ainda bem que assim é) é o que fazer para resolver os nossos problemas e acho que aí temos, de facto, visões políticas diferentes e, portanto, é normal que este Orçamento mereça as nossas críticas.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “O Orçamento Municipal prevê, para a Freguesia da Boidobra, a questão da requalificação do cruzamento da Estrada Municipal 507 com o cruzamento do eixo TCT. -----

Ficou por responder, no ponto de há pouco - e não a encontrei no Orçamento -, a questão do protocolo para a requalificação da Sede da Junta de Freguesia, a iluminação do estrangulamento rodoviário na passagem de nível e a requalificação da Praceta Conde José Calheiros, que já havia projeto e que estava para lançar o concurso. -----

De todas as questões que coloquei há pouco, queria de saber como é que elas vão ser concretizadas neste Orçamento Municipal.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS): (Doc.33)** *“Temos hoje em discussão o orçamento municipal de um quarto ano consecutivo extremamente condicionado e influenciado pelos desafios que o País, a Europa e o Mundo atravessam. Se há palavra que consensualmente podemos descrever o que a sociedade de hoje vive, é através da palavra imprevisibilidade. -----*

Uma imprevisibilidade económica, que enquanto sociedade não devemos nem podemos acrescentar as palavras, instabilidade social. E que por isso é exigido a todos os que são eleitos, sejam eles poder ou oposição, uma grande responsabilidade e sentido de estado. Sem demagogias nem populismos, pela simples necessidade de respeito e garantia de futuro dos mais elementares valores da democracia e do ser humano. -----

O ato de governação é assim um ato de grande exigência, compromisso e altruísmo com as suas populações, pelo que não podia deixar de reconhecer e felicitar o Executivo Municipal, por nestes últimos três anos, onde para além de não ter virado as costas aos covilhanenses, esteve sempre ao lado deles aos mais diversos níveis nos momentos de maior exigência que enquanto coletivo atravessámos e soubemos vencer. -----

Uma forma de governação, que tem ainda mais reconhecimento, quando pouco antes de iniciarmos este ciclo negro da sociedade moderna, o Município da Covilhã se encontrava numa situação financeira débil, decorrente de uma gestão liderada pelo PSD da Covilhã com caras e

rostos que ainda hoje perduram no tempo, e que deixou incapaz o município de responder às necessidades de gestão corrente, quanto mais às necessidades dos covilhanenses. -----

Um reconhecimento ao Executivo Municipal que não só reforço hoje, em nome da bancada municipal do Partido Socialista, como também é reconhecido pelos covilhanenses, dos mais ricos aos mais pobres, que têm no atual Executivo Municipal a garantia de prosseguir o caminho de desenvolvimento e progresso do seu concelho. -----

Um desenvolvimento e progresso do nosso concelho e das nossas freguesias que o Orçamento Municipal para 2023 agora em votação apresenta de forma inequívoca, onde para além da previsão de obra é garantido o apoio às famílias e empresas da Covilhã, sem nunca esquecer o rigor orçamental exigido para uma sustentabilidade financeira do município. -----

Do lado da receita é importante salientar que este orçamento apresenta, comparativamente com o orçamento para o ano que agora termina, uma redução nos impostos cobrados diretamente aos Covilhanenses, entre IMI e Derrama, num valor de mais de 750 mil euros, valor que por resultado desta proposta de orçamento ficam nos agregados familiares e empresas covilhanenses como contributo a um período marcado pela inflação económica. Ao qual se somam cerca de 300 mil euros decorrentes da manutenção de isenção da Taxa de Ocupação do Subsolo e ainda a manutenção de taxas municipais, numa decisão que entendemos como fundamental para que o investimento que a Covilhã vive se mantenha também durante o ano de 2023. -----

Do lado da despesa e investimento, este é um orçamento que na rubrica das "Despesas com o Pessoal", aumenta não só por consequência do aumento dos salários e subsídio de alimentação da função pública anunciados pelo Governo da República, como também da necessidade de reforço de quadros profissionais do município. -----

Desta necessidade, destaco a previsão orçamental de reforço do quadro de pessoal do Gabinete de Empreendedorismo e Promoção do Desenvolvimento e do Departamento de Obras e Planeamento, dois departamentos estruturantes para uma resposta adequada às necessidades de quem investe na Covilhã e que por isso é necessária uma resposta célere, só possível com uma estrutura robusta e capacitada. -----

Ainda do lado da despesa e investimento, este é um orçamento que prevê um investimento em mais de 3,5M de euros para rede viária de todo o concelho, dos quais salientamos o compromisso de execução de obras há muito necessárias e ansiadas pelas populações. Entre os diversos investimentos previstos destaco a Estrada Municipal 511 troço Casegas-Ourondo, a Estrada Nacional 343 troço Paul-Cortes do Meio e o Cruzamento da Estrada Municipal 507 com o eixo TCT.

Como referi anteriormente este é um Executivo Municipal que está ao lado dos covilhanenses quando eles mais precisam. Com este orçamento essa premissa é mantida quando são previstos importantes apoios sociais às famílias através dos mais jovens. -----

Nomeadamente através do incremento da dotação para refeições escolares que vai permitir que as refeições escolares sejam gratuitas também para alunos do 2º escalão de ação social, bem como lanches gratuitos para o 1º e 2º escalão e a oferta de leite e fruta aos alunos. Apoios que representam um investimento do Município em muitas famílias covilhanenses, quando ainda para

mais a revisão do valor do IAS definido pelo Governo da República irá possibilitar abranger mais alunos por estes apoios. -----

Apoios sociais diretos aos alunos das nossas escolas, aos quais se soma a gratuitidade do passe escolar para todos os alunos até ao Ensino Secundário, num investimento de cerca de 250 mil euros.

A estas medidas, é importante salientar ainda que este é um orçamento que prevê uma despesa em mais de 6M de euros em Educação o que representa mais de 13% do orçamento municipal, onde é também previsto um investimento na Proteção Civil e Luta contra Incêndios de 540 mil euros, para além do apoio às freguesias e investimento em infraestruturas desportivas. -----

Medidas e Objetivos que este Orçamento Municipal que de forma resumida visam a redução de receita do município através de impostos, e garante o apoio aos covilhanenses quando eles mais precisam promovendo investimento e futuro à Covilhã. -----

Medidas e objetivos que face ao compromisso que o Orçamento Municipal apresenta para o próximo ano, percebemos que o PSD e o CDS da Covilhã tenham como sentido de voto a abstenção face a este orçamento em reunião de câmara. Percebemos que se abstenham, quando publicamente defendem menos 1,3M de apoios às famílias, IPSS 's e empresas da Covilhã face à proposta em discussão, para um ano de grande exigência a todos. No entanto se me perguntarem se compreendo não poderei ser tão assertivo, uma assertividade certamente partilhada pela grande maioria dos covilhanenses aos quais o PSD e CDS devem agora explicações. -----

Por fim, minhas senhoras e minhas senhoras, -----

Porque este é um orçamento de compromisso e de grande responsabilidade para com todos os covilhanenses de hoje e do amanhã. -----

Porque este é um orçamento que cuida dos covilhanenses e das empresas que mais vão precisar no decorrer do próximo ano. -----

Porque este é um orçamento de concretização de obra em 2023 para o futuro do nosso concelho, o Partido Socialista votará favoravelmente sobre o Orçamento Municipal apresentado.” -----

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV): “Acho que deveríamos mudar o modelo: colocamos as questões; o Senhor Presidente da Câmara responde; mas, depois, não há debate. --

Afinal de contas, e o Senhor Presidente da Câmara confirmou, existe o compromisso quanto ao Lar de São José e concordo com o Membro Adolfo que a informação é muita e pode o Senhor Presidente da Câmara ter razão, mas compete-nos a nós selecionar a informação que interessa. Portanto, não compete à Câmara nem ao Senhor Presidente da Câmara estar a decidir qual é a informação que é ou não relevante aos Membros desta Assembleia. -----

Aquilo que perpassa no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano é, de facto, na própria introdução ou apresentação, a ausência de se existe algum projeto autárquico, se existe alguma estratégia. Pelo menos não está lá escrito. Possivelmente, é capaz de estar na cabeça dos eleitos do PS. Há pouco ouvi um eleito do PS dizer que havia um projeto autárquico, nomeadamente e tal..., mas depois só falou na questão de resolver o problema do passivo ou da dívida. E estava à espera que ele fosse elencando mais alguns itens do projeto autárquico. -----

“Apresenta-nos o Executivo para aprovação um Orçamento e Grandes Opções do Plano no valor

de quarenta e sete milhões trezentos e noventa e sete mil euros na receita e despesa. -----

Em receita corrente 39 481 289,00 € dos quais 9 514 353,00 (20,07%) são de impostos diretos e 22 872 683,00 € de transferências correntes. -----

Na receita de capital um valor de 7 915 711,00 €. -----

Em despesa corrente 30. 994 000,00 € e uma despesa de capital de 16 403 000,00 €. -----

A confirmarem-se estes números a intenção parece razoável. Pretende a Câmara utilizar receitas correntes em despesa de capital, aproximadamente o valor dos impostos diretos. -----

Mesmo com a descida da receita de impostos diretos (imi e derrama) e de taxas, a receita prevista está acima de 2021 e de 2022, e em relação a esta, sobe 3,07%, por efeito do aumento das transferências correntes resultantes da transferência de competências na área da Educação, que no essencial são afetas às despesas com pessoal. -----

Números são números e eles batem certo. -----

As receitas correntes e de capital são previsíveis, o problema é sempre do lado da despesa, quando não se executam as obras previstas, quando aparecem despesas não previstas ou se opta por não se realizarem, permitindo alterações orçamentais que vão “ajustando” o Orçamento até ao final do ano em apreço. -----

Também é verdade que a execução do orçamento e das GOP nem sempre corre como se deseja e se pensa. -----

Mas, é sempre possível uma maior eficácia e eficiência na gestão dos recursos disponíveis. -----

Na análise das Grandes Opções do Plano verificamos a existência de um conjunto de obras que não tiveram qualquer execução em anos anteriores. -----

Não estamos aqui a sublinhar aquelas que têm que constar e que estão orçamentadas para pagamento de empréstimos ao qual estão associadas. -----

Estamos a falar de obras que transitam de orçamentos anteriores e que não tiveram qualquer execução. -----

E são obras com as quais concordamos. -----

Mas que....transitam de Plano para Plano sem qualquer execução, nomeadamente, entre outras, para não ser exaustivo. -----

- O Pavilhão Municipal da Covilhã, consta desde 2014 -----

- Passeios da Rotunda do ZIT à Rotunda do TCT -----

- Zona de Lazer de Verdelhos -----

- Parque Industrial do Tortosendo (3ª Fase) -----

- Requalificação do caminho municipal Barroca Grande – Pampilhosa -----

Sem falar daquelas que vão desaparecendo das GOP sem deixar qualquer vestígio. -----

Em sede da discussão do Relatório e Contas de Gerência haverá explicação para o facto de não terem sido executadas em 2022, -----

Quanto às GOP saliento a manutenção da inscrição em Orçamento da requalificação dos postos da GNR do Paul e Unhais da Serra e a construção do Posto Territorial do Tortosendo que espero que se concretizem. -----

Saliento a inscrição da rede viária na zona sul correspondendo à nossa proposta e à informação que nos foi dada em sede de Estatuto do Direito de Oposição. -----

Já em Outubro de 2020 afirmava o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Unhais da Serra, ao Notícias da Covilhã, que tinha a garantia da Câmara de que no próximo ano (2021) será asfaltado o troço em falta da EM 509, vamos ver se o é em 2023. -----

O presidente da Junta de Freguesia de Unhais da Serra afirma ter a garantia da Câmara da Covilhã de que no próximo ano será asfaltado o troço em falta da EM 509 -----

Ana Ribeiro Rodrigues -----

29 de Outubro, 2020 no Notícias da Covilhã -----

Quanto aos troços de Casegas-Ourondo e Paul-Cortes de Baixo corresponde a dois troços de 5 a requalificar. -----

É verdade que não se pode fazer tudo de uma vez....mas já vamos atrasados. -----

Recordo que estas vias correspondem à justa reivindicação das populações da zona sul do concelho em abaixo assinado apresentado nesta Assembleia Municipal no mandato anterior.” (Doc.34) -----

“Vamos, de facto, incluindo um conjunto de obras com as quais concordamos. Tenho dúvidas da eficiência, da capacidade, da eficácia, do engenho e da arte em executá-las, mas vamos dar esse benefício da dúvida e vamos optar pela abstenção neste Orçamento.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Questionei acerca da habitação social no Largo da Feira. Havia um problema jurídico que tinha a ver com o registo dos imóveis em nome da Câmara e gostaria de saber se essa situação está ultrapassada e se está previsto, para o ano de 2023, a beneficiação desses blocos habitacionais. -----

Vi também no Orçamento que estão contemplados 10 mil euros para o posto da GNR do Tortosendo. Pergunto se é meramente um número residual para a rubrica estar aberta porque, se assim é - e a decisão da Junta foi comunicada até na reunião com o Senhor Vereador José Miguel -, vamo-nos abster, porque até o próprio Vereador ficou surpreso quando o alertámos para o facto de uma promessa eleitoral do Senhor Presidente para cumprir, até ao final do mandato, uma obra que tem 2 anos de execução, que é a Avenida Monte Hermínios, e nem um cêntimo tem contemplado. -----

Manifestamos o nosso desagrado e é o que nos leva a abster no Orçamento pelo facto de a Avenida Monte Hermínios ter sido esquecida no Orçamento para o ano de 2023.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou pela “questão que é transversal a toda a Oposição para fundamentarem o seu voto de abstenção: o facto de quererem tornar verdadeiro que nós acolhemos como se fosse uma nova ideia aqueles pontos de vista em que coincidimos, mas basta vermos os programas eleitorais de uns e de outros para verem que já coincidíamos antes das eleições. O que estou a dizer é factual: 99% dos assuntos que aqui referiu, para não dizer

os 100, já constavam do nosso programa eleitoral e alguns também constavam do vosso e, portanto, são meras coincidências. -----

Há é um pormenor: as obras executam-se quando há financiamento para elas. Às vezes não basta só haver projeto. Às vezes há projeto, tudo foi bem tramitado, tudo foi bem processado, mas não há dinheiro e, portanto, esse é que é o problema. -----

Se este Orçamento, como dizia aqui o Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes, é melhor do que os anteriores na ótica dele, acho que é tão bom quanto os outros. -----

É graças aos orçamentos que sucessivamente aqui fomos apresentando ao longo dos anos que hoje chegamos ao ponto em que os senhores, em vez de votarem contra, já admitem se abster. Já conseguimos atingir um patamar de execução daquilo que pretendemos pôr em prática através deste documento, que é um documento previsional. Não é um documento de intenções como diz o Senhor Deputado Hugo Ferrinho, mas de previsões.” -----

- O Membro Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** interrompeu para dizer que a expressão, constante de uma ata, era do Senhor Presidente da Câmara. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** continuou a sua intervenção dizendo que “a expressão não é minha no sentido em que a está a referir. -----

Em Finanças Públicas, a primeira coisa que aprendi foi que o Orçamento é um documento previsional. É uma previsão. É uma intenção de, mas não significa que é de boas intenções. Da maneira como o diz, dá a ideia que eu quis aligeirar a importância do Orçamento. Está a querer depreciar a expressão e a expressão não é com esse sentido depreciativo, é de previsão. -----

E porque é previsional é que algumas verbas, que muito estranhamente as senhoras e os senhores deputados municipais aqui referem, passam de uns anos para os outros. Para além de previsional, ele é plurianual – outra característica dos orçamentos. Os orçamentos são plurianuais e isso significa que num ano se faz o projeto, noutra ano revê-se o projeto se for necessidade de o rever, no outro ano a seguir vai-se ver de fundos comunitários (se os houver) para não recorrermos só e apenas aos fundos próprios. -----

Governar é isto: é adequar a nossa ação aos meios e às disponibilidades que temos. Com isso não estamos a incumprir, nem a faltar ao prometido às populações. Isso tem-lo dito a nossa prática política e as obras vão surgindo. -----

Ouvi aqui muitas vozes “*a estrada 30 de Junho, a ligação entre Cantar-Galo e Vila do Carvalho... isso há de ser para as calendas... isso, são boas intenções... de boas intenções está o inferno cheio...*” Está lá. Tiveram que meter a viola no saco! Desculpem lá a expressão popular. Gostava de os lá ter visto no dia da inauguração. Foi uma festa popular, bonita e com a forte adesão de toda a gente. -----

A realidade desmente a vossa vontade. Sei que a vossa vontade - e não quero ser injusto, não estou a dizer que é de todos, mas de uma parte significativa -, é que as coisas não acontecessem para depois dizerem *estão a ver... nós bem avisámos... estão a ver que eles não foram capazes*. Sei que a gente vos surpreende agradavelmente. -----

Passes escolares – Vamos lá assentar as coisas. Os passes escolares no ensino obrigatório - que eu saiba, ainda é até ao 12.º ano -, é gratuito para todos a partir do mês de janeiro e não estou a dizer no dia 1 ou 2. Como compreendem, esta decisão foi tomada com o ano escolar em curso e, portanto, temos que, com cautela para não criar entropia, gerir isto de maneira a que, através da plataforma, se implemente a gratuidade durante o mês de janeiro para que todos os nossos concidadãos nessa circunstância possam dela usufruir, morem eles onde morarem, em qualquer parte do nosso concelho. -----

Os passes para os estudantes da nossa Universidade são gratuitos para aqueles que são recenseados no concelho da Covilhã, morem eles onde morarem no concelho. Estão a ver aqui o estímulo à fixação de pessoas. Este é um ensejo para aqui abrir uma nota de rodapé que tem a ver também com uma outra intervenção aqui feita a este propósito que é a seguinte: já se questionaram se é justo que tenhamos milhares de estudantes que residem na Covilhã, mesmo depois de terem terminado os seus cursos, mas que ainda legalmente não se fixaram do ponto de vista da documentação – não têm a sua documentação consentânea com a sua residência? Tenho a certeza absoluta que não estamos a falar de centenas. Estamos a falar de milhares de pessoas. -

Dizia-me há pouco o Senhor Vice-Presidente que esteve na cerimónia na Escola Secundária Campos Melo e que 20% dos alunos são de países estrangeiros. Ora, eles residem em Portugal. Estas pessoas não estão fixadas na Covilhã? -----

Não estou a fazer nenhum libelo acusatório a quem faz os censos ou a quem os concebeu, mas a verdade é que algo vai mal neste reino dos censos porque, tendo tantos estudantes e tanta gente que se fixa aqui no nosso concelho, mas que ainda não tratou da documentação necessária e que não a tinha tratado no tempo em que os censos foram feitos... logo, esses censos nunca podem refletir rigorosamente a verdade e a realidade do nosso concelho. -----

Não quer isto dizer que não conseguimos estancar definitivamente a sangria populacional. É um facto. Mas até concelhos como Matosinhos ou Amadora têm este problema e estão no Litoral e são concelhos densamente povoados, com condições, ofertas e empresas que por ali existem em volta. Este já é, neste momento, um problema europeu, o da inversão da nossa pirâmide demográfica. -----

Estratégia – É um jargão que a direita democrática apropriou aos comunistas, que é do planeamento, a visão estratégica e enchem a boca. Se forem à Assembleia da República, é utilizado o mesmo tipo de discurso que aqui foi proferido – *“falta de visão estratégica... eles têm lá visão estratégica!...”* Conseguimos uma trajetória orçamental ao longo dos anos, conseguimos estar aqui hoje com esta situação financeira e não vou deixar passar em claro porque é curioso que caso estes dados não fossem favoráveis já aqui tínhamos tido intervenções. Só vos cito 5 dados do último *Anuário dos Municípios Portugueses* e isto diz bem dos últimos orçamentos, deste Orçamento e do porquê deste Orçamento ser bom: -----

- Como sabem, em Portugal existem 308 municípios e somos o 50.º município com redução da Taxa de IMI e que apresentou um decréscimo num montante total cobrado em 2021. Isto significa que funcionou a redução mínima daquela centésima que fizemos.

Conseguimos, efetivamente, que tivesse impacto e aqui está em benefício dos nossos concidadãos. Reduzimos em consonância com o prometido; -----

- Somos o 26.º município com maior volume de receita cobrada na venda de bens duradouros em 2021 – venda de imóveis; -----
- Somos o 7.º município com maior valor de participações financeiras (ativo da ICOVI, AdC e Parkurbis). Para quem está tão preocupado com a saúde financeira e com as nossas empresas municipais, têm aqui uma resposta; -----
- Somos o 8.º município de Portugal com maior diferença positiva entre a amortização de empréstimos e de novos empréstimos. Perguntar-me-ão aqueles que têm menos literacia financeira “o que é que isto significa?” Significa que somos o 8.º município em que a diferença em valor absoluto de amortizações de empréstimos e contratação de novos empréstimos é maior. Mais do que a Covilhã, só atingiram este patamar Vila Nova de Gaia, Gondomar, Aveiro, Portimão, Cascais, Évora e Santarém. Esta é a nossa performance. Esta é a nossa falta de estratégia! Esta é a nossa falta de ambição! A nossa falta de visão! E, por termos falta de estratégia, conseguimos estes objetivos. É espantoso conseguirmos objetivos de municípios desta dimensão e desta magnitude e estarmos neste patamar; ---
- Somos o 21.º município com maior volume de pagamentos de amortizações de empréstimos. É por isso que temos esta relativa saúde financeira. Como costume dizer, não estamos ricos, mas estamos numa situação financeira desafogada porque tivemos visão estratégica, porque programámos, porque trabalhamos, porque poupámos, porque soubemos governar bem com o dinheiro que tínhamos. Conseguimos um feito: ao mesmo tempo que reduzimos desta forma drástica a dívida, fizemos obra e está aí à vista. Perguntar-me-ão “é a obra que querias?” Não. Queria mais. Mas, com os meios que tínhamos, muito fizemos nós! -----

Estão aí os números e podem-nos consultar no *Anuário dos Municípios Portugueses*. -----

Fecho com esta: somos o 5.º, em 308 municípios em Portugal, com maior diminuição de passivo exigível em 2021. Só Lagos, Funchal, Gondomar e Maia diminuíram mais. Portanto, isto é resultado da falta de estratégia, de visão, de programação e de trabalho! -----

Isto é a prova do esforço da redução da dívida pelo Município da Covilhã e significa que diminuimos a dívida e fizemos obra. Acho que isto é o melhor certificado que alguém nos pode dar de competência, de rigor, de trabalho, de visão estratégica para melhorar e fazer com que a Covilhã pule e avance, como diz o poeta. -----

Este Orçamento é um orçamento amigo das empresas, das famílias e das instituições. Foi por termos atingido estes objetivos que vamos conseguir, durante o ano de 2023, dar mais de 2,5 milhões aos nossos concidadãos, às nossas empresas e às nossas IPSS's. -----

Atingimos estes objetivos porque soubemos trabalhar e nos empenhámos nisso. Mas devo dizer que os atingimos também com a ajuda e tolerância de todos vós e com a compreensão dos senhores presidentes de junta na priorização das obras de maneira a que acudíssemos sempre às situações mais gravosas e deixássemos aquelas que não eram tão urgentes para mais tarde. -----

Lá vamos agora tratar da estrada do Sul (que é como doravante a vou designar), que vai do Ourondinho até ao Sobral, sem apoio comunitário, sem fundos comunitários e vamos tratar da dos Montes Hermínios, que é um desígnio nosso e uma promessa... Mas não se pode é fazer tudo ao mesmo tempo, como hão de compreender, e essa vontade, por mais férrea e indómita que ela seja, é impossível porque não conseguimos acudir a tudo e a todos. -----

IRS – Há aqui uma visão muito clara. Ficou aqui muito clara a diferença entre um liberal e um socialista. Compreendo e respeito a posição do Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes. Um socialista tem a seguinte visão: -----

O IRS tem uma função redistributiva. É também uma das características dos impostos em geral e aprendemo-la em Direito Fiscal. É um dos princípios que norteia a cobrança e a aplicação da afetação dos impostos em termos orçamentais. -----

Se fôssemos fazer aqui o desconto que propugnam, na prática, estávamos a favorecer os que mais ganham. Não estou a dizer que eles não mereçam. Não estou a dizer que alguns deles, que estão na franja, não precisem. No grosso da coluna, não estou a dizer que são ricos. Estamos a falar de classe média/alta. Não estamos a falar de classe média/média e média/baixa. -----

Não seguindo na senda de reduzir, preferimos cobrar o IRS para depois distribuí-lo como o estamos a fazer. Não é melhor arrecadarmos a receita e agora podermos entregá-la às IPSS's e irmos às famílias e atribuímos estes apoios como estamos a atribuir? Esta é a minha visão, que sei que respeitam, como eu também respeito a visão contrária. -----

Esta é a melhor forma: cobrar o IRS a ser distribuído através de apoio social, neste caso concreto, aos mais necessitados. Este é um princípio e ele foi caucionado e foi louvado pelos eleitores. -----

A garantia do cumprimento do Orçamento é a obra feita. Vamo-la fazendo, vamo-la realizando e assim vai sendo. -----

Perguntaram acerca da Despesa com o Pessoal. Obviamente que resulta da descentralização. É um aumento necessário. Se incorporarmos nos quadros da Câmara um volume de funcionários igual àquele que já tínhamos, praticamente tem que disparar necessariamente a despesa com o pessoal, como é óbvio. Claro que sabem que vêm de transferências do Orçamento do Estado para esse efeito, mas é natural que assim aconteça e que assim seja. -----

E também há o aumento de vencimentos e há a mobilidade intercarreiras. Tudo isso faz com que haja aqui um maior volume nesse domínio. -----

A Derrama – estamos aqui a beneficiar as empresas – suspensão da Derrama, a Taxa de Ocupação do Subsolo também, o IMI no mínimo. -----

Este é um Orçamento que vem na sequência dos outros e é possível implementá-lo porque tomámos estas medidas e atingimos estes objetivos que aqui enunciei.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Orçamento para 2023, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapa de Pessoal, Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização**

*Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos foi a mesma **aprovada por maioria, com 26 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de: Orjais, Peraboa, Barco e Coutada) e 14 abstenções (PPD-PSD, CDS-PP, PCP, Movimento “Covilhã Tem Força” e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Ferro e Tortosendo).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco, de Casegas e Ourondo e de Peso e Vales do Rio. -----

Foram feitas/entregues as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”): (Doc.35) “Documento extenso e não tivemos tempo para o analisar com alguma profundidade, sabendo que é um documento previsional e terá modificações ao longo do ano. -----

A política também é confiança e acreditamos no trabalho desenvolvido pelos técnicos do município, responsáveis pela sua elaboração. -----

Damos o benefício da dúvida ao executivo Municipal, através da ABSTENÇÃO na votação do Orçamento para 2023, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais, Mapa de Pessoal, Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.” -----

*- Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD-PSD): (Doc.36) “O Partido Social Democrata **abstém-se** na votação do ponto 2.3 da ordem de trabalhos pelas razões a seguir descritas.* -----

Das 16 propostas apresentadas pelo PSD em sede de direito de oposição, cumprindo o direito de participação, sete constam da proposta do executivo. Esse facto é por nós enaltecido, por um lado, e certamente pelos covilhanenses, que percebem que o programa do PS falhou e que este optou pelo programa da oposição que agora considera como a melhor solução para o município, por outro. -----

No entanto, nove propostas não constam do Orçamento, designadamente: -----

- 1. Redução de 20% do valor do fatura da água (existem duas formas possíveis de o fazer: reduzindo os custos diretos ou por subsidiação de tarifa. Não sendo controlável a primeira opção, resta a segunda e que se encontra regulada pela Lei n.º 50/2012, através da elaboração de um protocolo de subsídio, onde se estabelece o valor da compensação indemnizatória a ser suportada pela CMC);* -----
- 2. Gratuitidade dos passes escolares para os alunos do ensino obrigatório;* -----
- 3. Reduzir a Participação de IRS de 5% para 3%;* -----
- 4. Congelamento de rendas de Habitação Social em 2023;* -----

5. Criação das “Bolsas de Estudo Paulo de Oliveira” para estudantes do Ensino Superior aprovadas na última Assembleia Municipal – aprovada com o voto favorável do Partido Socialista; -----
6. Remodelação da Zona Industrial do Canhoso – Beneficiação e modernização da infraestrutura; -----
7. Eixo TCT – intervenção no sentido de fecho das rotundas existentes e semaforização de controlo de velocidade; -----
8. Passeios da estrada N230 – ligação Covilhã-Canhoso; e -----
9. Terminal Ferroviário no Tortosendo, dinamizando o parque industrial. -----

É especialmente preocupante o ponto 3: a ausência de apresentação da deliberação da taxa de participação variável no IRS (artigo 26.º da lei n.º 73/2013). A CMC podia devolver os 5% que recebe e não o faz num crise pós-pandémica e de inflação. Ao não se ter deliberado sobre esta matéria na AM deste ano, no próximo ano a taxa de cobrança aos municípios será a máxima, de 5%, ou seja, os covilhanenses vão continuar a pagar a taxa máxima e a não reter poupança num momento de crise particularmente preocupante. Pior, vão perder dinheiro, porque com os aumentos salariais e a não atualização das tabelas de IRS levam a uma maior retenção na fonte!

Já defendemos aqui, em 2021, a redução para 3% como medida de apoio às famílias. Seria especialmente importante neste contexto. E note-se: O IRS NÃO É SÓ PAGO PELOS RICOS, contrariamente ao que diz o PS (ver p. 66 da ata 03/2021) numa falta de conhecimento gritante. Tal não só não é verdade, como demonstra desconhecimento de que o município pode reverter valores para os seus municípios e ainda demonstra falta de vontade em apoiá-los. -----

Ademais, existem diversos projetos que constam há vários anos nos orçamentos municipais por mera ilusão e que nunca são executados. Por exemplo, a remodelação dos **armazéns municipais; o pavilhão da INATEL; a construção de um pavilhão municipal, a beneficiação EM 506-1 entre a Ponte Pedrinha – Ferro – Peraboa; a requalificação dos passeios entre o TCT e a zona industrial do Tortosendo**. Em particular, a partir da página 93 (Plano Plurianual de Investimentos) é visível que – apesar de o edil municipal discordar que “não há estratégia” – constam estes investimentos desde os seguintes anos: -----

- 2014: pavilhão municipal; -----
- 2006: terceira fase do parque industrial do Tortosendo; -----
- 2014: beneficiação da EM506; -----
- 2018: construção dos passeios entre a rotunda do Parque Industrial do Tortosendo e a Rotunda do eixo-TCT. -----

Razões menores e questões ao executivo são as seguintes. -----

São apresentados valores referentes a orçamentos participativos de 2016 e 2017 e podemos ver nas GOP que são valores que se arrastam ainda para exercícios posteriores. Qual o motivo para esta não execução e que projetos estão ainda em falta? -----

As despesas com pessoal aumentam em cerca de 1.837.000€. O Município, de acordo com o Orçamento apresentado, tem 669 postos de trabalho ocupados e ainda prevê serem necessários mais 152 funcionários, ficando com um quadro de pessoal de 821 funcionários. Quais as razões para tal necessidade, quando há três anos a CMC aumentou as despesas anuais com pessoas em cerca de 2.5 milhões de euros? -----

*As Empresas Municipais continuam sem cumprir a lei. Nos termos da alínea a) e c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, **as empresas locais deveriam facultar, de forma completa e atempadamente, um conjunto de informação financeira, de entre os quais, os documentos de prestação anual de contas, os projetos dos orçamentos anuais e os relatórios trimestrais de execução orçamental, aos órgãos executivo e deliberativo do Município, para efeitos do seu acompanhamento, fiscalização e controlo. Em nenhum momento do corrente mandato os relatórios trimestrais das Empresas Municipais foram apresentados ao órgão deliberativo.*** -----

2.4 - TAXA DE IMI PARA O ANO DE 2022

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 31 de outubro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas e) e d) do n.º 1 e alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5268 de 03.11.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.3.

- **Presidente da Câmara Municipal:** Mesma intervenção feita no ponto 2.3. -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Saudamos a redução da taxa, mas que fique bem claro que não é só um esforço da Câmara Municipal. É um esforço de todas as juntas de freguesia porque é receita que está a ser retirada às juntas de freguesia. -----

O valor é mínimo e, por pouco que seja, é também esforço da nossa parte.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS): (Doc.37)** “A proposta aqui apresentada pelo executivo é, objetivamente, a redução da taxa de IMI de prédios urbanos de 0.35% para 0.30%, uma redução de 0.05%. No entanto, e porque quando falamos numa redução em percentagem,

podemos ter ideia de ser pouco representativo o valor da descida do imposto, quero realçar que esta redução representa uma perda de receita do município de 750 000 €. -----

Em primeiro lugar cabe-nos lembrar que esta fixação da taxa de IMI, para prédios urbanos em 0,30%, representa o cumprimento de uma promessa eleitoral feita pelo Executivo em 2018, de reduzir paulatinamente este imposto até se atingir a taxa mínima legal de 0.30%, que aqui hoje se propõem e que se cumprirá, para benefício dos covilhanenses. -----

Mas mais do que cumprir esta promessa, deve ser assinalado que esta redução é feita de forma responsável, sem comprometer o equilíbrio orçamental do município, sem populismos de véspera de eleições, mas tendo como principal propósito o de aliviar a carga fiscal, aliviar as famílias e as empresas. -----

Numa altura pós pandemia, com o agravamento das condições económicas decorrentes da guerra na Ucrânia, com o aumento da inflação que se verifica, e com os aumentos de taxas de juro, será importante este alívio fiscal no IMI para as famílias e empresas que se debatem com aumento das dificuldades financeiras. -----

Relativamente às restantes taxas apresentadas nesta proposta do IMI, mantém-se e com as quais concordamos, com a manutenção das penalizações aplicadas a quem descursa os seus prédios, colocando em risco a segurança e salubridade pública, inclusivamente os artigos rústicos com áreas florestais abandonadas que potenciam os riscos de incêndios florestais. De referir ainda a manutenção da redução feita aos proprietários tendo por base o agregado familiar. -----

Por estes motivos que acabei de mencionar, o Partido Socialista votará favoravelmente à proposta de fixação da taxa de IMI 2022 a aplicar no âmbito da cobrança em 2023.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação do IMI para o ano de 2022 no âmbito da cobrança a ocorrer no ano de 2023 – Prédios Rústicos – taxa de 0,80%; Prédios Urbanos – fixação da taxa de 0,30%; ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 112.º do CIMI, Prédios Urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou Prédios em Ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal definidos em Diploma próprio – elevada ao triplo; Prédios Urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas; ao abrigo do disposto no n.º 8 do art.º 112.º do CIMI, a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, seja majorada em 30%; ao abrigo do disposto no n.º 9 do art.º 112.º do CIMI, majorar ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido; considerando-se em ruína o edifício que desmoronou ou foi demolido no todo ou em parte e que mantém total ou parcialmente as fachadas exteriores e/ou paredes resistentes (mestras), no qual se tornou impossível a utilização para o fim a que se destinava e cuja reparação/reconstituição apenas é possível por via de reconstrução (deverá considerar-se a**

definição de reconstrução constante do RJUE, na redação em vigor à data da aplicação no Concelho); Redução Fixa aos prédios urbanos de sujeitos passivos com dependentes a cargo ao abrigo do disposto do artigo 112.º-A do CIMI, nos seguintes termos: 1 Dependente a Cargo - 20€; 2 Dependentes a Cargo - 40€; 3 ou mais Dependentes a Cargo - 70€ - foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia de Aldeia de S. Francisco, de Casegas e Ourondo e de Peso e Vales do Rio. -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD): (Doc.38)** *“Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã eleitos pelo PSD, votaram a favor neste ponto da ordem de trabalhos e fizeram-no pelo fato de esta proposta ir ao encontro do que defendemos aqui no ano passado nesta Assembleia e em sede de reunião de cumprimento do direito de oposição, nomeadamente o direito de participação, no âmbito da redação do Orçamento para 2023. É uma proposta que resulta do programa eleitoral com que a coligação Juntos, Fazemos Melhor se propôs a sufrágio.”* -----

2.5 - FIXAÇÃO DA DERRAMA PARA O ANO DE 2022

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 31 de outubro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5269 de 03.11.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)** – Mesma intervenção feita no ponto 2.3.

- **Presidente da Câmara Municipal:** Mesma intervenção feita no ponto 2.3. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação da taxa normal de Derrama para o ano 2022 em 1,00%; Redução da taxa de derrama, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, para os sujeitos passivos com um volume de**

negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00€ para a taxa de 0,10% com o fundamento de fomentar a economia local atendendo à grave crise que atualmente se verifica; e isentar de derrama os sujeitos passivos, independentemente do volume de negócios, com sede social no Município da Covilhã, que se configura como a delimitação do âmbito subjetivo de aplicação da isenção, foi a mesma aprovada por maioria com 31 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os Presidentes de Junta/Uniões) e 3 abstenções (CDU - PCP/PEV). -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia de Aldeia de S. Francisco, de Casegas e Ourondo, de Covilhã e Canhoso e de Peso e Vales do Rio. -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD): (Doc.39)** *“Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã eleitos pelo PSD votaram a favor neste ponto da ordem de trabalhos e fizeram-no pelo fato de esta proposta baixar a taxa normal da derrama e isentar as empresas que tenham sede no concelho da Covilhã. Esta proposta já foi aqui defendida por nós nesta Assembleia no ano passado, assim como em programa eleitoral e também por nós proposta em sede de reunião de cumprimento do Direito de Oposição, nomeadamente o direito de participação, no âmbito da construção do Orçamento Municipal para 2023. Com esta medida há uma redução clara da carga fiscal municipal ajudando à concretização de negócios e colocando os empresários do concelho da Covilhã em pé de igualdade com os restantes concelhos limítrofes no que diz respeito a este imposto.”* -----

- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS): (Doc.40)** *“O Partido Socialista quer que a economia volte a erguer-se e dessa forma votou favoravelmente a proposta da fixação da derrama geral em 1% (para empresas com volume de negócio superior a 150m€), à redução da taxa a 0,1% para empresas com volume de negócio inferiores a 150m€ e à isenção para empresas com sedes sociais. Com a pandemia que nos assolou nos últimos anos, a chegada da Guerra, a taxa de inflação com grande evolução nos últimos meses, as taxas de juro aumentar, precisamos urgentemente de ajudar o nosso município.* -----

A CMC preocupa-se com o bem-estar das empresas que temos no nosso concelho, precisa e acima de tudo implora que estas não desistam e de certa forma ajudem a recuperar e renascer a economia local. -----

De forma a incentivar o desenvolvimento das atividades económicas, a proposta apresentada é: --

- *Fixação da taxa normal de derrama em **1,00% para o ano 2022** (volume de negócio superior a 150m€);* -----
- *Redução da taxa de derrama a **0,1%** para sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150m€;* -----

- *Isenção da derrama a sujeitos passivos, que independentemente do volume de negócio tenham sede **social** no nosso município.* -----

Relativamente aos valores serem "decimais" na redução da derrama para empresas do nosso município, dando a ideia de valores pequenos ou até mesmo insignificantes para quem vê ou ouve, a realidade é que se converte numa redução de receita do nosso município em cerca de 450m€ (quatrocentos e cinquenta mil euros), correspondente à média da receita dos anos anteriores 2020 e 2021. -----

Esta proposta vem de uma forma responsável e diferenciada, mediante o volume de negócio do tecido empresarial do nosso município fomentar a economia local, incentivar a manutenção das atividades de cada empresa, promovendo os postos de trabalho e não levando ao seu abandono. Os órgãos e poderes municipais encontram-se atentos e colaborantes com as empresas sediadas no nosso concelho e desenvolve propostas que venham de encontro às suas necessidades, como esta por exemplo." -----

2.6 - TAXA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO – SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO NO ANO DE 2023

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 31 de outubro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5270 de 03.11.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Taxa Municipal de Ocupação do Subsolo – Suspensão da Aplicação no Ano de 2023**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia de Aldeia de S. Francisco, de Casegas e Ourondo, de Covilhã e Canhoso e de Peso e Vales do Rio. -----

Foram feitas/entregues as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD-PSD): (Doc.41)** “Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã eleitos pelo PSD, votaram a favor neste ponto da ordem de trabalhos e fizeram-no pelo

fato de esta proposta também ir no mesmo sentido da proposta apresentada pelo PSD em sede de reunião de Direito de Oposição no âmbito do Orçamento Municipal de 2023. -----

No entanto, relembramos que esta Taxa Municipal está a ser cobrada aos munícipes que usufruem deste serviço, por uma decisão do tribunal proveniente de um litígio entre a Câmara Municipal da Covilhã e a empresa distribuidora de gás. Por uma questão de equidade esta taxa só deveria ser paga pelos munícipes que à data do litígio eram utilizadores desse bem. No entanto compreendemos que tecnicamente é difícil apurar os utilizadores à data do litígio, assim como cobrar a esses munícipes as referidas taxas dessa época, pelo que defendemos que a Câmara Municipal deve assumir essa dívida.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS): (Doc.42)** “Todos os presentes conhecem a história da Taxa de Ocupação do Subsolo, ela já foi várias vezes explicada nesta casa. Todos sabem, embora alguns ainda continuem a tentar passar uma borracha sobre as consequências de estratégias e decisões noutrora tomadas e recebidas por este executivo como de uma herança se tratasse, e que este executivo não pode rejeitar. -----

É por tal, que muitos hoje sentem nas suas carteiras as consequências de uma decisão judicial e das consequentes imposições da ERSE. -----

No entanto, já 2021, este executivo atento aos constrangimentos que as populações, e em particular as empresas do Concelho da Covilhã, vinham sentindo com a crise de ordem económica e social decorrentes da crise pandémica provocada pelo COVID-19, propôs e viu aprovar uma redução em 30% do valor desta TOS, abdicando assim da respetiva receita, que lhe compete e apenas. -----

Também este ano no mês de maio este executivo viu esta assembleia aprovar por unanimidade a suspensão do pagamento da Taxa de Ocupação do Subsolo, tendo em conta as perspetivas dos problemas gerados pela guerra imposta à Ucrânia por um país com pretensões imperiais, e que hoje todos os europeus sentem, entre outros, pela constante subida das taxas de inflação, que causam, além do aumento dos bens de primeira necessidade o agravamento dos preços dos principais fatores de produção, como a energia e as matérias-primas e os custos de todos os empréstimos bancários. -----

Assim, e mais uma vez vem, novamente, a esta Assembleia o executivo liderado Dr. Vítor Pereira, propor e, por tal contribuir para que se estabeleça o mais célere possível uma resposta às principais necessidades dos nossos concidadãos, bem como das empresas da Covilhã, a suspensão da cobrança para o próximo ano da tão famigerada TOS. -----

Assim e da mesma forma que, em outras medidas excecionais que o Município da Covilhã tem vindo a adotar, tendo em vista a implementação de respostas céleres às principais dificuldades dos munícipes, a bancada do Partido Socialista dando um sinal de proximidade, apoio e entreaajuda votará, favoravelmente, a favor desta suspensão.” -----

2.7 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO CENTRO DE INOVAÇÃO EMPRESARIAL DA COVILHÃ E PREÇÁRIO PARA O ANO DE 2023

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 25 de novembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 5798 de 28.11.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização do Centro de Inovação Empresarial da Covilhã e Preçário para o ano de 2023***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia de Aldeia de S. Francisco, de Casegas e Ourondo, de Covilhã e Canhoso e de Peso e Vales do Rio. -----

2.8 - REGULAMENTO DE DESPORTO SOLIDÁRIO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 25 de novembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 5800 de 28.11.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Regulamento de Desporto Solidário***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia de Aldeia de S. Francisco, de Casegas e Ourondo, de Covilhã e Canhoso e de Peso e Vales do Rio. -----

2.9 – ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS E RECONHECIMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL

--- O assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos. -----

2.10 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARCO E COUTADA – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE INFANTIL DA COUTADA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de dezembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o regime jurídico das autarquias locais, através do ofício n.º 6104 de 16.12.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Disse-nos há pouco o Senhor Presidente da Câmara que, em janeiro de 2023, vamos reunir para ver esta questão. -----

Andamos a falar nisto desde fevereiro deste ano. Na sessão de 25 de fevereiro, falámos nesta questão... aliás, este assunto tem vindo a todas as sessões da Assembleia Municipal durante o ano de 2022. -----

Aquilo que nos é dito é que o trabalho está todo concluído, que está inventariado por parte da Câmara Municipal. A Câmara Municipal teve a oportunidade, pelo Senhor Vereador das Freguesias, de perguntar qual é que era o parque infantil da requalificação, que a Câmara iria fazer 1 por freguesia. Acho que teve a oportunidade de perguntar a todos. -----

Esse trabalho está concluído; esse trabalho está entregue; esse trabalho está para deliberação; e, efetivamente, chegamos a dezembro de 2022 e não é cumprido aquilo que o Senhor Presidente tinha aqui assumido como compromisso, ou seja, não era o assunto estar resolvido, mas era o assunto começar em vias de resolução. -----

O assunto está em vias de resolução desde fevereiro. Basta ler as atas da Assembleia Municipal, a não ser que os serviços não relatem corretamente aquilo que são as palavras do Senhor Presidente! -----

É do lado da Câmara Municipal que está o problema em não resolver esta situação. Os parques infantis estão inventariados; o trabalho foi feito pelo Senhor Vereador e pelos serviços; há impedimentos dentro dos serviços; e há uma falta de decisão do Senhor Presidente da Câmara de resolver esta questão. -----

Vamos reunir em 2023. A gente reúne as vezes que quiser. Não vale a pena é reunirmos sobre o mesmo assunto e termos as mesmas respostas. -----

O que acontece nestes dois pontos que aqui vêm (2.10 e 2.11) é que esperava que viessem aqui para todas as freguesias e, por outro lado, isto é o assumir da dominialidade pública municipal dos parques infantis, no caso concreto, do Barco e da Coutada. -----

Contrariamente também àquilo que o Senhor Presidente já aqui afirmou, de que a responsabilidade da gestão dos parques é das juntas de freguesia e sei que há uma corrente dentro da Câmara Municipal e dos serviços municipais que diz isso, mas essa não é a corrente. Aliás, já passou essa transferência através da transferência de competências, dando recursos financeiros às juntas, e já reconheceu que transfere essa competência e não se percebe bem por que é que estes protocolos aqui vêm. Sinceramente, não consigo perceber o que é que está em causa. É só o reconhecimento que os parques infantis na União das Freguesias de Barco e Coutada são do domínio público? É só isso? -----

Não há verba transferida para a sua manutenção e reparação. Ficamos a saber que foram entregues os respetivos cadernos/livros de manutenção – aquilo que a lei obriga. E eu pergunto: por que é que isso não é feito para as outras freguesias todas e por que é que não está a ser feito para as outras freguesias todas? Por que é que este assunto é avulso? Por que é que se conseguiu resolver numa freguesia, e não é pelo facto de ser esta, e não se conseguiu resolver em 21? ----

O argumento era que «vamos fazer isto tudo de uma vez» e, portanto, ficámos todos à espera de resolver o problema das 21. Aliás, os argumentos geralmente são assim. Afinal de contas é possível resolver caso a caso. Não conseguimos mesmo perceber! -----

As multas estão aí; as coimas estão aí; os processos estão aí. Isto foi levantado há mais de um ano. Pensava que ia chegar aqui com uma coisa concreta “*é assim que vamos fazer*”. Afinal de contas, a coisa concreta que tem para nos dizer é que em janeiro vamos reunir. Mas nós já reunimos, Senhor Presidente! O Vereador das Freguesias, efetivamente, fez o seu trabalho. Disse-nos: “*vamos requalificar um parque por freguesia. Que parque é que vocês querem?*” E nós apontámos e penso eu que fará parte desse documento. -----

O que falta fazer dos outros, que foram feitos pela Câmara Municipal, que foram construídos pela Câmara Municipal e são do domínio público municipal, é a Câmara Municipal passar os seguros de responsabilidade civil e tenho ideia que as juntas de freguesia já o assumiram nos parques. O que faz falta é os livros de manutenção dos equipamentos, os registos, o número de registos dos equipamentos, ... e passar essa informação para as juntas de freguesia. -----

Já agora, o ponto anterior dos benefícios fiscais que foi retirado, onde nos estava a ser proposta a aprovação de uma isenção fiscal ou de taxas de 80 mil euros... Neste caso, aplica-se exatamente o mesmo argumento que o Senhor Presidente disse sobre o IRS: não seria melhor cobrar essas taxas e depois redistribuir para as freguesias? Já fazíamos alguns parques infantis!” -----

- **Senhor Presidente da Câmara Municipal:** “Temos que tratar diferente aquilo que é diferente e, dessa maneira, também cumprimos o princípio da igualdade. -----

Se o Senhor, como disse, não quiser conversar mais... Qual é que é a ideia da reunião? A ideia das reuniões com os senhores presidentes de junta é que cada junta tem a sua especificidade. O Senhor Vereador fez esse contacto. Não tínhamos ainda uma solução jurídica construída, final, para a resolução do problema. -----

Disse, e bem, que nem todos interpretam as coisas da mesma maneira. Também olho para a lei e também vejo lá escrito que a responsabilidade da manutenção e conservação é das juntas de freguesia. -----

Disse e referi há pouco que acho injusto que sejam as juntas, com o seu orçamento e com as suas receitas, a comprar os parques e depois a fazerem essa conservação. A Câmara tem aqui uma obrigação de vos transferir o dinheiro necessário para vocês contratualizarem e depois manterem e conservarem. É tão simples quanto isso! Esta é que foi a solução encontrada. Este é o caminho.

Para mim, se não fosse esta sobrecarga que temos de muitas coisas, as conversas em vez de ocorrerem em janeiro teriam ocorrido em dezembro. Lamentavelmente, não foi possível. -----

Temos o trabalho de casa feito no que diz respeito ao levantamento das situações, como disse e bem. Temos é que consensualizar verbas e há freguesias que vão receber mais do que outras, mas não quero que recebam desproporcionadamente mais do que outras ou outras desproporcionadamente menos do que outras. Quero ser justo. E, porque quero ser justo, é que quero reunir e ter esse trabalho. Para mim era mais fácil chegar e dizer “olhe, são 10 mil ou 15 mil euros para cada uma e desenrasquem-se”, mas não quero fazer isso. Era injusto e, política e eticamente, incorreto da minha parte. -----

Esta é melhor forma de resolver os conflitos, as interpretações da lei e de sermos pragmáticos. Se acha que é perder tempo a gente reunir, não reunimos – também respeito a sua vontade -, mas depois pode é não ficar satisfeito com a solução que lhe for apontada e não quero que isso aconteça e, por isso, mostro alguma perplexidade com a sua posição.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “O Senhor Presidente da Câmara ainda fica perplexo por um membro desta Assembleia, no pleno direito das suas competências, lhe perguntar por um assunto que anda, há 4 sessões da Assembleia Municipal, a dizer que vai resolver e que resolvia até dezembro de 2022! -----

Ainda diz que o que nos vem propor hoje é: vamos reunir mais uma vez, para além do estudo que a ICOVI já tinha feito - acho que em 2015 (já nem me lembro) -, para além do trabalho que o Senhor Vereador já fez, para além do trabalho que as juntas de freguesia já fizeram chegar, para além dos equipamentos que já lhe dissemos que existiam, para além do auto de transferência de competências que já diz quais são os equipamentos. A solução que vem propor... Quem está perplexo é esta Assembleia, Senhor Presidente! -----

O despacho do Secretário de Estado da Administração Local de 2014 é claro quando fez um despacho interpretativo relativamente ao mobiliário urbano que existia e quem o tinha construído e se calhar é isso que os serviços não querem ver.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Covilhã na União de Freguesias de Barco e Coutada – Gestão e Manutenção do Parque Infantil da Coutada***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia de Aldeia de S. Francisco, de Casegas e Ourondo, de Covilhã e Canhoso e de Peso e Vales do Rio. -----

**2.11 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ
NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARCO E COUTADA –
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE INFANTIL DO LARGO DE S. SEBASTIÃO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de dezembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o regime jurídico das autarquias locais, através do ofício n.º 6105 de 16.12.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Membro Municipal **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**, tendo o Senhor **Presidente da Câmara** feito os devidos esclarecimentos, intervenções que serão objeto de transcrição e/ou anexação na ata da sessão. -

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Covilhã na União de Freguesias de Barco e Coutada – Gestão e Manutenção do Parque Infantil do Largo de S. Sebastião***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco, de Casegas e Ourondo, de Covilhã e Canhoso e de Peso e Vales do Rio. -----

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Foi registada uma inscrição para o Período de Intervenção do Público, porém, chegados ao ponto, o interveniente já não se encontrava presente. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão eram vinte horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

HR
A
A

COVILHÃ TEM FORÇA

A alternativa existe!
#ContinuamosJuntos

Prezado e Estimado Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa

Excelentíssimo Senhor Presidente do Município da Covilhã

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores

Estimados Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesias

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

TÉCNICOS DO MUNICÍPIO
Prezados Jornalistas

Estimado público

Passados 9 anos, eis-me de novo na Casa da Democracia na Covilhã, este Auditório Municipal onde participei em todas as suas sessões durante 12 anos como Presidente de Junta, mas agora inserido no Movimento cívico COVILHÃ TEM FORÇA e por impossibilidade da presença dos elementos que estão à minha frente na lista de candidatura.

É com enorme responsabilidade que aqui estou, tentando contribuir com ideias, sugestões e críticas para que este Órgão Municipal contribua também para o engrandecimento da nossa Covilhã.

Sabem da minha lisura de vida e no altruísmo que sempre coloquei nas minhas interações sociais, como atleta do Sporting Clube da Covilhã, como Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, como membro da sua Assembleia de Freguesia, como trabalhador quer do Sindicato dos Lanifícios, quer da Universidade da Beira Interior e ainda como dirigente associativo.

Certamente, conhecem-me também, pelos valores que defendo e pratico na democracia, nomeadamente, **o respeito, a liberdade de expressão, a igualdade, a participação colectiva, a ética**, entre outros.

Prezado e Estimado Presidente da Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal tem um importante papel na fiscalização de toda a actividade do executivo municipal e deve acompanhar e fiscalizar não só a actividade do Município mas também das empresas municipais.

Tem ainda o papel de pugnar pela participação colectiva dos covilhanenses, não tendo receio de emitir as suas sessões via online, chegando mais longe do que estas quatro paredes, sendo certo que a comunicação social está por cá, mas que não reproduz na íntegra o que aqui acontece.

Porque tenho estado presente em algumas sessões, sei que este assunto já lhe foi transmitido e gostaria de aqui reiterar o pedido para que exerça a sua magistratura de influência para que seja possível a transmissão via online das sessões da Assembleia Municipal, até para se avaliar da anuência dos cidadãos que residem no concelho da Covilhã às causas e problemas que aqui são abordados.

E porque falei atrás na participação colectiva dos covilhanenses, **não será inovador no País**, mas seria interessante no nosso território transformar a Assembleia Municipal numa Assembleia do Concelho da Covilhã, descentralizando as suas sessões em várias Freguesias, onde seja possível a sua concretização.

De certo, encontrará Presidentes de Junta que o acompanharão nesta ideia.

Desta forma dar-se-á relevância aos Presidente de Junta que ali representam as gentes dos seus territórios e far-se-á a audição de todas as forças vivas do concelho da Covilhã.

Conte comigo, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para este desafio.

Para terminar uma questão ao *Senhor Presidente da Câmara*:

Notícia dos últimos dias afirma que a Altice pretende vender o Data Center da Covilhã, incluindo assim este centro de armazenamento de informações na venda de parte dos centros de dados que esta empresa detêm.

O Senhor Presidente pode dar-nos mais esclarecimentos sobre este assunto?

Aproveito a oportunidade para, a todos vós e vossos familiares, desejar um BOM e FELIZ NATAL e formular votos para que o 2023 seja repleto de SAÚDE, PAZ, ALEGRIA, AMOR e EUROS.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 19-12-2022

Intervenção Política

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Uma primeira nota sobre o anúncio do Governo de atribuição de uma prestação única no valor de 240 euros às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

E dizer que é naturalmente útil para quem a recebe, ao mesmo tempo que se reconhece o grave problema que existe na sociedade portuguesa – o agravamento das condições de vida - no entanto revela a abordagem pontual pelo Governo de um problema que é estrutural e a insuficiência das medidas adotadas.

A elevada inflação, bem como o aumento especulativo dos preços não se sente só num mês, nem somente neste período de Festas.

É um problema que já vem de trás e que vai continuar a sentir-se no próximo ano, em janeiro, fevereiro, março e nos meses seguintes.

Por isso o que se exige do Governo não são medidas avulsas, mas sim soluções para a recuperação e valorização do poder de compra dos trabalhadores e dos reformados, como o PCP propõe, com o aumento geral dos salários e das pensões e o controlo e a fixação de preços dos bens e serviços essenciais.

Uma segunda nota sobre o CTTs

Temos constatado os atrasos e constrangimentos criados para as populações do nosso concelho do deficiente serviço dos CTTs, nomeadamente do serviço público postal.

É assim durante todo o ano.

Recebemos correspondência com atraso de oito e mais dias.

No mês de Novembro a população do Ourondo esteve algumas semanas sem correspondência.

Com uma população envelhecida sem débitos diretos, que utiliza os CTTs para pagamento de faturas e levantamentos dos vales de reforma, entra em pânico porque não levanta o dinheiro e nem recebe a fatura dos serviços que tem que liquidar.

Uma situação que se repete em outras freguesias, com atrasos e troca de correspondência. Um péssimo serviço público.

E que fazem os CTTs nos protocolos com as Junta de Freguesia ? procuram reduzir o pagamento do serviço prestado às populações, deixando, no caso do Tortosendo, um imóvel a degradar-se.

Aqui chegados só podemos concluir que foi um crime económico a privatização dos CTT e a liberalização dos Correios.

Na nossa opinião este processo de liberalização e privatização é um desastre, prejudica os trabalhadores do sector, prejudica os utentes do serviço público postal, prejudica a economia nacional e até prejudica o Estado financeiramente.

E tanto prejuízo para quê?

Para que ganhassem os mesmos de sempre:

ganhou o Grupo Champalimaud, ganharam os restantes accionistas dos CTT e ganhou o projecto federal da União Europeia que promove a destruição de todos os instrumentos nacionais de soberania.

Fizeram o pleno, ganharam todos menos quem mais interessa, o País, os trabalhadores e os utentes.

Sim, a liberalização e a privatização dos CTT **foram um desastre para os utentes.**

Os preços dispararam mais de 70% desde a privatização, o correio deixou de ser distribuído numa base diária e deixou de ser confiável, são dias, às vezes semanas, para receber uma carta, são os avisos que são deitados na caixa de correio sem qualquer contacto, são as centenas de estações e postos dos CTT encerrados, as filas infindáveis para receber a reforma ou comprar um selo.

Os CTT privatizados conseguiram falhar em todas as normas de qualidade e fiabilidade, e a reacção do Governo perante este desastre foi a de retirar poderes à Anacom, não fosse esta cumprir o papel que tinha e exercê-lo, para tornar menos eficaz a penalização de tão mau serviço.

E que dizer das consequências da privatização para os trabalhadores dos CTT, e da liberalização para os trabalhadores do sector?

Aí foi um desastre igual ou ainda maior.

Nos CTT faltam trabalhadores operacionais em todo o País.

Os Centros de Distribuição Postal são encerrados e os giros são alargados, corta-se no fardamento e na segurança no trabalho.

Os trabalhadores que não têm as condições físicas para efectuar todas as duras tarefas associadas ao serviço postal passaram a ser perseguidos.

O valor dos salários nos CTT baixa a cada ano, sendo exemplo este ano em que, com quase 10% de inflação, a empresa se recusa a um aumento intercalar.

O salário de entrada é já tão baixo que afasta muitos trabalhadores de uma profissão que é desgastante e fisicamente exigente.

E no sector, nas novas empresas fruto da liberalização, qual é a realidade?

É a precariedade, a subcontractação, os baixos salários e a exploração.

Para agravar, com a privatização, o Estado viu desaparecer os muitos milhões de lucro que os CTT lhe entregava a cada ano.

Sim, porque os CTT eram uma empresa pública com lucros e que pagava dividendos ao Estado.

Uma empresa pública com lucros?

Assim se percebe o apetite e tanta e tanta manobra para lhe pôr a mão.

E repare-se na suprema das ironias.

Graças ao novo contrato de concessão assinado pelo Governo do PS, ainda corremos o risco de, todos nós, virmos a começar a pagar por um serviço que antes, sendo melhor prestado, lhe dava lucro.

Mas há pior.

A gestão privada está a delapidar o património dos CTT – vendeu a

maioria dos seus edifícios históricos, libertou-se de dezenas de Centros Distribuição Postal em locais estratégicos e, como se não bastasse, está a colocar em operações financeiras o resto do património.

Rapidamente o património imobiliário necessário à prestação do serviço público postal deixará de existir e o Estado acabará por ser chamado a reconstruir essa rede.

E perante a liquidação deste património, quando o PCP questionou o Governo, este afirmou do alto da sua sobrançeria que nada tinha a ver com o assunto.

O património é delapidado, os resultados vão direitinhos para os accionistas dos CTT, o Estado é lesado e o Governo nada tem a ver com tudo isto.

Está bom de ver o grau de cumplicidade do Governo para com os interesses do Grupo Champalimaud.

O PCP irá apresentar um projeto de lei – uma vez mais - nos próximos dias, para a retoma do controlo público dos CTT, é mais um instrumento e uma solução para este problema que enfrentamos.

O nosso projecto tem tanto de simplicidade como de profundidade.

É simples porque coloca como objectivos centrais a retoma do controlo público dos CTT, a valorização do serviço postal, a garantia dos direitos dos trabalhadores e dos utentes e a garantia da coesão territorial do País.

É profundo, porque retira das mãos do Capital a possibilidade de continuar a destruir este que é um serviço estratégico.

Veremos como votará o PS que, sozinho ou acompanhado por PSD, IL e Chega, rejeitou as mais de 400 propostas de alteração que apresentámos ao Orçamento do Estado para 2023.

Esta é uma batalha de todos, dos trabalhadores, dos utentes, mas também dos democratas e patriotas. Esta é uma luta que vale a pena e para a qual apelamos.

Os CTT são para servir ao povo, o Grupo Champalimaud serve-se dos CTT e por essa via serve-se do povo.

Apenas uma minoria lucra com a liberalização dos Correios e com a privatização dos CTT.

Disse

Vitor Reis Silva



**Intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia
19 de dezembro de 2022**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal;
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores;
Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia Municipal e digníssimos presidentes das juntas de freguesia;
Exmos. Técnicos e funcionários da autarquia;
Exmos. Senhores Jornalistas;
Caras e caros concidadãos,

Importa a esta altura, efetuar certamente um balanço da governação socialista até agora neste mandato.

As atitudes ficam para quem as pratica, já diz a ditado, e governar em maioria tem que ser mais do que impor a suas vontades, menosprezando as ideias e as vontades da oposição, muitas vezes maltratando e menosprezando os autarcas que tentam contribuir com propostas para a melhoria das condições de vida da população, tendendo a desvalorizar as mesmas, com a velha desculpa do passado.

As promessas vão sendo empurradas para a frente e não só não há maneira de as vermos concretizadas, como ainda se transformam propostas e críticas em novas promessas que apenas servem para limitar a ação de quem quer o melhor para o Concelho e que muitas delas, apesar de prometidas, nem vão ser realizadas.

Hoje atravessamos um tempo de muitas interrogações e pressões extremas como a guerra e a inflação, que necessitam de uma ação mais acutilante e com medidas à altura no sentido de minorar estes efeitos sobre a população.

Em boa verdade o Partido Socialista na sua governação continua a não ter uma estratégia de futuro que ^{de} dar resposta aos problemas do Concelho, como o envelhecimento da população, o despovoamento do território e a falta de oportunidades para a fixação de jovens.



Alguns dos caminhos que o Partido Socialista tem escolhido para a Covilhã são a cara da falta de rumo com que tem governado, da qual resulta claramente uma estratégia de esvaziamento do pensamento e da liberdade.

O das suas fileiras através da contratação para quadros na Câmara Municipal dos que estão a seu lado é demonstrativo da necessidade retirar dividendos eleitorais nas próximas eleições.

Assim este tem sido um trabalho com nota negativa, não poderíamos avaliar de outra forma.

Na política, tal como na vida, não vale tudo, e como tal podem contar com a nossa presença pelo que continuaremos não só a criticar o seu trabalho, quando tal for necessário, as também apresentar propostas para colocar o Concelho no Rumo certo!

Covilhã, 19 de dezembro de 2022

O Grupo Municipal do CDS-Partido Popular

Adolfo Mesquita Nunes

Joana Petrucci Rocha,

António Freitas



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and the letters 'AA'.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Sr. Presidente da Câmara,
Sra e Srs Vereadores,
Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
Presidentes de Junta de Freguesia,
Comunicação Social,
Minhas senhoras e meus senhores,

Esta é a assembleia municipal de Dezembro, aquela que tradicionalmente planeia e debate o futuro do nosso concelho para um novo ano. Á porta de um novo ano e mais uma sessão sem transmissão on-line, fica o registo.

Mas como podemos falar de futuro sem resolver o nosso passado?

Como vamos nós falar de futuro sem planear nem projetar a estratégia de devolver á região e ao concelho aquilo que de uma forma tão brusca nos foi retirado, um dos nossos tesouros mais preciosos: a nossa Serra da Estrela.

Conseguem pensar no aumento da qualidade de vida das pessoas, no crescimento e desenvolvimento do concelho, ficando por sarar a ferida mais profunda e aberta que temos hoje ? Desculpem, mas o PSD não consegue, por isso vamos continuar a expor a situação, a provocar a discussão e claro a exigir uma solução.

Não podemos nem devemos consentir que a calamidade que os incêndios do verão passado nos trouxeram se esfume na espuma dos dias. Por isso iremos a cada assembleia municipal relembrar que temos este desígnio por cumprir e que todos mas mesmo todos seremos responsáveis da nossa inação se no próximo verão a situação se repetir.



O PSD nunca irá ficar anestesiado pela passagem do tempo, sob pena de se vir a tornar cúmplice da extrema-unção dada á nossa Serra.

Dito isto, não faça cara feia Sr. Presidente, porque nós vamos continuar. Vamos continuar a colocar na agenda politica os incêndios, as vezes que forem precisas, vamos relembrar aos Covilhanenses, a cada a assembleia municipal, o que se passou, para que o escrutínio politico continue a ser feito, com o objetivo final de que o executivo socialista não ouse andar a empurrar com a barriga um assunto de tamanha gravidade.

Vamos relembrar até á exaustão o que aconteceu, mesmo que voltemos a ser acusados de aproveitamento politico, de criticarmos sem razão, etc...etc..

Mas vamos hoje relembrar, também, que nesta casa, mais precisamente na última assembleia municipal, nasceu e bem, uma Comissão de acompanhamento dos trabalhos do município e da aplicação do plano de revitalização da Serra da Estrela.

Uma Comissão aprovada por unanimidade, ou seja também pelo partido socialista, que fez questão de referir que esta comissão não podia, como outras, ser inconsequente.

Por isso, meus senhores, todos aqui presentes somos responsáveis por ela. Espero ouvir aqui neste púlpito as outras bancadas a intervir sobre este tema em particular a bancada do partido socialista.

Passaram, meus senhores, quase 3 meses, quantas vezes esta comissão reuniu ? que trabalho de acompanhamento fez ? que relatórios criou ? o que questionou? O que sugeriu ?...nada ...zero

Não contem com o PSD para isto.

Não contem com o PSD para enganar as pessoas.



Não contem com o PSD para fingir que se faz e que estamos todos cheios de boas intenções.

Não foi para isso que fomos eleitos, nunca foi essa a nossa postura nem nunca será. Por isso, meus senhores, vamos dar “ corda aos sapatos “ e começar a trabalhar. A continuar assim o PSD com todo o sentido de responsabilidade terá de tomar medidas para que isso aconteça e o trabalho apareça.

Não podemos compactuar com a inação, com a desresponsabilização de algo que nos é tão caro: a obrigação de, enquanto aqui estivermos, defender os covilhanenses e o seu território.

Na verdade o que pretendemos com esta intervenção é fazer, aqui hoje, aquilo que queríamos ter feito nessa comissão: solicitar informação, questionar as ações realizadas ou não realizadas, sugerir soluções e exigir trabalho aos responsáveis políticos.

Aliás e em abono da verdade foi o que fizemos desde o primeiro dia da catástrofe.

A primeira posição foi a de recato, respeitando as vítimas e quem por força das suas funções, estava e lutava no terreno.

Em tempo oportuno manifestámos o nosso apoio e solidariedade e tomamos as medidas que estavam ao nosso alcance.

Tudo foi feito na perfeita consciência que o PSD, não podia ser um instrumento de entrave a qualquer acção de trabalho durante e após a tragédia mas também nunca poderíamos ficar amorfos a tudo o que aconteceu.

Hoje estamos aqui novamente a exigir trabalho e acção :

Apresentamos neste órgão 2 requerimentos que se encontram por responder : o primeiro que solicita o relatório sobre os prejuízos do incêndio na Serra da Estrela e o segundo com 7 questões dentro desta temática muito práticas e diretas sobre meios e recursos utilizados ou por utilizar .



Passaram 3 meses, quando nos vão responder ?

Mas, hoje, vamos apresentar um novo requerimento, porque temos mais perguntas....

Que apoios o Município já recebeu do governo central?

A que programa de incentivos já apresentou candidaturas? E que municípios já ajudou nas candidaturas ao vários programas de apoio?

Que meios já disponibilizou às juntas de freguesia vítimas dos incêndios?

Vamos novamente ser acusados de aproveitamento político, por exigir estas respostas?

Também é aproveitamento político o magnifico trabalho de investigação jornalística que a RTP fez para a reportagem do programa "Linha da Frente" transmitida no passado dia oito? onde alias, tudo, o que foi dito no vídeo que o PSD apresentou aqui, na última assembleia municipal foi corroborado nessa reportagem.

Investigação jornalística onde todos quiseram contribuir com o relato da experiência vivida, menos o presidente de um dos concelhos mais fustigado: a covilhã.

Também é aproveitamento político as últimas declarações do Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários da Covilhã? Onde diz taxativamente que o incendio deve ser investigado porque há muito por se saber?

Relembro o sr. Presidente Vitor Pereira que tem um mandato para cumprir até ao fim, que até às 24 horas do ultimo dia é o responsável máximo deste concelho, é a cara e a imagem dos Covilhanenses, por isso a sua ausência na referida reportagem diz muito da sua permanente ausência nos passos do concelho.

Bem sabemos que tem muitos pretendentes á sucessão, mas nem esses, todos juntos, conseguem, por mais que tentem, abafar a sua chocante ausência.

Handwritten signatures in blue and black ink.



Até ao último dia do seu mandato o PSD irá estar aqui para lhe exigir responsabilidades a si e ao seu executivo....

HABITUEM-SE...

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Vanda Ferreira.



[Handwritten signature]

Sessão da Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2022

MOÇÃO

Passados 4 meses de um dos maiores atentados contra o património municipal, regional e nacional: O que foi feito? O que foi apurado? O que se sabe, sobre a prevenção, a reação e o combate aos incêndios que destruíram uma boa parte da Serra da Estrela este Verão?

Para além de algumas corajosas reportagens jornalísticas, que demonstram o que correu mal e porque correu mal, que mostram como o fogo poderia ter sido extinto ao segundo dia, em vez de ter durado por 10 dias, reina o silêncio.

O silêncio de quem não fez o que devia, não acautelou como podia, não agiu quando se impunha.

E este silêncio é ainda mais preocupante quando significa a total ausência de coragem e empenho no apuramento do que correu mal, por forma a tentar corrigir erros e evitar futuras ocorrências do género.

O silêncio de quem gastou horas e horas a falar do trabalho desenvolvido na floresta e na prevenção, de quem jurou que tudo estava preparado como nunca, de quem garantiu que tudo estava controlado.

É, a nosso ver, absolutamente necessário identificar onde é que a proteção civil municipal falhou, quem são os responsáveis por tais falhas e sobretudo o que já foi ou está a ser feito para que não se repitam tais erros e falhas.

Na última Assembleia Municipal, e depois de insistência da oposição, foi deliberado, por unanimidade a constituição de uma comissão de acompanhamento deste incêndio...

Até agora, que se saiba, tal comissão não foi sequer, formalmente, constituída, nem reuniu uma única vez...

Tudo é lento quando a vontade é pouca, a coragem falta e a responsabilidade é descartada. Mas fica à vista a absoluta ausência de vontade política dos



dirigentes municipais em colocar em funcionamento este instrumento de controlo e acompanhamento das ações municipais, regionais e nacionais.

Nessa mesma Assembleia tivemos o privilégio de ouvir de viva voz, o responsável do serviço de proteção civil municipal e simultaneamente o comandante dos nossos bombeiros. A sua intervenção foi clara, corajosa e reveladora do que correu menos bem.

Não deveria cair em saco roto. Deveria ter consequências.

O que ficámos a saber, o que sabemos já todos ainda que muitos finjam não ter visto ou lido ou visto:

Desde logo, correu muita coisa mal na identificação da ocorrência, na necessidade de separar o incendio em duas fases, e sobretudo em identificar o que efetivamente não correu bem no combate ao incendio por falhas evidentes no sistema de proteção civil municipal, a saber:

- A) **Não conclusão da rede primária de proteção de incêndios e gestão de combustíveis**, precisamente na zona mais favorável ao combate ao incendio (fraga grande até às estrada das penhas, passando pela lapa das cachopas).
- B) **Inexistência De Pontos Intermédios De Abastecimento De Água**, Que Permitissem Aos Meios Aéreos (Helicópteros) Uma Atuação Mais Célere E Eficaz...
- C) **Não ativação do plano de emergência e proteção civil**, que só foi ativado no 4º dia de incêndio!
- D) **Decisão Política De Concentrar Na Mesma Pessoa O Cargo De Responsável De Proteção Civil E De Comandante Dos Bombeiros.**

Isto são factos, não são suposições. E são factos que justificam esta moção de reprovação.

As duas primeiras situações revelam uma falha de previsão e prevenção absolutas por parte desta Câmara, dado que a identificação e planeamento e fiscalização das redes primárias são da competência dos municípios, e cujas deficiências ou riscos (como se verificou no decurso do combate ao incendio) deviam estar identificadas e refletidas nos Plano Municipal de Emergência de



A
H
[Handwritten signature]

Proteção Civil (PMEPC) e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

E com consternação, **constatamos que não estavam...**

A proteção civil municipal não pode servir só para colocar faixas de sinalização e remediar o que, sobretudo por inação do executivo municipal vai acontecendo de mal no nosso concelho...

E sobretudo não basta dizer "TODOS SOMOS PROTEÇÃO CIVIL!" como está na página do Município

No que respeita às outras duas questões, e pela exposição que foi feita na Assembleia, é evidente que a acumulação de funções e prevenção civil e de combate ao incêndio, não teve bons resultados teve com consequências desastrosas, com sucessivas decisões que não surtiram o efeito desejado (com o fogo continuamente a fugir, nos locais onde devia ter sido parado) e, nomeadamente, com **a decisão de, sucessivamente, não ativar o plano de emergência e proteção civil, com base em previsões e suposições que se vieram a verificar erradas e com as consequências que todos, hoje, conhecemos.**

Ao contrário do que disse o responsável da proteção civil/comandante dos bombeiros, não é a ele que compete propor a ativação ou ativar o plano municipal de emergência. Nos termos da lei e do plano aprovado também por esta assembleia, **a competência exclusiva para ativar o PMEPC é do presidente de câmara, após parecer da comissão municipal de proteção civil.**

E existem critérios objetivos para a sua ativação, nomeadamente, um que nunca foi sequer equacionado por nenhum responsável da câmara da Covilhã: incêndio rural/ florestal ou conjunto de incêndios rurais/florestais que tenha excedido 12 horas de duração por dominar e/ou cuja área ardida ultrapasse 1000 hectares;

Sabemos hoje que o sr presidente não estava na Covilhã e apenas deu provas de vida ao 4ª dia de incêndio...

Mas onde estavam os seus substitutos e sobretudo onde estava a estrutura de proteção civil que tinha de acautelar estas questões?



Uns a aparecer no triste espetáculo que foi a Volta a Portugal em bicicleta, com as dramáticas imagens de fundo de uma serra a arder.

Os outros, ou não existem (quantos membros ou funcionários do município estão adstritos ao serviço de proteção civil? 2/3?), ou estavam assoberbados a exercer as suas outras funções de combate direto ao incêndio.

Temos de acreditar que os que batalharam no terreno, o fizeram o melhor que podiam e sabiam com os meios e condições com que se depararam.

Porém, em face do calamitoso resultado é inegável concluir que tudo ou quase tudo falhou.

Os planos Municipais de Emergência de Proteção Civil e de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMEPC), não funcionaram nem foram respeitados!

O Sr. Presidente de Câmara, como já nos habituou nos momentos mais críticos, apenas se dignou a aparecer para tentar desviar as atenções do essencial.

E depois, na altura de apurar responsabilidades, sempre por questões de agenda, desaparece e remete-se ao silêncio.

Impunha-se ao Edil Municipal que, principalmente nos momentos mais críticos, desse a cara. Assumisse responsabilidades e sobretudo, garantisse e fizesse com que os serviços municipais funcionam em pleno.

Sobretudo era exigível ao Sr Presidente que cumprisse e fizesse cumprir o que consta do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) e do Plano Municipal de Defesa da floresta contra Incêndios.

Infelizmente, constata-se hoje que não o fez!

Sendo que, até agora e não obstante as graves e manifestas imputações que sucessivamente, insistem em vir a público, dos responsáveis políticos da câmara da Covilhã, o silêncio é sepulcral!

Tudo isto merece a nossa reprovação. O que está em causa na presente moção são decisões políticas erradas e a ausência de decisões políticas adequadas.



O Senhor Presidente fica mal e deixa ficar mal a Covilhã ao dizer publicamente que não tem agenda para tomar uma posição sobre o assunto, quando todos os seus congéneres aparecem, falam e dizem claramente o que correu mal.

É por isto que entendermos ser de reprovar politicamente a atuação e postura do Presidente da Câmara Municipal, bem como do seu executivo, pelas suas decisões, ou falta delas, na prevenção e combate aos incêndios que, em agosto, destruíram uma considerável parte da Serra da Estrela.

Quem não reprovar esta atuação, está a sancioná-la, a concordar com ela, e está a garantir que nada é feito para evitar que tudo isto se repita.

Não pedimos cabeças. Exigimos responsabilidade e, sobretudo, soluções!

Assim, em face da manifesta responsabilidade do executivo municipal os Deputados do Eleitos pelo Grupo Municipal do CDS vêm apresentar uma moção de reprovação da atuação municipal no incêndio de Agosto/2022, pelo que aconteceu antes, durante e, certamente, está a acontecer até à presente data com a tomada de decisões políticas erradas e a ausência de decisões políticas atempadas e adequadas ao momento e de louvor a todos os Bombeiros que combateram este incêndio.

Covilhã, 19 de Dezembro de 2022

O Grupo Municipal do CDS-PP

Adolfo Mesquita Nunes

Joana Petrucci Rocha,

António Freitas



Handwritten signatures in blue ink, including what appears to be 'AF' and 'AT'.

Sessão da Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2022

PAOD

Edifícios em ruínas propriedade do Município

Tem chovido intensamente na Covilhã e quando isso acontece aumentam as preocupações de quem vive ou trabalha paredes meias com edifícios propriedade do Município que se encontram em ruínas.

Um desses casos é o edifício na Rua Alexandre Herculano em frente da A Tentadora relativamente ao qual têm sido muitas as chamadas de atenção e que ruiu parcialmente na passada semana.

Ruiu para o seu interior mas, se nada for feito com urgência, poderá vir a ruir para a via pública, rua muito movimentada e por onde passam muitas pessoas a pé e de carro.

Que a Câmara enfrente dificuldades acrescidas e demoras quando se trata de prédios devolutos propriedade de particulares como é o caso de um junto deste a que referi, todos aceitamos, mas não se compreende que nada faça no sentido de impedir a ruína e eventuais acidentes provocados por prédios sua propriedade.

Pode o Sr. Presidente informar-nos das diligências tomadas para prevenir estes acidentes?



Handwritten signature in blue ink.

Direcção da Cidade Criativa do Design

Quem tem a Direcção e gere o projecto da Cidade Criativa?

Todos sabemos que o Prof. Francisco Paiva abandonou o projecto com estrondo em Abril de 2022.

Em sessão desta Assembleia de 9 de maio de 2022 o Sr. Presidente da Câmara, confrontado com esta demissão, disse que iam alargar a direcção executiva.

Meses depois continuamos sem saber quem ocupa tais funções ou sequer se o cargo foi alargado a várias pessoas, como referido em Maio pelo Sr. Presidente.

Por isso deixo novamente a questão ao Sr. presidente da Câmara: Quem dirige o projecto Covilhã Cidade Criativa do Design?

Parques Infantis

A 25 de Fevereiro, numa sessão desta Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que o assunto dos parques infantis “tinha que ficar resolvido” até final deste ano 2022.

Estamos em Dezembro, vamos hoje deliberar sobre dois contratos a esse propósito celebrados com a União de Freguesias de Barco e Coutada mas e os outros?

Estão já resolvidas todas as questões, administrativas, jurídicas e técnicas, relativas à gestão e exploração dos Paques Infantis do concelho?



Handwritten initials in blue ink, possibly 'AB' and 'AH'.

WC Públicos

Não se compreende que os WC públicos estejam encerrados ou sem condições mínimas de utilização.

Numa altura em que se vão realizando mais eventos na zona histórica da cidade é incompreensível que essas instalações sanitárias não estejam a funcionar em pleno.

Para quando a sua requalificação e funcionamento?

Joana Petrucci Rocha

Projeto "esculpas na Covilhã"
que pretendia dinamizar e dar visibilidade
aos comerciantes do cascalho. Qual o
ponto em que se encontra esse projeto
visto que há muitas lojas dos comercian-
tes e nem o portal funciona? E não houve
numa altura com este, o natal, em que o comércio
aumenta.

Moção

**FAZER
ANDAR OS
JOVENS**

**#RECONSTRUIR
PORTUGAL**



referred
propostas
Moedas
???

(Doc. 07)

JUVENTUDE
POPULAR
COVILHÃ

H2
H

Um país envelhecido como Portugal, que regista, aos dias de hoje, um decréscimo na população pela segunda vez desde que há registos, pede que algumas medidas sejam tomadas para inverter este rumo e a Covilhã não é diferente.

A Juventude Popular Covilhã preocupa-se com o futuro dos nossos jovens e das nossas gentes, não achando que o Município da Covilhã esteja a fazer o suficiente para tentar fixar jovens no nosso concelho. Desta forma, ao nível dos transportes e mobilidade não se verificam melhorias nos serviços prestados à população da cidade. Como cidade universitária não deve ser este o serviço que queremos prestar aos nossos possíveis futuros habitantes, nem queremos ser o exemplo negativo dentro da área juvenil, seja por atuais residentes ou não.

Visto que este executivo não parece se preocupar muito se os jovens se mantêm na cidade da Covilhã ou no concelho depois de frequentarem o ensino superior, a Juventude Popular Covilhã trás duas propostas centrais:

- **Fomentar a utilização dos transportes públicos através da melhoria de qualidade do serviço prestado** – Face aos impactos ambientais que temos vindo a sofrer, é urgente reduzir a pegada ambiental, e isto passa também pela mobilidade de cada cidadão. Os jovens do concelho queixam-se regularmente do estado dos autocarros, ou porque demoram demasiado tempo, ou mesmo pelo estado dos autocarros. Há jovens no concelho, que preferem andar de carro e de mota para evitar os transportes públicos na cidade, uma vez que não são adequados. Desta forma, a JP Covilhã pede ao executivo que melhore as condições dos autocarros, a fim de ajudar a reduzir a pegada ambiental e para dar as devidas condições aos jovens que escolhem a Covilhã para estudar.
- **Apoio nos custos de transporte (passe) para jovens estudantes dentro do concelho** – Como já foi referido, um jovem que estude na Universidade da Beira Interior paga 27€ de passe caso resida na cidade da Covilhã, 30€ caso resida na Boidobra e quanto mais longe residir, mais irá pagar. Não parece aceitável que haja jovens do concelho a pagarem 40€ ou 50€ por mês para se deslocarem ao seu estabelecimento de ensino, seja ele básico, secundário ou superior. Assim, a JP Covilhã propõe ao executivo atual a redução do preço dos passes em 5% para jovens entre os 13 e os 23 anos, à exceção dos alunos que estudam Medicina (25 anos).



Handwritten signature

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Camara Municipal
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniãos de Freguesia
Caros colaboradores do Município
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Chegados ao final do primeiro ano civil de um mandato que os Covilhanenses escolheram confiar mais uma vez no Partido Socialista para liderar o Covilhã, é momento de compreendermos algumas das razões de uma escolha coletiva em factos e realidades que o ano que agora termina nos deu.

Mais do que expectativas e promessas eleitorais, a responsabilidade atribuída pelos Covilhanenses tem vindo a ser honrada não só em palavra, mas acima de tudo no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, reconhecido em obra ao serviço de todos os Covilhanenses, de norte a sul do concelho, e que dão resposta a muitas das necessidades do passado e do presente, numa construção sustentável do futuro da Covilhã e de todas as suas freguesias.

Cuidar e preparar um melhor futuro para a nossa cidade é uma realidade que assistimos ao longo deste ano, numa dinâmica positiva e de grande responsabilidade ao longo de todo o concelho, e que a todos é visível. Relembro aqui algumas das obras que dão garantia que estamos no rumo certo:

- Requalificação da Rua 30 de Junho na União de Freguesias de Vila do Carvalho e Gantar Galo
- Construção do Miradouro Alto dos Livros e do Miradouro do Covão
- Inauguração da Estrada do Porsim
- Início dos trabalhos de requalificação da Avenida Frei Heitor Pinto
- Diversos arruamentos e estradas onde foram instaladas luminárias LED, algumas sem iluminação existente como é o caso da N230 na ligação do Canhoso aos Penedos Altos.
- Obras de melhoria no nosso Parque Escolar, nomeadamente na Escola Quinta das Palmeiras e na Escola Pêro da Covilhã
- Inauguração do Centro de Intepretação da Argemela
- Requalificação do Mercado de Unhais da Serra

São alguns dos exemplos de investimento que vemos o executivo municipal fazer na Covilhã e nos Covilhanenses nas mais diversas áreas e que de forma



inegável, dão razão, mas acima de tudo confiança para um cada vez maior investimento privado no nosso concelho.

Da habitação, à instalação de novas empresas e serviços nas mais diversas áreas, é por todos nós notório o crescimento que a Covilhã apresenta com investimento público e privado, numa garantia de futuro sustentável, onde o Partido Socialista está empenhado em contribuir de forma responsável no desenvolvimento de uma Covilhã mais atrativa e mais bem preparada para os desafios que se avizinham, sem demagogia nem muito menos de menorização da Covilhã e dos Covilhanenses tal como recorrentemente vemos o PSD e o CDS da Covilhã fazer e na qual a maioria dos covilhanenses não se revê.



Covilhã, 19 de dezembro de 2022

1.3 – Intervenções - PAOD

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Sr. Presidente da Câmara,
Sras. e Srs. Vereadores,
Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
Presidentes de Junta de Freguesia,
Comunicação Social,
Estimadas e Estimados concidadãos,
Minhas senhoras e meus senhores,

O **Despacho 6460/2021 de 1 de julho**, enuncia os objetivos do **Plano Ferroviário Nacional (PFN)**.

Esses objetivos e passo a citar “fornecem já um mandato bastante claro para a elaboração do PFN e dos aspetos que deverá abordar. Destacam-se, no entanto dois em que é relevante fazer uma concretização adicional.

Cobertura Territorial

A interpretação de quais são os centros urbanos mais relevantes que devem estar ligados à rede ferroviária é fornecida pelo **Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT)**.

O PNPOT identifica, além das duas Áreas Metropolitanas, um conjunto de 26 Centros Urbanos Regionais que constituem a base do sistema urbano do território continental.



Estes centros urbanos incluem todas as antigas capitais de distrito, com exceção de Setúbal, que está incluída na Área Metropolitana de Lisboa.

Quota Modal

De forma a aproximar-se dos melhores padrões europeus, Portugal deverá estabelecer o objetivo de duplicar a quota modal da ferrovia no transporte de passageiros e mercadorias num horizonte indicativo de 2050. Isto significa atingir uma quota modal de:

- 20% do transporte de passageiros;
- 40% do transporte de mercadorias” fim de citação.

Este documento apresenta e muito bem a eletrificação total da rede nacional até 2030, a construção de várias ligações em alta velocidade, assim como a remodelação de várias linhas existentes, mais troços ferroviários e ligações de portos à Europa.

→ Mas como o próprio documento evidência a Covilhã não beneficia em nada com a concretização deste plano, não quer dizer, no entanto, que o mesmo não deva ser concretizado.

Para o transporte de passageiros, o serviço de Intercidades será o melhor que este plano oferece entre a Covilhã e Lisboa, já que para o Porto não haverá Intercidades que passe pela Covilhã, a não ser talvez, na melhor das hipóteses com transbordo na Guarda, mas nem isso está garantido.

Nas reduções de tempo de viagem na linha da Beira Baixa o documento explana o seguinte:

“Após a construção do novo eixo Aveiro – Vilar Formoso, deverá planearem-se um conjunto de intervenções que permita reduzir o tempo de viagem entre Lisboa e a Covilhã. De facto, esta ligação não beneficia, no acesso a Lisboa, com a construção de nenhuma das novas linhas previstas neste Plano.



Desta forma, o objetivo deverá ser um tempo de viagem claramente inferior a 3 horas entre Lisboa e a Covilhã e inferior a 2h15 entre Lisboa e Castelo Branco num serviço Intercidades a funcionar em moldes semelhantes ao atual. Estes são os tempos máximos para que a ferrovia se torne competitiva com a rodovia.

Para obter tais ganhos, será provavelmente necessário contruir algumas variantes ao atual traçado que permitam velocidades superiores e um encurtamento do trajeto em, pelo menos, 30 minutos”.

Mas como as más notícias em relação à Covilhã não ficam só por aqui, este documento também diz no seu ponto **4.3.2 Beira Interior** que “o eixo da Cova da Beira, que liga as cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, é um eixo de mobilidade importante no interior do país. No entanto, a sua densidade não é suficiente para justificar serviços ferroviários de elevada frequência. Ainda assim, a oferta atualmente existente também não parece explorar todas as potencialidades deste eixo”.

Senhor Presidente de Câmara Dr. Victor Pereira, será que uma linha que serve a Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, cidades estas com Estabelecimentos de Ensino Superior e Profissional, além de dezenas de fábricas e serviços, não têm passageiros para um metro de superfície?

É chegada a hora de haver um passe urbano das Beiras ou Beira Interior, que contemple o comboio e transportes urbanos adequados nestas cidades entre as estações ferroviárias e os diversos serviços, deixo-lhe aqui este desafio.

O documento aqui em apreciação no seu ponto **3.5 Articulação com o Transporte Rodoviário** é explícito quando refere que o transporte ferroviário deve ser complementado com o transporte rodoviário urbano para os territórios de baixa densidade.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and a smaller one below it.

Mas como nem tudo é mau, a nossa vizinha cidade da Guarda por intermedio dos seus autarcas conseguiu e muito bem um terminal ferroviário, porto seco, que a colocam numa posição geográfica estratégica entre os portos do mar de Leixões e Aveiro, assim como do porto seco de Salamanca.

Já aqui na nossa Covilhã não há força política ou talvez vontade em trazer para o parque industrial do Tortosendo um terminal ferroviário de mercadorias, resta-nos quiçá, que o comboio turístico previsto para a linha da Beira Baixa e que termina em Castelo Branco, possa vir até à Covilhã, desta forma e atendendo à baixa velocidade de circulação que a linha impõe, sempre os turistas se podem vislumbrar com a magnífica paisagem da Cova da Beira tendo a nossa Serra da Estrela como ex-libris.

Disse

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Luis Rodrigues



Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Estimados colegas Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Conforme previsto, o Governo de Portugal apresentou no mês passado o Plano Ferroviário Nacional, colocando agora para discussão pública aquele que será o principal instrumento de planeamento da rede ferroviária nacional. Na última sessão desta Assembleia Municipal, estive exatamente neste local a referir os méritos da criação deste plano, salientando a importância da aposta na ferrovia como resposta a vários problemas que a nossa sociedade enfrenta, desde os recursos energéticos à sustentabilidade ambiental. Na mesma altura deixei também claro que, para o caso português, apenas um plano com uma cobertura abrangente do território nacional e que sirva de arma no combate às assimetrias territoriais seria verdadeiramente útil ao país.

O desígnio da Coesão Territorial não é alcançado apenas com teoria e palavras bem intencionadas. É nestes documentos, estruturantes para o nosso futuro enquanto país, que a Coesão Territorial tem de ser praticada e considerada absolutamente prioritária, sob risco de, dentro de poucas décadas, termos um Portugal ainda mais “à beira-mar plantado” e em que tudo o resto é vazio. Por isso, o mérito de uma acessibilidade para o interior nunca pode ser apenas medido em termos de rentabilidade financeira, numa análise totalmente numérica e baseada em lucros. Numa crise demográfica como aquela com que o nosso território se debate, a lógica não pode ser as “Pessoas puxarem pelos Grandes Investimentos”, mas sim o inverso: “Os Grandes Investimentos puxarem pelas Pessoas”. E não é isso que vemos no plano apresentado.

O Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território identifica 10 Centros Urbanos Regionais no interior do país que servem como pólos de desenvolvimento de mais de metade de Portugal. Não nos parece então aceitável que, por exemplo em termos de Linhas de Alta Velocidade, apenas três destes Centros Urbanos, no máximo, venham a ser abrangidos pela rede. Os 5 Centros Urbanos Regionais da Beira Baixa e Trás-os-Montes são totalmente excluídos destas ligações e, como áreas fronteiriças que são, seria previsível o

impacto positivo em termos de desenvolvimento económico que estas linhas poderiam acarretar.

Mesmo em termos de linhas convencionais, o plano fica muito aquém do que as populações do interior, e nomeadamente da nossa região, esperariam. Por exemplo, no que diz respeito à linha da Beira Baixa, e apesar dos vários contributos dados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Covilhã, alertando para a necessidade de investimento nesta linha, o PFN limita-se a reconhecer que, sem obras, a viagem Covilhã-Lisboa de comboio nunca será competitiva em relação ao automóvel. Aliás, no que diz respeito à ligação Covilhã-Lisboa, o próprio plano é peremptório, e cito: “De facto, esta ligação não beneficia (...) com a construção de nenhuma das novas linhas previstas neste plano”. Posto isto, a nossa tomada de posição contrária ao Plano Ferroviário Nacional apresentado só pode ser considerada como natural.

Um dos únicos pontos do PFN que reconhecemos como positivo para a nossa região é a priorização do transporte de mercadorias na Linha da Beira Alta. Esta linha está inclusive identificada em planos ferroviários europeus como fundamental para transporte de mercadorias até Lisboa, pelo que a sua duplicação em LAV entre Aveiro e a Guarda faz todo o sentido até como forma de descongestionamento da linha convencional, conforme o plano sustenta. No entanto, o problema do tráfego não fica resolvido nos mais de 200km que ligam a Guarda a Medina del Campo, em Espanha, pelo que nos parece que deveriam ser estudadas outras alternativas ao transporte de passageiros desta linha até Madrid, que possam ao mesmo tempo melhor servir os núcleos urbanos do interior.

Em suma, na nossa opinião o Plano Ferroviário Nacional, tal como está, não serve de todo os interesses da nossa população e do país, tendo sido ignorados os variados contributos relativos à ferrovia aprovados nesta assembleia municipal ao longo dos últimos 10 anos. No entanto, uma vez que o documento se encontra em discussão pública, procuraremos continuar a contribuir para o seu aperfeiçoamento, na salvaguarda dos interesses das nossas gentes e na esperança que o Governo mostre realmente abertura para a sua modificação.

f
H
R

= VOTO DE LOUVA =

PASSARAM 13 ANOS DESDE QUE ASSUMIU
O CARGO DE PRESENTE DA FEDERAÇÃO DE
DESPORTOS DE INVERNO DE PORTUGAL.

CHEGOU COMO INCOGNITO E PASSADO ESSE
TEMPO DEIXA UMA FEDERAÇÃO ONDE O NOME
DA NOSSA COLHEITA FOI LEMBRADO BEM LONGE.
NÃO ESQUECEMOS AS MISSÕES OLÍMPICAS,
OS INVESTIMENTOS LEMBRANDO A CABO, UMA DINÂMICA
DE TRABALHO NAS MÃOS DIVERSAS MODALIDADES
DE DESPORTOS DE INVERNO.

HOJE TEMOS UMA FEDERAÇÃO ^{NACIONAL} QUE É RESPEITADA,
QUE É RECONHECIDA A NÍVEL INTERNACIONAL.

PELO AUTO MATRIZADO QUE FAZ PELA FEDERAÇÃO,
QUE ELEVOU O NOME DA NOSSA COLHEITA DO
NOSSO PORTUGAL, APRESENTO O PRESENTE

VOTO DE LOUVA AO DR. PEDRO FARROWER.



Handwritten initials/signature

Moção

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 19 de dezembro de 2022, considera o deficiente funcionamento dos CTT, nomeadamente as suas obrigações de Serviço Público, mais um prejuízo substancial para as populações, empresas e instituições do nosso território.

Verificam-se habitualmente atrasos do correio que deixou de ser distribuído numa base diária. São dias e às vezes semanas para receber uma carta.

Os avisos são deixados na caixa do correio e, sem qualquer contacto e os vales de correio de pensões e reformas que, ao chegarem atrasados, criam problemas aos seus titulares para os seus compromissos regulares (medicamentos, água, luz, gás, etc).

A Assembleia Municipal da Covilhã, exige à administração dos CTT que cumpra com os investimentos necessários, enquanto serviço público, que o serviço seja prestado com a qualidade que sempre caracterizou os CTT, que assegure a distribuição diária do correio e às entidades fiscalizadoras (ANACOM) que assegure e garanta que o serviço público postal é cumprido de acordo com o interesse público e das populações.

Sendo aprovada, esta Moção, deverá ser enviada à Administração dos CTT, à ANACOM, ao Senhor Primeiro-ministro, aos grupos Parlamentares da Assembleia da República e ao Senhor Presidente da República.

Os proponentes:

Vitor Reis Silva

Handwritten signature of Vitor Reis Silva

Hélio Fazendeiro

Handwritten signature of Hélio Fazendeiro

VICTOR TORRES FERREIRA

Handwritten signature of Victor Torres Ferreira

Handwritten signature: Hugo Ferreira do Rego

Handwritten signature



Período de antes da Ordem do Dia

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e destinta mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal e respeitável Vereação,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia,
Prezados funcionários do Município,
Senhoras e Senhores jornalistas,
Estimado público,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nos últimos meses, o Município da Covilhã foi palco de diversas iniciativas de relevo, nomeadamente a “*Covilhã Creative Week*”, um evento que ocorreu no âmbito do plano de ação da Covilhã, Cidade do Design e que incidiu sobretudo na sensibilização da importância da criatividade associada ao design e enquadrado nos três eixos fundamentais da Estratégia Regional da Cultura 2030: a Cultura, a Criatividade e a Resiliência dos Territórios, que contou com residências artísticas, várias conferências no domínio da acessibilidade à cultura, criatividade na salvaguarda do património industrial, ambiente, sustentabilidade, concertos, exposições e que terminou com a inauguração do Museu da Covilhã pelo Ministro da Cultura Pedro Adão e Silva.

Um espaço de reconhecida importância que reafirma e consolida a nossa identidade coletiva, onde nós Covilhanenses podemos revisitar o passado, os turistas que nos visitam têm oportunidade de conhecer aprofundadamente o chão da terra que pisam e os estudantes que cá habitam aprendem as raízes da cidade que os acolheu.

O evento " *Jobs for the Future* ", em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Santa Casa da Misericórdia da Covilhã (SCMC) e Associação Académica da Universidade da Beira Interior (AAUBI), num momento que promoveu a aproximação da comunidade ao mercado de trabalho e pôs em contacto direto empresas e pessoas, promoveu o desenvolvimento de soft *skills*, cada vez mais importantes aos dias de hoje, através de palestras e partilhas de conhecimento.

Por último, destaco também o Natal com arte, uma iniciativa que também assinala o momento simbólico do ligar das luzes de Natal, amplia o movimento no centro da cidade, promove convívios entre diferentes gerações e permite a divulgação de produtos endógenos e artesanais através do mercado que temos nas arcadas do município, não podendo deixar de mencionar a Partilha do Bolo Nevão entre a comunidade, reforçando precisamente a importância do valor da partilha, presença e união que nesta quadra natalícia são sempre reforçados.

Isto demonstra o dinamismo e vitalidade que o executivo do Partido Socialista na Câmara Municipal põe em prática desde o início da sua governação.

E é justamente neste ponto que irei terminar a minha intervenção, relembrando que o exercício da governação é estimulante, precisamente porque se não existissem desafios constantes, alguns inesperados que por vezes trocam a ordem de prioridades já definida e existisse um botão que resolvesse todos os problemas existentes, provavelmente não seria necessária a existência de decisores políticos, não estaríamos aqui hoje, ou até estaríamos, mas por motivos diferentes.

Um exercício de governação tem de estar apoiado num plano de desenvolvimento estratégico que resolva os desafios do passado, pense nos desafios do presente e projete os do futuro.

E contrariando grande parte da oposição, principalmente à direita do Partido Socialista, o executivo municipal tem vindo a desempenhar um papel de excelência na gestão dos destinos do Município.

Conseguir pagar dívidas e investir na cidade através do desenvolvimento de determinadas áreas estratégicas para o nosso crescimento, como é o caso da cultura e empreendedorismo, entre muitas outras, só se consegue com um projeto político de qualidade que revela a sua eficácia.

Desenganam-se que eu não considero a que oposição não seja importante neste trabalho, considero e muito, mas uma oposição séria e responsável.

E no que diz respeito às declarações que acabei de ouvir por parte da senhora deputada do PPD-PSD, deixe-me que lhe diga o seguinte:

Para mim é difícil de compreender como é que na Assembleia Municipal anterior ouvimos aqui uma explicação detalhada do Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários da Covilhã e aplaudimos de pé as suas palavras, que continham um agradecimento à atuação do Município, à atuação de diversas entidades dirigidas na altura por Vereadores da oposição, individualidades, Associações, Coletividades e Juntas de Freguesia que ajudaram no combate ao incêndio e depois, por assistirmos a uma reportagem, sem cara, trazemos outra vez este assunto a esta Assembleia com o objetivo de retirar dividendos políticos de um problema sério e que é de todos.

Reitero aqui também a minha felicitação ao sr. Secretário de Estado Nuno Fazenda, Covilhanense, e não posso deixar de demonstrar alguma admiração pelas declarações do deputado Adolfo Mesquita Nunes, questionando-o se o desafio que lhe propõe demonstra o arrependimento por daqui ter retirado a delegação do Turismo Centro de Portugal que o desafia a restituir.



Transportes no Concelho da Covilhã

O concelho da Covilhã continua à espera da tão apregoada revolução no transporte publico.

Primeiro um concurso publico, que apesar dos avisos, nunca mais acabava e a proposta vencedora é simplesmente quem tem mais bicicletas e trotinetas, mas enquanto se andava nisto o município gastava centenas de milhares de euros acima do que era previsto para manter um serviço nas mãos de privados quando com esse dinheiro podia perfeitamente ter assumido o serviço, e só não o fez porque não tem a vontade política de o fazer.

Enquanto isso os elevadores não funcionavam nem eram arranjados pois faziam parte do contracto, mas até hoje continuam na mesma, os horários e frequência dos autocarros estão desfasados das necessidades da população como por exemplo:

Horário de saída e entrada dos trabalhadores do hospital.

Horário de saída dos alunos da UBI no polo do Ernesto Cruz.

Numero de veículos que fazem os circuitos das escolas secundárias pela manhã.

Coisas tao simples, como o veiculo que volta para trás no fim do Tortosendo, em vez de virar junto ao Bairro do Cabeço, fazendo para isso uma manobra mais perigosa podia, como já foi sugerido, virar uns 200 metros mais à frente em perfeita segurança servido melhor as populações, *ou porque existem duas zonas na Vila da Tartaruga.*

E é melhor nem falar das populações de fora da chamada grande Covilhã pois essa então são tratadas como municipais de segunda com um serviço caro e completamente desfasado da realidade.

Isto acontece porquê?

Acontece porque o município assim quer e deixa que aconteça porque se desmarca das suas responsabilidades atribuindo-as a privados ou às CIM's, não aplicando o PART que permitia às populações acesso passes mais baratos ou mesmo quando como entidade gestora não tem qualquer acção junto do prestador de serviço com vista à melhoria do serviço prestado.

E já agora para quando a vinda do Secretário da CIM à Assembleia Municipal de acordo com a deliberação anterior desta casa.

Logo se o serviço é mau, caro e com horários que não servem a população não o vai usar, mas sim o seu veículo próprio, e depois lá temos que conversar do ambiente e das alterações climáticas, horas de ponta e falta de estacionamento.

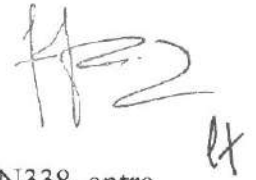
A Câmara Municipal atua na questão dos transportes, como na maioria das coisas, como uma coisa única sem qualquer relação com mais nada na cidade e no concelho.

A cidade e o concelho são como ecossistemas vivos em que uma acção sobre uma parte tem influência em outra e vice-versa, e se quisermos levar a coisa mais alem podemos falar da relação do nosso ecossistema com outros ecossistemas/concelhos.

Enquanto se continuar a pensar nas coisas individualmente e não como parte de colectivo vamos continuar a fazer os mesmos erros, mas nos não temos grandes esperanças pois para tal é necessária vontade política para o fazer, e que até agora não houve, e definitivamente outra política diferente do que é, a quem e para que serve a coisa publica.

Grupo do PCP

Moção de Solidariedade pela EN338



Soubemos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas que a estrada N338, entre Manteigas e os Piornos, será encerrada pela IP - Infraestruturas de Portugal por razões de segurança, considerando o perigo iminente da instabilidade da encosta sul do Vale do Zêzere, consequência do incêndio que deflagrou na Serra da Estrela em Agosto passado.

O período de encerramento previsto não deverá ser inferior a 6 meses, havendo até a possibilidade da N338 permanecer fechada até 2025.

Com o encerramento da EN338, o concelho de Manteigas fica privando do seu acesso principal ao maciço central da Serra da Estrela e a própria circulação na Serra da Estrela fica afetada resultando em avultados prejuízos económicos para o município manteiguense e para a região.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária a 19 de Dezembro de 2022, demonstrar pela atual Moção, a sua solidariedade com o Município de Manteigas e os manteiguenses, e vem requerer junto das instâncias competentes a resolução, com carácter de urgência, dos problemas de segurança identificados pela IP na estrada N338, entre a vila de Manteigas e os Piornos, por forma a que a circulação rodoviária possa ser reposta nesta via no mais curto espaço de tempo possível, uma vez que:

- Esta estrada nacional é a ligação de Manteigas ao ponto mais alto da Serra da Estrela (Torre) e às Penhas da Saúde, e uma das únicas 3 vias rodoviárias que unem a sede de concelho aos municípios vizinhos.
- Atualmente não existe qualquer alternativa a esta estrada que permita ligar de forma direta, Manteigas aos Piornos.
- O encerramento deste troço da N338 impossibilita Manteigas de usufruir devidamente do importante fluxo turístico do maciço central da Serra da Estrela, fundamental para o desenvolvimento económico da vila e do seu concelho, já por si em situação de desfavorecimento no panorama nacional.

Sendo aprovada, esta Moção deve ser endereçada ao Ministério das Infraestruturas e da Habitação, ao Ministério da Coesão Territorial, à Secretaria de Estado do Turismo, Comércio e Serviços e à Infraestruturas de Portugal (IP). Deve igualmente ser dado conhecimento da mesma à Câmara Municipal de Manteigas e à Assembleia Municipal de Manteigas.

Covilhã, 19 de dezembro de 2022



Covilhã, 19 de dezembro de 2022

1.2 REQUERIMENTO – QUESTÕES ESCRITAS SOBRE OS INCÊNDIOS DA SERRA DA ESTRELA

Nos termos e para os efeitos da lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o Regime de Acesso à Documentação Administrativa, e do art.º 33.º e da alínea b) do n.º 1 do art.º 61.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, **o Grupo Municipal do PSD requer que a Câmara Municipal responda às seguintes questões sobre a resposta aos incêndios da Serra da Estrela de 2022:**

- Que apoios o Município já angariou para esta causa?
- Quais as transferências e apoios do Estado já foram chegaram ao município e à Serra da Estrela, no âmbito do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE; <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/83-2022-201509700>)?
- Que tipo de apoio já disponibilizou para candidaturas das freguesias, lesados ou setores especificamente afetados (como é o caso dos agricultores) para fazer face aos prejuízos do incêndio de 2022 na Serra da Estrela?
- Que meios já disponibilizou o executivo *diretamente* às juntas de freguesia e proprietários afetados dos incêndios?
- Já há um levantamento dos meios e recursos existentes em cada freguesia (Juntas de Freguesia e privados) para preparar o verão de 2023?
- Existe um plano estratégico para que, em 2023, existam pontos de água natural em cada localidade e garantias da sua regular limpeza e manutenção?



- Quantas máquinas de rasto ou outras máquinas de apoio aos incêndios adquiriu a Câmara Municipal desde o incêndio de 2022? Quantas pensa adquirir antes do próximo verão?

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes
Vanda Ferreira
Valéria Garcia

Jorge Vaz
Luis Rodrigues



H
A
H
2

Voto de Congratulação
19 de Dezembro de 2022

Voto de congratulação pela classificação como Monumento de Interesse Público da Fábrica de António Estrella/Júlio Afonso

Em 16 de Novembro de 2022 foi publicada em Diário da República a Portaria nº 795/2022 que classificou como monumento de interesse público a Fábrica de António Estrella/Júlio Afonso, situada na Travessa do Ranito, na Covilhã.

O edifício remonta a 1853 e foi erguido sobre preexistências fabris dos séculos XVII e XVIII que terão constituído a primeira manufatura de lã do país., sendo «indissociável do amplo edificado industrial da cidade, convivendo com as ribeiras da Carpinteira e da Goldra, em grande parte responsáveis pela fixação destes engenhos no local».

“Embora tendo sofrido diversas adaptações ao longo dos anos, a Fábrica de António Estrella, posteriormente adquirida pelo industrial Júlio Afonso, é uma das poucas que chegaram intactas até aos nossos dias, tendo-se mantido em laboração contínua até 2002, conservando ainda a quase totalidade da sua maquinaria”, acrescenta o documento de classificação.

O edifício recebe agora a Associação Cultural New Hand Lab, sendo um espaço que promove a criatividade, a inovação e o empreendedorismo através da concretização de ideias, produtos e iniciativa.



Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã, propõe que a Assembleia reunida no dia 19 de Dezembro de 2022 delibere aprovar um voto de congratulação pela classificação como Monumento de Interesse Público da Fábrica de António Estrella/Júlio Afonso e de saudação aos proprietários do edifício e do espólio pelo cuidado na sua manutenção, organização e revitalização sendo-lhes remetido este voto.

Os membros do grupo do CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã,

Adolfo Mesquita Nunes, Joana Petrucci Rocha, António Freitas

PROPOSTA

VOTO DE LOUVOR

Recentemente o Covilhanense Fernando Manuel Silva Parente foi nomeado como responsável pela área de Desenvolvimento para o Desporto Universitário a nível Mundial e para o Programa "Campus Saudável" da FISU – Federação Internacional de Desporto Internacional, em mais um importante reconhecimento pelo seu trabalho em prol do desenvolvimento do Desporto aos mais diversos níveis, em especial do Desporto Universitário.

Nascido na Covilhã, a 3 de Janeiro de 1968, e com a qual mantém uma profunda relação sentimental em especial com a freguesia de Unhais da Serra, Fernando Parente tem dedicado a sua vida ao desporto, com especial enfoque na relação entre a prática desportiva e o sucesso académico, enquanto docente universitário, consultor e gestor desportivo.

Com mais de 30 anos de atividade, ao longo da sua vida profissional e associativa integrou diversos organismos de relevante importância na definição de estratégias para o desenvolvimento do Desporto em Portugal e Internacionalmente. Entre outras funções, Fernando Parente foi Membro da Comissão Executiva da Federação Internacional de Desporto Universitário, Membro da Comissão Executiva da Associação Europeia de Desporto Universitário, Vice-Presidente do Sporting Clube de Braga, Diretor dos Serviços Desportivos da Universidade do Minho, tendo em 2017 sido reconhecido como Gestor Desportivo do Ano pela Associação Portuguesa de Gestão do Desporto. Atualmente é ainda Membro do Conselho Nacional do Desporto e Presidente da Associação Portuguesa de Gestão do Desporto.

Desta forma, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de louvor ao Covilhanense Fernando Manuel Silva Parente pelo seu inestimável contributo para o desenvolvimento do Desporto a nível Nacional e Internacional.

Afonso Gomes
Vânia News

Vitorio
Januario
Luiz Mendes
Antonio

Proposta de Voto de Louvor

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem congratular e propor um voto de louvor a Ricardo Nora, presidente da Associação Académica da Universidade da Beira Interior durante os últimos três anos e eleito, no passado mês de outubro, presidente da Federação Académica de Desporto Universitário.

Não sendo natural da cidade da Covilhã, é inegável a relevância da nossa cidade no seu percurso, da mesma forma que é inegável o contributo deste jovem na dinamização da academia que presidiu e, consequentemente, na cidade que o acolheu.

Licenciado em Gestão e aluno da pós-graduação de Contabilidade e Finanças, bem como do mestrado em Engenharia e Gestão Industrial na UBI, dirigiu ainda a Comissão Organizadora das Fases Finais dos Campeonatos Nacionais Universitários que decorreram nas cidades da Covilhã e Fundão no ano de 2021.

O grupo do PSD considera que o envolvimento juvenil no associativismo é o prefácio de uma participação ativa em sociedade. O louvável empenho e dedicação do jovem Ricardo Nora até à data, faz-nos acreditar que o desafio que agora enfrenta será mais um passo em direção a um futuro brilhante.

Pelo seu contributo em prol da Associação Académica da Universidade Beira Interior e em prol de toda a comunidade académica, bem como em prol da cidade da Covilhã, como justa homenagem e reconhecimento, apresentamos este voto de louvor.

Deste voto de louvor, será dado conhecimento ao próprio.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Proposta de Voto de Louvor

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem propor um voto de louvor a Joaquim Matias, presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários da Covilhã.

Pelo quarto mandato à frente da associação humanitária, defende que o trabalho deve ser norteado com foco nos operacionais, dando-lhes condições para continuar a fomentar o voluntariado e, de facto, o seu trabalho, dedicação e espírito humanista, aliados às suas qualidades morais e pessoais, têm sido reconhecidas ao longo dos últimos anos e em várias instâncias.

Não obstante a sua reconhecida relevância local, Joaquim Matias foi agora distinguido pela Liga dos Bombeiros Portugueses com a Medalha de Serviços Distintos, grau ouro, como reconhecimento do seu trabalho à frente da corporação covilhanense.

Pelo seu contributo em prol da corporação dos Bombeiros Voluntários da Covilhã e da comunidade covilhanense, como justa homenagem e reconhecimento, apresentamos este voto de louvor.

Deste voto de louvor, será dado conhecimento ao próprio.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'H2' and other illegible marks.

Proposta de Voto de Louvor

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem congratular e propor um voto de louvor ao jovem Pedro Gouveia.

Jovem covilhanense, com caráter empreendedor e dinâmico, realizou toda a sua formação académica na cidade que o viu nascer e liderou no passado mês de novembro o TEDxCovilhã, num modelo TED talk, mundialmente reconhecido e com grande impacto na comunidade.

Consideramos de louvar o esforço, dedicação e foco do Pedro que, com 26 anos, liderou uma equipa de cerca de cinquenta jovens e juntou num evento figuras de renome local e nacional, em várias áreas relevantes da sociedade.

Ademais, o Pedro trouxe de volta à Covilhã um evento que não era realizado nesta cidade há onze anos, colocando novamente a sua terra natal e esta “New Generation” - tema da edição de 2022, na vanguarda do conhecimento, inspirando oradores, colaboradores e público-alvo a trabalhar por uma causa comum.

Pelo seu contributo em prol da comunidade, e consequentemente em prol da cidade da Covilhã, como justa homenagem e reconhecimento, apresentamos este voto de louvor.

Deste voto de louvor, será dado conhecimento ao próprio.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Proposta de Voto de Pesar

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu pesar pelo falecimento de Fausto Salvado Ferreira de Abreu, a 13 de dezembro de 2022, com 87 anos de idade.

Figura singular no panorama desportivo e associativo da nossa cidade e região, destaca-se o seu contributo enquanto presidente do Clube Nacional de Montanhismo, numa época em que a promoção do desenvolvimento de desportos de montanha assumia parco destaque na sociedade, não obstante o reconhecido interesse que atualmente lhe é reconhecido.

Não obstante a sua naturalidade ser distante da Covilhã, foi nesta cidade que se fixou e desempenhou um papel político de grande relevância enquanto membro da Assembleia Municipal da Covilhã.

Pelo contributo na comunidade e na nossa cidade, os membros desta Assembleia pelo grupo do PSD apresentam este voto de pesar, apresentando sentidas condolências aos familiares enlutados, amigos e a todos os que sentem profundamente a sua ausência, devendo-lhes ainda ser dado conteúdo do teor do presente voto.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Proposta de Voto de Pesar

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu pesar pelo falecimento de José Manuel Pinto, a 15 de dezembro de 2022, com 83 anos de idade.

Natural da vila do Tortosendo, foi presidente do Sporting Clube da Covilhã na época de 1977/1978, uma temporada conturbada em que a equipa participava na Zona Centro do Campeonato Nacional 2ª divisão e ficou em sétimo lugar.

Ainda no âmbito do desporto, o seu profundo interesse e dedicação, fizeram com que fosse, durante vários anos, diretor do clube serrano da sua cidade natal.

O impacto do movimento desportivo da Covilhã na sociedade covilhanense é inegável, sendo de louvar aqueles que manifestam a coragem e determinação de lhe dedicar parte da sua vida.

Pelo contributo na comunidade e na nossa cidade, os membros desta Assembleia pelo grupo do PSD apresentam o voto de pesar a este concidadão, apresentando ainda sentidas condolências aos familiares enlutados, amigos e a todos os que sentem profundamente a sua ausência, devendo-lhes ainda ser dado conteúdo do teor do presente voto.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Partido Socialista (Doc. 24)
H=2H
K

Voto de Pesar

Faleceu, no passado mês de novembro com 92 anos, o Senhor Manuel dos Santos Romano.

O Senhor Manuel Romano, mais conhecido por “Manuel Tarzan”, é natural da Covilhã, foi um distinto operário têxtil e uma figura icónica da nossa comunidade.

À semelhança de muitas das crianças da sua geração, começou a trabalhar, com apenas 12 anos, na Fábrica Barata & Filhos como aprendiz de tecelão, começando a tecer aos 14 anos.

Mais tarde, e já como tecelão, trabalhou em fábricas de outros concelhos. De regresso à Covilhã, e já como Mestre, trabalhou para a Fábrica Alberto Roseta & Irmão. Tentou a sorte na emigração para a América, sempre no âmbito dos lanifícios, regressando mais tarde à sua Covilhã.

Em 2018, no âmbito das celebrações do 148º aniversário do Dia da Cidade, foi homenageado pela Câmara Municipal da Covilhã, com a distinção de Medalha de Mérito Municipal, categoria prata.

A Assembleia Municipal da Covilhã, manifesta no presente voto o seu profundo pesar pelo seu falecimento e endereça à família sentidas condolências pela perda do seu ente querido.

Covilhã, 19 de dezembro de 2022



Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã e restantes membros da Mesa,
Sr. Presidente da Câmara,
Sras e Srs Vereadores,
Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
Sras e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia,
Sras e Srs. Diretores de Serviços da Câmara Municipal
Comunicação Social,
Minhas senhoras e meus senhores,

A desagregação de freguesias é um tema sensível, cujo debate é essencial, mas, na nossa opinião, já manifestada há muito tempo, deve ser feito no maior respeito pela opinião e vontade das populações envolvidas e afetadas por este facto.

Não será demais recordar que este processo foi iniciado na sequência da reorganização administrativa de Lisboa que António Costa, enquanto presidente daquela edilidade, pretendia levar a cabo e que serviu de base para a negociação do Memorando de entendimento feito pelo governo Sócrates/Costa, tendo sido depois implementado pelo governo do PSD/CDS, com a lei vigente acordada entre PSD e PS.

Posto isto e perante factos, o PSD Covilhã sempre se manifestou ao lado das populações e manteve a coerência da sua posição ao longo do tempo.

Nesta assembleia, o PSD Covilhã manifestava pela voz do Sr. Prof Bernardino Gata e passo a citar trechos da ata da Assembleia Municipal do dia 8/6/2012, *“a posição da Assembleia Municipal foi logo de rejeição, afirmando que o documento tinha graves lacunas, erros de análise graves e tinha dados viciados ou enganosos. Mas o*



problema surgiu porque, na discussão do Memorando de Entendimento, o Partido Socialista aceitou e propôs a extinção de Freguesias. O atual Governo subscreveu o Memorando de Entendimento, estando agora a fazer cumpri-lo.

A Lei foi promulgada pelo Senhor Presidente da República, tem que ser cumprida.” (fim de citação)

Ainda nesta Assembleia propôs a criação de um grupo de trabalho que encontrasse forma de minimizar os efeitos negativos da lei.

Joaquim Matias, considerava que o caminho tinha sido feito ao contrário e que sabia da necessidade de reorganização do território, considerando-a importante e urgente, mas manifestou-se contra a extinção de qualquer freguesia rural.

Falava-se nesta data da pronúncia favorável à agregação das freguesias urbanas, mas literalmente contra a extinção de freguesias rurais.

Igual posição defendida na Assembleia Municipal Extraordinária de 23/11/2012, pelos membros da AM, eleitos pelo PSD, Bernardino Gata e Francisco Moreira.

A 30/06/2015, o PSD vota favoravelmente um projeto-lei do PCP, mantendo a posição anteriormente defendida usando uma expressão e cito Francisco Moreira:

“Alguma tolerância relativamente às Freguesias na Cidade, a Cidade da Covilhã poder ter somente uma Freguesia, mas quanto às Freguesias Rurais ZERO” (fim de citação)

Na verdade, tratavam-se de dois projetos-lei da iniciativa do PCP;

O Projeto-lei nº 949/XII - Criação da Freguesia de Ourondo e o Projeto-lei nº 950/XII - Criação da Freguesia de Casegas.

E porque na defesa dos interesses das pessoas e das populações se mantém a coerência de posições, permitam-me voltar a citar as



palavras de justificação do sentido de voto do PSD, ditas por Francisco Moreira:

“Porque entendemos que o poder mais próximo das Populações resolve muitos problemas, traz economia no plano da administração directa de determinadas obras e ajuda a própria Sede do Município relativamente à gestão do próprio território. Porque consideramos importante deixar isto claro, para que não haja dúvidas, a nossa posição vai ser de votar favoravelmente esta proposta que vem aqui hoje, independentemente da coloração política que ela tem.” (fim de citação).

Mais recentemente, em 29/12/2021, Vanda Ferreira, eleita pelo PSD nesta Assembleia, recordou a necessidade de analisar e avaliar a implementação das medidas em qualquer processo reformista, bem como a abertura necessária a ajustamentos e retificações a realizar num processo implementado em 2013, facto que originou a discussão da lei quadro que permitiu que estejamos, hoje aqui, a deliberar estes factos e que contou também com o voto favorável do PSD.

Por tudo o exposto e porque mantemos a posição de acompanhar os anseios das populações e as suas deliberações, seremos coerentes na votação deste ponto da ordem de trabalhos.

Disse,

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Jorge Vaz

Reposição da Freguesia do Peso e da Freguesia de Vales do Rio com base na lei 39/2021
artigo 25.

Ex. mos. Sr. (s)

Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã;
Presidente e membros da CMC
Membros da Assembleia Municipal da Covilhã;

Presidentes de Junta de Freguesia;

Jornalistas;

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Venho em nome de todos os Pesenses e Valrienses apresentar a proposta para a desagregação da União das Freguesias do Peso e Vales do Rio, com base na lei 39/2021 de 24 de junho no seu artigo 25ª, que permite corrigir a agregação de freguesias decorrente da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio e da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro;

Desde já queremos agradecer a todos os que contribuíram para a elaboração da proposta de desagregação da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio, em especial ao Dr. Tiago Serrão, Dr. Júlio Costa e Dr. José Batista. O nosso grande Bem Haja.

Ouvimos a população em duas sessões uma no Peso e Outra em Vales do Rio, onde nos foi transmitido as suas vontades.

Ambas as populações manifestaram à vontade para que se fizesse a reposição das freguesias, por unanimidade.

Sendo assim passo a ler o enquadramento da nossa proposta e a sua fundamentação:

- A) A norma legal acima citada refere que a sua aplicação depende da demonstração de que a agregação imposta pela reforma de 2013 padece de um “erro manifesto e excecional que cause prejuízo às populações”;
- B) Para este efeito, a Proposta demonstra, de modo exemplar, que existem diversos vícios – pelo menos, cinco – que contaminam, de forma irremediável, a reforma de 2013, justificando integralmente que a agregação da Freguesia de Peso e da Freguesia de Vales do Rio constitui uma opção legislativa errada que prejudicou seriamente as populações;
- C) Conforme bem elencado e fundamentado na Parte III da Proposta, estes vícios são:
 - i) **Desconsideração dos objetivos e princípios da reorganização administrativa territorial autárquica;**
 - ii) **Violação da identidade histórica e cultural das freguesias;**

ADAJ
H

- iii) **Omissão de consideração das necessidades reais das populações resultantes da natureza rural e da composição etária de Peso e de Vales do Rio;**
- iv) **Perturbação da representatividade das populações nas freguesias; e**
- v) **Violação da vontade popular autárquica;**
- D) O estudo realizado na Proposta a propósito da identificação e da análise destes vícios está baseado numa abundância de factos objetivos, bibliografia e contributos doutrinários;
- E) Nestes termos, ~~conclusão~~ não tem qualquer dúvida de que a agregação da Freguesia de Peso e da Freguesia de Vales do Rio constitui manifestamente um erro cometido pelo legislador na reforma de 2013, sendo totalmente legítima, por isso, a mobilização do procedimento consagrado no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, para a desagregação da União das Freguesas de Peso e Vales do Rio;
- F) Por força da conjugação entre o disposto no artigo 25.º e o disposto no artigo 10.º da Lei n.º 39/2021, a procedência de uma proposta de desagregação de freguesia depende do preenchimento de um conjunto de requisitos;
- G) A este propósito, a nossa proposta também tem pleno êxito em demonstrar o cumprimento destes requisitos legais;
- H) Desde logo, está reunido o requisito previsto no n.º 1 do artigo 10.º, porquanto a Proposta está subscrita por mais do que um terço dos membros da Assembleia de Freguesia;
- I) Além disso, a Parte IV da Proposta justificou plenamente a satisfação dos seguintes requisitos elencados no n.º 2 do artigo 10.º:
- i) Denominação das freguesias a criar:
- **Freguesia de Peso;**
 - **Freguesia de Vales do Rio.**
- ii) Delimitação territorial:
- **Adoção da mesma delimitação territorial vigente para ambas as freguesias antes da agregação de 2013, em cumprimento da condição prevista no n.º 3 do artigo 25.º, que exige a observância das condições que existiam antes da agregação.**
- iii) Sede:
- **Peso: Avenida Furriel Militar Aníbal J. P Casteleiro, n.º 28, 6200-603 Peso;**
 - **Vales do Rio: Rua Santo António n.º 2, 6200-811 Vales do Rio.**
- iv) Demonstração do cumprimento dos critérios materiais previstos nos artigos 5.º a 7.º da Lei n.º 39/2021, com exceção do n.º 2 do artigo 6.º e no n.º 2 do artigo 7.º (por força do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 25.º):
- **Peso: a Parte IV.I da Proposta fundamentou cabalmente que a Freguesia de Peso a criar/repôr estará dotada dos recursos humanos, equipamentos e serviços necessários para garantir prestação de serviços à população (artigo 5.º), terá viabilidade económico-financeira (artigo 6.º, n.º 1) e terá uma densidade populacional que cumpre o requisito do n.º 1 do artigo 7.º;**

— **Vales do Rio: a Parte IV.II da Proposta logrou fundamentar, da mesma forma, a legitimidade da criação/reposição da Freguesia de Vales do Rio;**

J) Ademais, a Proposta está acompanhada de um conjunto de anexos que contém, entre outros:

- i) **Mapa à escala 1:25 000 da área da Freguesia de Peso;**
- ii) **Mapa à escala 1:25 000 da área da Freguesia de Vales do Rio;**
- iii) **Mapa à escala 1:25 000 da União das Freguesias de Peso e Vales de Rio;**
- iv) **Inventário dos bens móveis e imóveis, universalidades, direitos e obrigações da União das Freguesias de Peso e Vales de Rio, com indicação aqueles que serão transferidos, respetivamente, para a Freguesia de Peso e para a Freguesia de Vales do Rio; e**
- v) **Indicação do número de trabalhadores, respetivas carreiras profissionais, remunerações e encargos sociais das freguesias de origem a transferir para as duas freguesias;**

L) Tal demonstra, assim, a total satisfação do último requisito previsto na Lei n.º 39/2021 (constante do n.º 3 do artigo 10.º) para a instrução de uma proposta de desagregação de freguesia destinada à correção de erros cometidos pela reforma de 2013;

M) De todo o modo e sem conceder, refira-se que, mesmo que não se aplicasse o procedimento especial do artigo 25.º da Lei n.º 39/2021 (hipótese que se coloca em mero benefício de raciocínio), a Proposta está dotada da robustez que justifica a total conformidade da desagregação em apreço com o regime geral de criação de freguesia constante do Capítulo II da Lei n.º 39/2021;

N) Com efeito, estão demonstrados que a desagregação em equação cumpre igualmente:

i) **O n.º 2 do artigo 6.º, tendo em conta que, com base num juízo de prognose assente nos dados reais históricos, é racional prever-se que a Freguesia de Peso, bem como a Freguesia de Vales do Rio serão destinatárias de uma participação no FFF com valor superior a 30% daquele atribuído atualmente à União das Freguesias de Peso e Vales do Rio;**

ii) **O n.º 2 do artigo 7.º (critério território), uma vez que as informações oficiais (juntas na Proposta como anexos) evidenciam que tanto a Freguesia de Peso, como a Freguesia de Vales do Rio têm uma área inferior a 25% do Município da Covilhã, sendo certo que o território das duas freguesias é contínuo; e**

iii) **O artigo 8.º (critério da história e identidade cultural), sobretudo considerando que, por um lado, a constituição da Freguesia de Vales do Rio, consubstanciando uma “desanexação” da então “Aldeia Vales do Rio” da Freguesia de Peso, consiste numa “conquista de paz” dos residentes de Vales do Rio e dos demais residentes da antiga Freguesia de Peso; e que, por outro lado, a Freguesia de Peso e a Freguesia de Vales do Rio têm identidades cultural-religiosas distintas, para além das diferenças a nível das respetivas atividades económicas principais, gastronomias e festas populares;**

O) Tudo visto, a Proposta está plenamente fundamentada de acordo com os requisitos legais aplicáveis previstos nos artigos 10.º e 25.º da Lei n.º 39/2021, sendo totalmente viável e legítima a desagregação da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio, reconstituindo a

Freguesia de Peso e a Freguesia de Vales do Rio extintas indevidamente no âmbito da reforma de 2013.

Por fim, hoje chegou o momento de votarmos a proposta para a Desagregação da União das Freguesias do Peso e Vales do Rio, no entanto queremos aqui deixar bem claro que a mesma tem ainda que ser aprovada na Assembleia da Republica, esperamos que seja respeitada a vontade das populações do Peso e de Vales do Rio e assim se repor a Freguesia do Peso e a Freguesia de Vales do Rio.

Covilhã 19 de dezembro de 2022

O Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias do Peso e Vales do Rio

(Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro)



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 19-12-2022

[Handwritten initials and marks]

Desagregação de Uniões de Freguesia

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Em primeiro lugar quero cumprimentar as populações das oito freguesias envolvidas nas quatro propostas de desagregação de Uniões de Freguesia.

Cumprimentar, também, os eleitos das Assembleias de Freguesia e Juntas de Freguesia envolvidos, que entenderam devolver a Junta de Freguesia à suas populações.

Populações e eleitos que estiveram contra a agregação promovida por um governo do PSD/CDS que deveria governar para o povo e não contra o povo.

Recordo que, neste órgão, Assembleia Municipal, em 2012, em nome do PCP, apresentei a nossa posição contra a agregação de qualquer freguesia no nosso Concelho. *Dissemos e não participámos na Comissão Liquidatória de Freguesias, no nosso Concelho.*
Considerámos que era um ataque às populações, um ataque à democracia e um ataque ao poder local. *A Comissão com o apoio do PS, PSD CDS e BE, nesta assembleia, apresentaram a fusão das*
Mais eleitos, significa sempre, mais participação de cidadãos que, na sua freguesia, procuram dar resposta aos problemas existentes na sua comunidade.

*do PS, PSD para a liquidação dos freguesias
- S. Maria
- Espelha
- S. Martinho
- S. Pedro*

O argumento financeiro não tinha nem tem qualquer significado. A democracia também implica custos, temos todos consciência desse

↪ e aí e foi assim lá as freguesias reunidas. o que aconteceu? a União freguesias estas 4 e mais 13 freguesias

Aditórias o princípio da agregação e
vai daí a vtd e o governo PSD/EDS foi
muito longe.

Além já o PS tinha avançado com
a agregação em Lisboa. O PSD/EDS
alargaram ao País.

Mas só agregaram frequências a
autorização local mas frequência fixa nos
permanentes para seguir facturas. Ainda
bem o conflito seria menor.

facto.

Porém, para a criação das CIMs (Comunidades Intermunicipais), com secretários e equipas técnicas a tempo inteiro, **que não são eleitos diretamente pelas populações**, o aspeto financeiro já não interessou.

Dividiram o Distrito de Castelo Branco em três CIMs quando recusaram criar uma Região, no âmbito do processo de Regionalização.

Não desistimos da Regionalização, assim como não desistimos da reposição das freguesias.

Sempre que foi possível apresentámos projetos de lei para a reposição das freguesias agregadas.

O PCP defendeu que deveria ser criado um regime transitório e excecional para a reposição das freguesias de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos.

Neste regime transitório, a reposição de freguesias deveria respeitar sobretudo a posição das populações e dos respetivos órgãos autárquicos.

A obrigação de cumprimento de alguns dos critérios no processo de reposição de freguesias como determina o diploma aprovado, na prática inviabiliza a devolução de muitas freguesias às populações, mesmo que estas o defendam, que é o que está a acontecer neste momento.

Defendemos no âmbito dos projetos apresentados que as populações fossem ouvidas quanto ao “casamento forçado” com as uniões, admitindo que, em alguns casos, o processo era aceite e que, eventualmente, existiam vantagens aceites pela população.

Passados quase dez anos sobre a extinção de freguesias, há muitos

problemas que persistem, problemas que foram criados quando o Governo PSD/CDS decidiu liquidar freguesias, ignorando as posições assumidas pelos órgãos autárquicos, agravando as desigualdades territoriais.

Há populações e autarquias que continuam a não se rever no atual mapa das freguesias e lutam pela reposição das suas freguesias.

Em muitas localidades, as populações e os órgãos autárquicos confrontam-se com inúmeras dificuldades para avançar e concretizar o procedimento que a lei determina para a reposição de freguesias.

Estando a terminar o prazo que a lei estabelece para a entrada dos processos de reposição de freguesias na Assembleia da República, considerando os diversos processos em curso nas freguesias e tendo em conta que a perspetiva de reposição da freguesia na prática só se concretiza no próximo ato eleitoral, o PCP propõe a alteração ao procedimento de reposição de freguesias.

Com o projeto de lei do PCP, apresentado na AR em 16 de Dezembro de 2022, propomos o alargamento do prazo por mais um ano para a entrada dos processos na Assembleia da República, assim como a remoção de obstáculos para a reposição de freguesias, **designadamente a dispensa de fundamentação do erro da extinção da freguesia e a possibilidade de reposição de uma freguesia, mesmo que as demais não o pretendam.**

É evidente que, discordando da atual lei, que exige a fundamentação do erro da extinção da freguesia e todo um processo justificativo de ordem histórico - cultural, religioso, financeiro, equipamentos, etc..etc

Que obrigou os eleitos a reunir com as populações e a organizar processos com cerca de um milhar de páginas...

Vamos aprovar e dar o nosso voto positivo à criação das novas freguesias e esperar que a Assembleia da República aprove o projeto de alteração da Lei, alargando por mais um ano para a entrada de

Handwritten initials and a vertical mark.

processos na AR, dando a possibilidade que outras populações se possam “divorciar” de um “casamento” que nunca desejaram.

Disse



Vitor Reis Silva



COVILHÃ TEM FORÇA

A alternativa existe!
#ContinuamosJunto

a desagregação

2º

Votamos **favoravelmente** pois defendemos nesta Assembleia Municipal o cumprimento da Lei que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de Freguesias, dando voz aos cidadãos residentes nas Freguesias agregadas em 2013, como foi o caso do Ourondo-Casegas, Vales do Rio-Peso, Vila do Carvalho-Cantar Galo, Coutada- Barco e outras.

1º

Em 2012, neste Auditório Municipal, e contra a expectativa da maioria, profetizei discurso e votei CONTRA a Agregação das Freguesias do Concelho da Covilhã, pois tinha, e ainda tenho hoje, opinião diferente para as 4 juntas existente na Cidade, ideia que deixei plasmada no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna, ~~Eng. Paulo Júlio~~, daquela altura, Eng.º Paulo Júlio, do PSD.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Estimados colegas Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como membro recente desta Assembleia Municipal, e da política em geral, quero dizer-vos que sinto especialmente a importância deste momento, histórico, em que estamos prestes a aprovar a devolução de poder autárquico próprio a 8 povoações do nosso concelho. Estamos, fundamentalmente, a corrigir uma tremenda injustiça que foi feita para com estas nossas populações, ao abrigo de uma ideologia baseada em cortes, generalizada e indiscriminada. Pois convém recordar o que nos traz aqui hoje, em 2022, a aprovar estes diplomas de desagregação de freguesias. Porque para nós “desagregarmos”, significa que antes alguém “agregou”.

Há cerca de 10 anos, esta mesma assembleia foi obrigada, por lei, a reduzir o seu número de freguesias, de trinta e uma para vinte e uma, contra a vontade dos nossos concidadãos, mas por vontade do então primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, e do seu ministro Miguel Relvas. Não, não estamos a falar de imposições da troika, nem de memorandos. Eles acreditavam mesmo que o país se desenvolveria extinguindo freguesias contra a vontade das populações. Para quem tiver dúvidas, basta ler a própria lei, de Maio de 2012: “Objetivos da reorganização administrativa territorial autárquica”, alínea a), “Promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local”. Está lá escrito. O Governo PSD/CDS, em 2012, considerava mesmo que a coesão territorial de Portugal e o desenvolvimento local das nossas terras se fazia através da extinção da sua autonomia enquanto poder autárquico. Entre outros fins igualmente delirantes como “promoção de eficiência e de massa crítica nas autarquias locais” e “melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade”. Obviamente que nada disto aconteceu e hoje, graças a uma proposta de lei apresentada pelo Partido Socialista, iremos poder reverter 4 dos processos de agregação.



Queremos aproveitar para congratular as equipas que coordenaram os processos de desagregação, na pessoa dos senhores presidentes de junta Rui Amaro, César Craveiro, Vítor Fernandes e Pedro Leitão, que souberam ouvir as suas comunidades e prestaram mais um importante serviço para com elas, através da formalização destes processos complexos dentro dos prazos legais. Um reconhecimento especial às gentes do Peso, Vales do Rio, Casegas, Ourondo, Barco, Coutada, Cantar-Galo e Vila do Carvalho, por se mostrarem exemplarmente unidas no divórcio, facilitando a concretização da reposição da autonomia autárquica de cada uma delas.

Por último, fazemos igualmente votos para que a equipa encarregue do processo de desagregação da união de freguesias da Covilhã e Canhoso consiga chegar a bom porto, conferindo autonomia autárquica na medida da vontade da sua população, podendo contar com o total apoio da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã no que considerar necessário.

19.12.2022 - Sessão ordinária da Assembleia Municipal da Covilhã.

Intervenção do Presidente da Junta das freguesias de Casegas e Ourondo, sobre a proposta de desagregação de Casegas e Ourondo, ao abrigo da Lei 39/2021, de 24 de junho.

A proposta que aqui trazemos para votar a desagregação das Freguesias de Casegas e Ourondo, depois do parecer positivo e unânime da Junta de Freguesia e aprovação, também, por unanimidade, da Assembleia de Freguesia, é um documento extenso, com mais de 700 páginas, mas a vontade das gentes de Casegas e Ourondo em separar o que a lei juntou, em 2013, é ainda maior.

É uma proposta que temos por muito bem fundamentada e justificada, que só vem confirmar que a agregação de Casegas e Ourondo foi um erro manifesto. É uma proposta complementada por um considerável número de anexos e um bem elaborado relatório de viabilidade económica financeira, documentos que sustentam e justificam as condições exigidas e relevam a vontade inequívoca de reverter a errónea agregação de Casegas e Ourondo.

Há 181 anos, mais precisamente no dia 31.03.1841, Ourondo logrou desanexar-se de Casegas e não se tratando, agora, de uma organização territorial administrativa igual ou semelhante, porque nenhuma das freguesias é anexa da outra, pois ambas foram extintas e deram lugar a uma única, estou certo que estamos, *hoje*, a escrever um novo capítulo da história dos povos de Casegas e Ourondo e a dar o nosso contributo para repor a desejada autonomia e independência de ambas as aldeias.

A insatisfação e revolta de alguns dos Caseguenses, começou logo que foi conhecido o livro (documento) verde da reforma da administração local, alavancada pelas recomendações da troika, e o meu envolvimento, nesta causa, vem da primeira hora, quando nem sequer pensava vir a ser candidato às eleições autárquicas.

Na sessão da assembleia de freguesia, realizada em 17.11.2012, onde participou uma larga maioria da população de Casegas, os eleitos deliberaram: aprovar por unanimidade uma moção de rejeição contra a extinção, por agregação, da freguesia, *moção que eu redigi*, bem como apresentar uma providência cautelar e promover a deslocação da população à assembleia municipal, que aqui se realizou no dia 23 de Novembro de 2012, ou seja, há 10 anos.

Em 8/01/2013 e ainda antes da publicação da Lei 11-A/2013 de 28 de Janeiro, lei que veio dar cumprimento à obrigação da reorganização territorial administrativa do território das freguesias constante da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, entregámos, *em mão*, na Provedoria de justiça, uma exposição jurídica subscrita por cerca de 350 cidadãos e cidadãs de Casegas, com o objectivo de requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade do normativo que procedeu à extinção, por agregação, da freguesia de Casegas, aldeia onde nasci, cresci e vivo.

Entre 2011 e 2015, a execução do programa de austeridade do Governo, de então, para além de subtrair meios financeiros às autarquias, restringindo a sua intervenção, impôs a reorganização administrativa agregando, ou extinguido, 1168 freguesias de forma pouco ou nada democrática, não respeitando a vontade, história e cultura das populações, nem tão pouco ouvindo os seus autarcas acerca do processo, sendo apenas uma medida economicista com claro prejuízo para as populações, deixando Portugal mais pobre ao nível da democracia, não acautelando os interesses das populações, não contribuindo para a coesão do território, mas sim aumentando assimetrias regionais.

A eliminação drástica de Freguesias, mais de um milhar, reduziu a participação política, eliminou a proximidade entre os titulares dos órgãos públicos e os cidadãos e veio retirar expressão aos interesses locais.

É verdade que na falta de uma proposta da Assembleia Municipal (que, como Pôncio Pilatos, preferiu então lavar as mãos) a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, elaborou, em 22.10.2012, literalmente, a régua e esquadro, um projecto de modificação administrativa da área das freguesias do concelho da Covilhã, com extinção, entre outras, das freguesias de Casegas e Ourondo, numa clara violação dos princípios Constitucionais da igualdade e proporcionalidade.

E é por demais evidente, que, com a reforma do território das freguesias, operada, logo a seguir, em 2013, não se alcançou o objetivo de ganhar escala e massa crítica, nem melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade, desiderato a que a lei aludia, bem como se ignorou a identidade histórica, cultural e social de ambas as comunidades, enquanto activo valiosíssimo. Pelo contrário, os povos de Casegas e Ourondo perderam a relação de proximidade com a inevitável concentração de alguns serviços, e a ausência, ou menor presença dos eleitos junto dos eleitores.

No caso da extinção, por agregação, das freguesias de Casegas e Ourondo, não se constata que tenha havido um fundamento material suficiente para a discriminação (negativa) de que tais autarquias locais, com os seus povos, foram alvo.

Será que a diminuição de freguesias, em concreto, permitiu robustecer a sua massa crítica e a sua dimensão política? Será que eliminar freguesias fortaleceu a prestação do serviço público, aumentou a sua eficiência e reduziu custos? Tenho para mim, seguramente, que não.

Foram 9 anos em que a relação entre as comunidades foi muitas vezes tensa e conflituosa e até marcada por episódios de provocações e ameaças às cidadãs e cidadãos que foram eleitos, o que justifica, só por si, a desagregação destas duas freguesias.

Para evitar males maiores, os eleitos evitavam deslocar-se ao Ourondo onde foram declarados, por muitos dos locais, como indesejados.

Decorridos 9 anos e alguns actos eleitorais, a elevada abstenção dos eleitores é sinónimo que nunca os filhos da terra aceitaram esta agregação forçada, determinada por um poder político que se encontra no terreiro do paço e que apenas conhece, ou finge conhecer, o interior mais recôndito, nas acções promovidas em campanha eleitoral, onde nos são prometidos o Céu e a Terra.

São, afinal, 7 kms que separam os dois aglomerados urbanos, ligados por uma estrada sinuosa e muito degradada. A pior estrada do Concelho, senão mesmo do Distrito.

Cada Povo, com o seu passado e história, tem o direito de trilhar o seu próprio caminho, aquele que foi construído e trilhado pelos seus antepassados ao longo de muitas gerações.

Numa perspectiva sócio-histórica, as freguesias encontram o seu fundamento de existência na ideia de vizinhança e nas tradições de um agregado populacional, bem assim como nos respectivos hábitos de vida em comum, corporizando um substrato de existência que dificilmente se encontra a outros níveis e que potencia um significativo sentimento de pertença e de comunidade, que foi quebrado com a reorganização administrativa territorial autárquica, decidida e operada em 2012/2013.

A verdade, é que nem Casegas nem Ourondo partilham da mesma história, da mesma mentalidade, do seu querer, dos seus gostos, das suas vontades.

Nada, como disse Ramalho Ortigão, é como “o Sol, os campos, as árvores e o Céu da nossa Terra, os costumes e a vida são do Povo humilde das aldeias, a poeira, o ruído e a cor das romarias tradicionais”.



São as freguesias, por estarem mais próximas da população, que mais podem contribuir para a promoção e defesa dos interesses de uma comunidade e a agregação de Casegas e Ourondo, afastou, em muitos momentos e circunstâncias, os eleitos dos eleitores.

Queremos, cidadãos de Casegas e Ourondo, fazer e percorrer o nosso próprio caminho, aquele onde demos os primeiros passos, primeiro, pela mão dos nossos ascendentes e depois, sozinhos, com pequenos passos *titubeantes*, percorrendo as ruas e lugares onde fomos felizes e nos encontrávamos com os amigos para brincar.

Como escreveu o Professor Arnaldo Saraiva, um ilustre Caseguense, a propósito duma homenagem que Casegas lhe fez em 2017 “não é preciso ter lido Jacob Levy Moreno ou Donald Winnicott para reconhecer a importância do *locus nascendi*: a mãe terra, como a mãe, é quase sempre a principal referência dos primeiros tempos de vida, decisiva para a afirmação da identidade pessoal, para a definição de gostos individuais de várias espécies, para o uso da língua, dita materna, que determinará a melhor comunicação, para o estabelecimento de relações sociais, para o desenvolvimento e exploração de capacidades inatas”.

Finalizo esta minha intervenção, dizendo que as nossas aldeias, por mais isoladas e pequenas que sejam, são o epicentro do nosso Mundo, que queremos agora resgatar, porque como disse Eduardo Lourenço, beirão de São Pedro do Rio Seco: “Quem vê o seu povo vê o mundo todo”

Muito obrigado por me terem ouvido!

Casegas 19 de Dezembro de 2022

O Presidente da Junta de Freguesia

César Craveiro



2.2- Informação escrita

Quatro meses após a grande catástrofe que se abateu sobre este território, a informação escrita não tem qualquer referencia á recuperação e revitalização da área devastada pelos incêndios do verão passado.

O documento mostra pouco mais que um trabalho de gestão corrente. Além deste, há atividades de comunicação e iniciativas culturais, que são de louvar: a informação e a cultura são essenciais numa sociedade que se quer evoluída. Há também descrição dos licenciamentos de obras, por exemplo. Mas e o resto?

Onde estão esplanadas as atividades mais prementes para a resolução de problemas graves e estruturantes para o concelho e para os nossos concidadãos? Não estão.

Onde está algo feito no âmbito da preparação dos incêndios de 2023? Onde está a aplicação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE) na componente que toca ao município? Deduz-se – se não consta do documento – que nada foi feito. Se, afinal, algo foi feito, então há uma falha de transparência, porque não o reporta ao órgão máximo do município.

Em qualquer um dos casos, é grave. Ou o município anda em pura gestão corrente na preparação do verão de 2023, ou então desrespeita a democracia local.

Na tal gestão corrente queremos também salientar algumas delegações que o Sr. Presidente da Camara fez: nomeações em não eleitos, pessoas que não foram eleitas pelo povo para o exercício dessas funções.

Por sua vez, temos, também, um nomeado que vai ás reuniões da Comunidade Intermunicipal beiras e serra da estrela para tomar decisões . Nomeado esse que é Deputado Intermunicipal e que vai



Handwritten signature in blue ink.

às respetivas sessões fiscalizar o que decidiu. Claramente um atentado á separação de poderes.

Termino com uma referência á informação financeira que continua a ser genérica e efetivamente pouco informa e não tem qualquer menção aos resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades, exigidos pela al. b) do n.º 2 do art.º 25.º da lei 75/2013

Disse,

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Vanda Ferreira.



(Doc. 3a2)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 19-12-2022

Inf. Escrita

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

A informação escrita, minimalista, que nos foi enviada, corresponde à atividade municipal entre Setembro e Dezembro de 2022.

À semelhança da informação de Setembro

Temos os registo de:

um conjunto de despachos de delegação de competências;

da atividade desenvolvida pela Divisão da Cultura;

do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas;

de processos de licenciamento no âmbito do Urbanismo;

Quanto às restantes estruturas (departamentos e divisões) nada se fez, digno de registo, pois que nada consta no documento.

Se em Julho e Agosto foi um período de férias e tivemos algumas semanas de intensa atividade ao nível dos incêndios florestais,

Em Setembro, Novembro e Dezembro o mau tempo não deve ter ajudado ao desenvolvimento de grandes atividades, nem de decisões estruturais.

Quanto à informação escrita e outras

Não entendemos o comportamento do sr Presidente da Câmara Municipal quando não organiza ou não manda organizar a informação escrita de acordo com o que se encontra determinado ou estatuído na Lei 75/2013.

Já aqui foi sublinhado o facto por outros eleitos.

Também as atas e as minutas do executivo, logo que aprovadas, devem ser enviadas à AM.

O que também não acontece.

Também já aqui foi referido e sublinhado que o sr Presidente da Câmara não responde aos pedidos de informação dos membros da Assembleia.

O que se passa senhor Presidente ?

O Senhor Presidente não tem os recursos humanos necessários? Não tem um gabinete de apoio, um chefe de gabinete e um coordenador do gabinete de apoio?

Tendo todos estes recursos, porque não cumpre ?

Porque o seu antecessor, do PSD, também não cumpria?

Senhor Presidente

O incumprimento sistemático do seu dever para com os membros desta Assembleia é grave.

É grave desde logo pelo incumprimento da Lei, faltando ao seu dever

É grave porque indicia um acentuado défice democrático, para

alguém que se afirma democrata

É grave porque leva-nos a diagnosticar um comportamento intolerante e arrogante, característico das maiorias absolutas, diga-se

É grave porque estes sinais leva-nos a concluir que vivemos numa governação autárquica, para além de arrogante, com traços totalitários.

Ainda assim, face à necessidade das populações, solicito informação quanto;

Ao Quartel da GNR de Paul, se já temos projeto aprovado pelo MAI e previsão do lançamento da obra, assim como o lançamento da obra do novo edifício da GNR no Tortosendo

Afinal de contas o que se passa Sr Presidente ? O que pode justificar tantos adiamentos ?

A factura da água...para quando a sua redução .. ?

Para quando a remunicipalização do AdC e da AdS? À semelhança de outros Municípios.

Preocupante, ainda, é a implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular e a sua privatização por parte da Câmara Municipal, porque externalizar o serviço e contratar uma entidade, que visa o lucro, naturalmente, para prestar um serviço que compete à entidade pública, é privatizar.

E a propósito, pode informar se todas as crianças, de todas as escolas, estão a ter as áreas previstas (Movimento, expressão plástica e musical) ?

Por último lembro o senhor Presidente da Câmara que inaugurou em 2017, no Ourondo, no Largo da Carreira, o inicio de uma obra de

responsabilidade municipal, que ainda não se encontra concluída, ou melhor dizendo, encontra-se inativa, parada à quase cinco anos.

O que se passa Sr Presidente ?

O que inviabiliza a conclusão da obra ?

Vitor Reis Silva



Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Camara Municipal
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia
Caros colaboradores do Município
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Temos hoje em discussão o orçamento municipal de um quarto ano consecutivo extremamente condicionado e influenciado pelos desafios que o País, a Europa e o Mundo atravessam. Se há palavra que consensualmente podemos descrever o que a sociedade de hoje vive, é através da palavra imprevisibilidade.

Uma imprevisibilidade económica, que enquanto sociedade não devemos nem podemos acrescentar as palavras, instabilidade social. E que por isso é exigido a todos os que são eleitos, sejam eles poder ou oposição, uma grande responsabilidade e sentido de estado. Sem demagogias nem populismos, pela simples necessidade de respeito e garantia de futuro dos mais elementares valores da democracia e do ser humano.

O ato de governação é assim um ato de grande exigência, compromisso e altruísmo com as suas populações, pelo que não podia deixar de reconhecer e felicitar o Executivo Municipal, por nestes últimos três anos, onde para além de não ter virado as costas aos covilhanenses, esteve sempre ao lado deles aos mais diversos níveis nos momentos de maior exigência que enquanto coletivo atravessámos e soubemos vencer.

Uma forma de governação, que tem ainda mais reconhecimento, quando pouco antes de iniciarmos este ciclo negro da sociedade moderna, o Município da Covilhã se encontrava numa situação financeira débil, decorrente de uma gestão liderada pelo PSD da Covilhã com caras e rostos que ainda hoje perduram no tempo, e que deixou incapaz o município de responder às necessidades de gestão corrente, quanto mais às necessidades dos covilhanenses.

Um reconhecimento ao Executivo Municipal que não só reforço hoje, em nome da bancada municipal do Partido Socialista, como também é reconhecido pelos covilhanenses, dos mais ricos aos mais pobres, que têm no atual Executivo Municipal a garantia de prosseguir o caminho de desenvolvimento e progresso do seu concelho.

Um desenvolvimento e progresso do nosso concelho e das nossas freguesias que o Orçamento Municipal para 2023 agora em votação apresenta de forma inequívoca, onde para além da previsão de obra é garantido o apoio às famílias e empresas da Covilhã, sem nunca esquecer o rigor orçamental exigido para uma sustentabilidade financeira do município.

Do lado da receita é importante salientar que este orçamento apresenta, comparativamente com o orçamento para o ano que agora termina, uma redução nos impostos cobrados diretamente aos Covilhanenses, entre IML e Derrama, num valor de mais de 750 mil euros, valor que por resultado desta proposta de orçamento ficam nos agregados familiares e empresas covilhanenses como contributo a um período marcado

pela inflação económica. Ao qual se somam cerca de 300 mil euros decorrentes da manutenção de isenção da Taxa de Ocupação do Subsolo e ainda a manutenção de taxas municipais, numa decisão que entendemos como fundamental para que o investimento que a Covilhã vive se mantenha também durante o ano de 2023.

Do lado da despesa e investimento, este é um orçamento que na rubrica das “Despesas com o Pessoal”, aumenta não só por consequência do aumento dos salários e subsídio de alimentação da função pública anunciados pelo Governo da República, como também da necessidade de reforço de quadros profissionais do município.

Desta necessidade, destaco a previsão orçamental de reforço do quadro de pessoal do Gabinete de Empreendedorismo e Promoção do Desenvolvimento e do Departamento de Obras e Planeamento, dois departamentos estruturantes para uma resposta adequada às necessidades de quem investe na Covilhã e que por isso é necessária uma resposta célere, só possível com uma estrutura robusta e capacitada.

Ainda do lado da despesa e investimento, este é um orçamento que prevê um investimento em mais de 3,5M de euros para rede viária de todo o concelho, do quais salientamos o compromisso de execução de obras há muito necessárias e ansiadas pelas populações. Entre os diversos investimentos previstos destaco a Estrada Municipal 511 troço Casegas-Ourondo, a Estrada Nacional 343 troço Paul-Cortes do Meio e o Cruzamento da Estrada Municipal 507 com o eixo TCT.

Como referi anteriormente este é um Executivo Municipal que está ao lado dos covilhanenses quando eles mais precisam. Com este orçamento essa premissa é mantida quando são previstos importantes apoios sociais às famílias através dos mais jovens.

Nomeadamente através do incremento da dotação para refeições escolares que vai permitir que as refeições escolares sejam gratuitas também para alunos do 2º escalão de ação social, bem como lanches gratuitos para o 1º e 2º escalão e a oferta de leite e fruta aos alunos. Apoios que representam um investimento do Município em muitas famílias covilhanenses, quando ainda para mais a revisão do valor do IAS definido pelo Governo da República irá possibilitar abranger mais alunos por estes apoios.

Apoios sociais diretos aos alunos das nossas escolas, aos quais se soma a gratuidade do passe escolar para todos os alunos até ao Ensino Secundário, num investimento de cerca de 250 mil euros.

A estas medidas, é importante salientar ainda que este é um orçamento que prevê uma despesa em mais de 6M de euros em Educação o que representa mais de 13% do orçamento municipal, onde é também previsto um investimento na Proteção Civil e Luta contra Incêndios de 540 mil euros, para além do apoio às freguesias e investimento em infraestruturas desportivas.

Medidas e Objetivos que este Orçamento Municipal que de forma resumida visam a redução de receita do município através de impostos, e garante o apoio aos covilhanenses quando eles mais precisam promovendo investimento e futuro à Covilhã.

Medidas e objetivos que face ao compromisso que o Orçamento Municipal apresenta para o próximo ano, percebemos que o PSD e o CDS da Covilhã tenham como sentido de voto a abstenção face a este orçamento em reunião de camara. Percebemos que se abstenham, quando publicamente defendem menos 1,3M de apoios às famílias, IPSS's e empresas da Covilhã face à proposta em discussão, para um ano de grande exigência a todos. No entanto se me perguntarem se compreendo não poderei ser tão assertivo, uma assertividade certamente partilhada pela grande maioria dos covilhanenses aos quais o PSD e CDS devem agora explicações.

Por fim, minhas senhoras e minhas senhoras,

Porque este é um orçamento de compromisso e de grande responsabilidade para com todos os covilhanenses de hoje e do amanhã.

Porque este é um orçamento que cuida dos covilhanenses e das empresas que mais vão precisar no decorrer do próximo ano.

Porque este é um orçamento de concretização de obra em 2023 para o futuro do nosso concelho, o Partido Socialista votará favoravelmente sobre o Orçamento Municipal apresentado.



(Doc. 34)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 19-12-2022

ORÇAMENTO E GOP

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Apresenta-nos o Executivo para aprovação um Orçamento e Grandes Opções do Plano no valor de quarenta e sete milhões trezentos e noventa e sete mil euros na receita e despesa.

Em receita corrente 39 481 289,00 € dos quais 9 514 353,00 (20,07%) são de impostos diretos e 22 872 683,00 € de transferências correntes.

Na receita de capital um valor de 7 915 711,00.

Em despesa corrente 30. 994 000,00 € e uma despesa de capital de 16 403 000,00.

A confirmarem-se estes números a intenção parece razoável. Pretende a Câmara utilizar receitas correntes em despesa de capital, aproximadamente o valor dos impostos diretos.

Mesmo com a descida da receita de impostos diretos (imi e derrama) e de taxas, a receita prevista está acima de 2021 e de 2022, e em relação a esta, sobe 3,07%, por efeito do aumento das transferências correntes resultantes da transferência de competências na área da Educação, que no essencial são afetas às despesas com pessoal.

Números são números e eles batem certo.

As receitas correntes e de capital são previsíveis, o problema é sempre do lado da despesa, quando não se executam as obras previstas, quando aparecem despesas não previstas ou se opta por não se realizarem, permitindo alterações orçamentais que vão “ajustando” o Orçamento até ao final do ano em apreço.

Também é verdade que a execução do orçamento e das GOP nem sempre corre como se deseja e se pensa.

Mas, é sempre possível uma maior eficácia e eficiência na gestão dos recursos disponíveis.

Na análise das Grandes Opções do Plano verificamos a existência de um conjunto de obras que não tiveram qualquer execução em anos anteriores.

Não estamos aqui a sublinhar aquelas que têm que constar e que estão orçamentadas para pagamento de empréstimos ao qual estão associadas.

Estamos a falar de obras que transitam de orçamentos anteriores e que não tiveram qualquer execução.

E são obras com as quais concordamos.

Mas que...transitam de Plano para Plano sem qualquer execução, nomeadamente, entre outras, para não ser exaustivo.

- O Pavilhão Municipal da Covilhã, consta desde 2014
- Passeios da Rotunda do ZIT à Rotunda do TCT
- Zona de Lazer de Verdelhos
- Parque Industrial do Tortosendo (3ª Fase)
- Requalificação do caminho municipal Barroca Grande - Pampilhosa

Sem falar daquelas que vão desaparecendo das GOP sem deixar qualquer vestígio.

Em sede da discussão do Relatório e Contas de Gerência haverá explicação para o facto de não terem sido executadas em 2022,

Quanto às GOP saliento a manutenção da inscrição em Orçamento da requalificação dos postos da GNR do Paul e Unhais da Serra e a construção do Posto Territorial do Tortosendo que espero que se concretizem.

Saliento a inscrição da rede viária na zona sul correspondendo à nossa proposta e à informação que nos foi dada em sede de Estatudo do Direito de Oposição.

Já em Outubro de 2020 afirmava o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Unhais da Serra, ao Noticias da Covilhã, que tinha a garantia da Câmara de que no próximo ano (2021) será asfaltado o troço em falta da EM 509, vamos ver se o é em 2023.

O presidente da Junta de Freguesia de Unhais da Serra afirma ter a garantia da Câmara da Covilhã de que no próximo ano será asfaltado o troço em falta da EM 509

Ana Ribeiro Rodrigues

29 de Outubro, 2020 no Noticias da Covilhã

Quanto aos troços de Casegas-Ourondo e Paul – Cortes de Baixo corresponde a dois troços de 5 a requalificar.

É verdade que não se pode fazer tudo de uma vez....mas já vamos atrasados.

Recordo que estas vias correspondem à justa reivindicação das populações da zona sul do concelho em abaixo assinado apresentado nesta Assembleia Municipal no mandato anterior.

Disse



Handwritten signature and initials.

Documento extenso e não tivemos tempo para o analisar com alguma profundidade, *Sabendo que é um documento provisional e terá modificações ao longo do ano.*

A política também é confiança e acreditamos no trabalho desenvolvido pelos técnicos do município, responsáveis pela sua elaboração.

Damos o benefício da dúvida ao executivo Municipal, através da **ABSTENÇÃO** na votação do Orçamento para 2023, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais, Mapa de Pessoal, Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.

DECLARAÇÃO DE VOTO



Covilhã, 19 de dezembro de 2022

DECLARAÇÃO DE VOTO

2.3 Proposta de Orçamento para 2023, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapa de Pessoal, Tabela de Taxas, Compensações e outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da lei dos compromissos

O Partido Social Democrata **abstém-se** na votação do ponto 2.3 da ordem de trabalhos pelas razões a seguir descritas.

Das 16 propostas apresentadas pelo PSD em sede de direito de oposição, cumprindo o direito de participação, ^{sete} ~~oito~~ constam da proposta do executivo. Esse facto é por nós enaltecido, por um lado, e certamente pelos covilhanenses, que percebem que o programa do PS falhou e que este optou pelo programa da oposição que agora considera como a melhor solução para o município, por outro.

No entanto, nove propostas não constam do Orçamento, designadamente:

1. Redução de 20% do valor do fatura da água (existem duas formas possíveis de o fazer: reduzindo os custos diretos ou por subsidiação de tarifa. Não sendo controlável a primeira opção, resta a segunda e que se encontra regulada pela Lei n.º 50/2012, através da elaboração de um protocolo de subsídio, onde se estabelece o valor da compensação indemnizatória a ser suportada pela CMC);
2. Gratuitidade dos passes escolares para os alunos do ensino obrigatório;



3. Reduzir a Participação de IRS de 5% para 3%
4. Congelamento de rendas de Habitação Social em 2023;
5. Criação das “Bolsas de Estudo Paulo de Oliveira” para estudantes do Ensino Superior aprovadas na última Assembleia Municipal – aprovada com o voto favorável do Partido Socialista;
6. Remodelação da Zona Industrial do Canhoso – Beneficiação e modernização da infraestruturas;
7. Eixo TCT – intervenção no sentido de fecho das rotundas existentes e semaforização de controlo de velocidade;
8. Passeios da estrada N230 – ligação Covilhã-Canhoso; e
9. Terminal Ferroviário no Tortosendo, dinamizando o parque industrial.

É especialmente preocupante o ponto 3: a ausência de apresentação da deliberação da taxa de participação variável no IRS (artigo 26.º da lei n.º 73/2013). A CMC podia devolver os 5% que recebe e não o faz num crise pós-pandémica e de inflação. Ao não se ter deliberado sobre esta matéria na AM deste ano, no próximo ano a taxa de cobrança aos munícipes será a máxima, de 5%, ou seja, os covilhanenses vão continuar a pagar a taxa máxima e a não reter poupança num momento de crise particularmente preocupante. Pior, vão perder dinheiro, porque com os aumentos salariais e a não atualização das tabelas de IRS levam a uma maior retenção na fonte!

Já defendemos aqui, em 2021, a redução para 3% como medida de apoio às famílias. Seria especialmente importante neste contexto. E note-se: O



IRS NÃO É SÓ PAGO PELOS RICOS, contrariamente ao que diz o PS (ver p. 66 da ata 03/2021) numa falta de conhecimento gritante. Tal não só não é verdade, como demonstra desconhecimento de que o município pode reverter valores para os seus munícipes e ainda demonstra falta de vontade em apoiá-los.

Ademais, existem diversos projetos que constam há vários anos nos orçamentos municipais por mera ilusão e que nunca são executados. Por exemplo, a remodelação dos **armazéns municipais; o pavilhão da INATEL; a construção de um pavilhão municipal, a beneficiação EM 506-1 entre a Ponte Pedrinha–Ferro–Peraboa; a requalificação dos passeios entre o TCT e a zona industrial do Tortosendo.** Em particular, a partir da página 93 (Plano Plurianual de Investimentos) é visível que – apesar de o edil municipal discordar que “não há estratégia” – constam estes investimentos desde os seguintes anos:

- 2014: pavilhão municipal;
- 2006: terceira fase do parque industrial do Tortosendo;
- 2014: beneficiação da EM506;
- 2018: construção dos passeios entre a rotunda do Parque Industrial do Tortosendo e a Rotunda do eixo-TCT.

Razões menores e questões ao executivo são as seguintes.

São apresentados valores referentes a orçamentos participativos de 2016 e 2017 e podemos ver nas GOP que são valores que se arrastam ainda para exercícios posteriores. Qual o motivo para esta não execução e que projetos estão ainda em falta?



As despesas com pessoal aumentam em cerca de 1.837.000€. O Município, de acordo com o Orçamento apresentado, tem 669 postos de trabalho ocupados e ainda prevê serem necessários mais 152 funcionários, ficando com um quadro de pessoal de 821 funcionários. Quais as razões para tal necessidade, quando há três anos a CMC aumentou as despesas anuais com pessoas em cerca de 2.5 milhões de euros?

As Empresas Municipais continuam sem cumprir a lei. Nos termos da aliena a) e c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, **as empresas locais deveriam facultar**, de forma completa e atempadamente, **um conjunto de informação financeira**, de entre os quais, **os documentos de prestação anual de contas**, os projetos dos **orçamentos anuais e os relatórios trimestrais de execução orçamental**, aos **órgãos executivo e deliberativo do Município**, para efeitos do seu acompanhamento, fiscalização e controlo. **Em nenhum momento do corrente mandato os relatórios trimestrais das Empresas Municipais foram apresentados ao órgão deliberativo.**

Os membros do Grupo Municipal do PSD da Assembleia Municipal da Covilhã

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Jorge Vaz

Luís Rodrigues

Valéria Garcia



Assembleia Municipal da Covilhã - Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

Intervenção Fixação do IMI 2022 a aplicar no âmbito da cobrança em 2023

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã,

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Srs. e Sras. Vereadoras,

Estimados funcionários aqui presentes,

Aos meus caros colegas deputados,

E também à comunicação social aqui presente,

Começo por deixar os meus cumprimentos.

A proposta aqui apresentada pelo executivo é, objetivamente, a redução da taxa de IMI de prédios urbanos de 0.35% para 0.30%, uma redução de 0.05%. No entanto, e porque quando falamos numa redução em percentagem, podemos ter ideia de ser pouco representativo o valor da descida do imposto, quero realçar que esta redução representa uma perda de receita do município de **750 000 €**.

Em primeiro lugar cabe-nos lembrar que esta fixação da taxa de IMI, para prédios urbanos em 0,30%, representa o cumprimento de uma promessa eleitoral feita pelo Executivo em 2018, de reduzir paulatinamente este imposto até se atingir a taxa mínima legal de 0.30%, que aqui hoje se propõem e que se cumprirá, para benefício dos covilhanenses.

Mas mais do que cumprir esta promessa, deve ser assinalado que esta redução é feita de forma responsável, sem comprometer o equilíbrio orçamental do município, sem populismos de véspera de eleições, mas tendo como principal propósito o de aliviar a carga fiscal, aliviar as famílias e as empresas.

Numa altura pós pandemia, com o agravamento das condições económicas decorrentes da guerra na Ucrânia, com o aumento da inflação que se verifica, e com os aumentos de taxas de juro, será importante este alívio fiscal no IMI para as famílias e empresas que se debatem com aumento das dificuldades financeiras.

Relativamente às restantes taxas apresentadas nesta proposta do IMI, mantém-se e com as quais concordamos, com a manutenção das penalizações aplicadas a quem descure os seus prédios, colocando em risco a segurança e salubridade pública, inclusivamente os artigos rústicos com áreas florestais abandonadas que potenciam os riscos de incêndios florestais. De referir ainda a manutenção da redução feita aos proprietários tendo por base o agregado familiar.

Por estes motivos que acabei de mencionar, o Partido Socialista votará favoravelmente à proposta de fixação da taxa de IMI 2022 a aplicar no âmbito da cobrança em 2023.



Handwritten signatures and initials, including a large 'A' and a signature that appears to be 'H. Vaz'.

Covilhã, 19 de dezembro de 2022

DECLARAÇÃO DE VOTO

2.4 – Fixação de IMI para o ano de 2022

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã eleitos pelo PSD, votaram a favor neste ponto da ordem de trabalhos e fizeram-no pelo fato de esta proposta ir ao encontro do que defendemos aqui no ano passado nesta Assembleia e em sede de reunião de cumprimento do direito de oposição, nomeadamente o direito de participação, no âmbito da redação do Orçamento para 2023. É uma proposta que resulta do programa eleitoral com que a coligação Juntos, Fazemos Melhor se propôs a sufrágio.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Valéria Garcia

Vanda Ferreira

Luis Rodrigues



H
H
H

Covilhã, 19 de dezembro de 2022

DECLARAÇÃO DE VOTO

2.5 – Fixação da Derrama para o ano de 2022

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã eleitos pelo PSD votaram a favor neste ponto da ordem de trabalhos e fizeram-no pelo fato de esta proposta baixar a taxa normal da derrama e isentar as empresas que tenham sede no concelho da Covilhã. Esta proposta já foi aqui defendida por nós nesta Assembleia no ano passado, assim como em programa eleitoral e também por nós proposta em sede de reunião de cumprimento do Direito de Oposição, nomeadamente o direito de participação, no âmbito da construção do Orçamento Municipal para 2023. Com esta medida há uma redução clara da carga fiscal municipal ajudando à concretização de negócios e colocando os empresários do concelho da Covilhã em pé de igualdade com os restantes concelhos limítrofes no que diz respeito a este imposto.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã

Hugo Ferrinho Lopes
Jorge Vaz
Valéria Garcia

Vanda Ferreira
Luis Rodrigues



H2
H AK

**Assembleia Municipal da Covilhã - Sessão Ordinária de
19 de Dezembro de 2022**

Declaração de voto

2.5. Fixação da Derrama para o ano 2022

O Partido Socialista quer que a economia volte a erguer-se e dessa forma votou favoravelmente a proposta da fixação da derrama geral em 1% (para empresas com volume de negócio superior a 150m€), à redução da taxa a 0,1% para empresas com volume de negócio inferiores a 150m€ e à isenção para empresas com sedes sociais.

Com a pandemia que nos assolou nos últimos anos, a chegada da Guerra, a taxa de inflação com grande evolução nos últimos meses, as taxas de juro aumentar, precisamos urgentemente de ajudar o nosso município.

A CMC preocupa-se com o bem-estar das empresas que temos no nosso concelho, precisa e acima de tudo implora que estas não desistam e de certa forma ajudem a recuperar e renascer a economia local.

De forma a incentivar o desenvolvimento das atividades económicas, a proposta apresentada é:

- Fixação da taxa normal de derrama em **1,00% para o ano 2022** (volume de negócio superior a 150m€);
- Redução da taxa de derrama a **0,1%** para sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150m€.
- Isenção da derrama a sujeitos passivos, que independentemente do volume de negócio tenham sede **social** no nosso município.



Handwritten signature and initials, possibly "H2" and "PS H".

Relativamente aos valores serem “decimais” na redução da derrama para empresas do nosso município, dando a ideia de valores pequenos ou até mesmo insignificantes para quem vê ou ouve, a realidade é que se converte numa redução de receita do nosso município em cerca de 450m€ (quatrocentos e cinquenta mil euros), correspondente à média da receita dos anos anteriores 2020 e 2021.

Esta proposta vem de uma forma responsável e diferenciada, mediante o volume de negócio do tecido empresarial do nosso município fomentar a economia local, incentivar a manutenção das atividades de cada empresa, promovendo os postos de trabalho e não levando ao seu abandono. Os órgãos e poderes municipais encontram-se atentos e colaborantes com as empresas sediadas no nosso concelho e desenvolve propostas que venham de encontro às suas necessidades, como esta por exemplo.



Covilhã, 19 de dezembro de 2022

DECLARAÇÃO DE VOTO

2.6 – Taxa Municipal de Ocupação de Subsolo – Suspensão da aplicação no ano de 2023

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã eleitos pelo PSD, votaram a favor neste ponto da ordem de trabalhos e fizeram-no pelo fato de esta proposta também ir no mesmo sentido da proposta apresentada pelo PSD em sede de reunião de Direito de Oposição no âmbito do Orçamento Municipal de 2023.

No entanto, relembramos que esta Taxa Municipal está a ser cobrada aos munícipes que usufruem deste serviço, por uma decisão do tribunal proveniente de um litígio entre a Câmara Municipal da Covilhã e a empresa distribuidora de gás. Por uma questão de equidade esta taxa só deveria ser paga pelos munícipes que à data do litígio eram utilizadores desse bem. No entanto compreendemos que tecnicamente é difícil apurar os utilizadores à data do litígio, assim como cobrar a esses munícipes as referidas taxas dessa época, pelo que defendemos que a Câmara Municipal deve assumir essa dívida.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Jorge Vaz

Luis Rodrigues

Valéria Garcia



Handwritten initials and signatures in the top right corner.

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal
- Senhor Presidente da Câmara Municipal
- Senhora e Senhores Vereadores
- Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia
- Senhoras e Senhores do Staff Municipal
- Senhoras e Senhores da Comunicação Social
- Senhoras e Senhores deputados

ESTIMADOS CONSIDERADOS
Declaração voto

Ponto 2.6 – Taxa Municipal de Ocupação do Subsolo – Suspensão da aplicação no ano de 2023

Todos os presentes conhecem a história da Taxa de Ocupação do Subsolo, ela já foi várias vezes explicada nesta casa. Todos sabem, embora alguns ainda continuem a tentar passar uma borracha sobre as consequências de estratégias e decisões noutrora tomadas e recebidas por este executivo como de uma herança se tratasse, e que este executivo não pode rejeitar.

É por tal, que muitos hoje sentem nas suas carteiras as consequências de uma decisão judicial e das consequentes imposições da ERSE.

No entanto, já 2021, este executivo atento aos constrangimentos que as populações, e em particular as empresas do Concelho da Covilhã, vinham sentindo com a crise de ordem económica e social decorrentes da crise pandémica provocada pelo COVID-19, propôs e viu aprovar uma redução em 30% do valor desta TOS, abdicando assim da respetiva receita. *que lhe compete e apenas*

Também este ano no mês de maio este executivo viu esta assembleia aprovar por unanimidade a suspensão do pagamento da Taxa de Ocupação do Subsolo, tendo em conta as perspetivas dos problemas gerados pela guerra imposta à Ucrânia por um país com pretensões imperiais, e que hoje todos os europeus sentem pela constante subida das taxas de inflação, que causam, além do aumento *entre outros* dos bens de primeira necessidade o agravamento dos preços dos principais fatores de produção, como a energia e as matérias-primas. *e os custos de todos os empresários*

Assim, e mais uma vez vem novamente, a esta Assembleia o executivo liderado Dr. Vítor Pereira, propor e, por tal contribuir para que se estabeleça o mais célere possível uma resposta às principais necessidades dos nossos concidadãos,



bem como das empresas da Covilhã, a suspensão da cobrança para o próximo ano da tão famigerada TOS.

Assim e da mesma forma que, em outras medidas excepcionais que o Município da Covilhã tem vindo a adotar, tendo em vista a implementação de respostas céleres às principais dificuldades dos municípios, a bancada do Partido Socialista dando um sinal de proximidade, apoio e entreaajuda votará, favoravelmente, a favor desta suspensão.

Covilhã, 19 de dezembro de 2022